

Antonio Clarindo Barbosa de Souza (org.)

# História dos Municípios Paraibanos

Volume I  
2012

**Alagoa Nova**

Luiz Carlos dos Santos

**Areia**

Eleonora Félix da Silva

**Aroeiras**

Jordan Queiroz Gomes

**Cabaceiras**

Paula Faustino Sampaio

**Remígio**

Elizabeth Cristina do Nascimento Cunha

**Serra Branca**

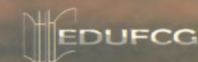
Fabiolla Stella Maris de Lemos Furtado Leite  
e  
Márcio Macêdo Moreira

**Sumé**

Hilma Carmem Pereira de Macêdo



Editorada Universidade Federal de Campina Grande



Antonio Clarindo Barbosa de Souza (org.)

# História dos Municípios Paraibanos

## Volume 1

Autores e autoras

Elizabeth Cristina do Nascimento Cunha  
Eleonora Félix da Silva  
Fabiolla Stella Maris de Lemos Furtado Leite  
Hilma Carmem Pereira de Macêdo  
Jordan Queiroz Gomes  
Luiz Carlos dos Santos  
Márcio Macêdo Moreira  
Paula Faustino Sampaio

Editora da Universidade Federal de Campina Grande  
Campina Grande - PB  
2012

## Expediente

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

### Reitor

Thompson Fernandes Mariz

### Vice-Reitor

José Edilson de Amorim

### Diretor Administrativo da EDUFCG

Antonio Clarindo Barbosa de Souza

### Conselho Editorial

Benedito Antonio Luciano (CEEI)

Consuelo Padilha Vilar (CCBS)

Edjane E. Dias da Silva (CCJS)

Erivaldo Moreira Barbosa (CCJS)

José Helder Pinheiro (CH)

Onaldo Guedes Rodrigues CSTR)

Marcelo Bezerra Grilo (CCT)

Carlos Alberto Vieira de Azevedo (CTRN)

### Editoração Eletrônica

Ingrid Hellen Herculano

### Capa

Flavia Raquel Bezerra Cabral

SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de (org.).

História dos Municípios Paraibanos - Volume 1. Campina Grande, EDUFCG, 2012.  
100 p.

ISBN: 978-85-8001-041-1

Contém bibliografia

1. História. 2. História da Paraíba. 3. Municípios Paraibanos. 5. Pesquisa. II. Título.

## APRESENTAÇÃO

A história da Paraíba é riquíssima em temas, aspectos e interpretações, tendo passado por diferentes fases nas formas de escrevê-la. Numa primeira fase tivemos os autores de corte positivista que buscavam encontrar uma verdade científica e única para estabelecer os marcos de origem de uma certa paraibanidade ou um modo único de “ser paraibano”. Este tipo de História foi muito desenvolvido a partir da produção do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba e de autores locais (dos vários municípios paraibanos) que, se colocando na condição de Historiadores, escreveram memórias sobre os seus municípios, deixando-nos importantes depoimentos sobre a vida, os costumes, as práticas políticas e as relações sociais engendradas nas diferentes regiões do Estado. Uma história mais factual, mas hoje importante como fonte de informações.

Num segundo momento, a partir da década de 1960, com a institucionalização do Grupo de historiadores vinculados a José Honório Rodrigues, a história da Paraíba passa por uma transformação no que diz respeito à tentativa de torná-la mais científica, embora, o cientificismo pretendido fosse o de corte materialista histórico, com sua versão política, o marxismo e a sua forma metodológica de explicar o processo histórico como uma sequência de causas e efeitos da luta de classes e, conseqüentemente, com a resolução de todos os problemas sociais a partir da extinção de tais classes. Uma história militante, imprescindível para o entendimento das relações político-econômicas que definiram os espaços e condições atuais do Estado, mas que ficava restrita a um tipo de explicação mono-causal.

A partir da criação dos programas de pós-graduação em História no Nordeste Brasileiro, principalmente, os da UFPE e UFBA, novos temas, principalmente vinculados à história da Paraíba colonial passaram a ser estudados, discursados e desvendados, e outros tipos de análise foram se estabelecendo como válidas. Passou-se a estudar a Paraíba para além de suas questões político-partidárias e econômico-sociais. Trabalhos sobre a economia do Estado ganharam matizes mais leves e interpretações mais sofisticadas, apontando para aspectos da cultura e do cotidiano das populações paraibanas em diferentes locais do Estado.

Recentemente, no século XXI, com a institucionalização dos programas de pós-graduação da UFPB (2005) e da UFCG (2006) começam a surgir ou vir à tona, estudos circunstanciados sobre diferentes municípios paraibanos. Esta produção, dos novos e jovens historiadores, tem merecido destaque nos eventos promovidos pela ANPUH-PB e pelos Programas de Pós-Graduação locais e nacionais, por apontarem para aspectos importantes da vida dos paraibanos como as condições de saúde e doenças, as resistências das populações negras, os equipamentos modernos dos conforto, as experiências de modernização e as ideias de modernidade nas cidades; as representações sobre a sexualidade; as ideias de moda, costumes, lazeres e diversões, além, é claro das relações de sociabilidade e sensibilidades.

Esta coleção é uma tentativa, assim como já foram realizadas outras, como a importante coleção de História Local, coordenada pela professora da UFPB, Vilma de Lourdes Barbosa, sobre alguns municípios (Ingá, Pedra Lavrada, Areia, Conde e Serra Branca) de dar visibilidade a estas histórias produzidas academicamente, com orientação sistemática dos professores/produtores também de Histórias da Paraíba, no sentido de mostrar que é sempre possível apresentar fatos, dados, enfoques, interpretações e representações novas sobre fatos já conhecidos ou pouco explorados.

Este primeiro volume comporta estudos sobre os municípios de Alagoa Nova, Areia, Aroeiras, Cabaceiras, Remígio, Serra Branca e Sumé, abrangendo áreas do Cariri, do Curimataú Ocidental e do Brejo. Em volumes próximos, estarão contemplados importantes municípios do Sertão (Pombal, Sousa e Cajazeiras) e do Cariri (Taperoá e Umbuzeiro).

Se este primeiro volume contar, e esperamos que conte com a acolhida favorável dos estimados leitores, outros se seguirão a ele, na esperança de termos contribuído com a produção, disseminação, estudo, valorização e revalorização da História de nossa pequena e querida Paraíba.

Campina Grande, 01 de fevereiro de 2012.

**Prof. Antonio Clarindo**  
PPGH/UFCG

# Sumário

<b>CAPÍTULO 1</b>	<b>UMA HISTÓRIA DE ALAGOA NOVA.....</b>	<b>7</b>
1.1	Localização .....	9
1.2	Fundação .....	10
1.3	Economia.....	11
1.4	Aspectos Culturais: A cidade em sintonia com o moderno.....	13
1.5	Lazer e Diversão .....	17
1.6	Religião .....	18
1.7	Referências .....	19
<b>CAPÍTULO 2</b>	<b>UMA HISTÓRIA DE AREIA .....</b>	<b>21</b>
2.1	Localização .....	23
2.2	Fundação .....	23
2.3	Aspectos Econômicos .....	24
2.4	Aspectos Culturais .....	27
2.5	Referências .....	33
<b>CAPÍTULO 3</b>	<b>UM HISTÓRIA DE AROEIRAS.....</b>	<b>35</b>
3.1	Localização .....	37
3.2	Origens .....	37
3.3	Relação com Umbuzeiro .....	39
3.4	Seduções do moderno .....	41
3.5	Sociabilidades .....	43
3.6	Considerações finais .....	47
3.7	Referências .....	47
<b>CAPÍTULO 4</b>	<b>UMA HISTÓRIA DE CABACEIRAS.....</b>	<b>49</b>
4.1	Referências .....	61
<b>CAPÍTULO 5</b>	<b>UMA HISTÓRIA DE REMÍGIO.....</b>	<b>63</b>
5.1	Referências .....	75

<b>CAPÍTULO 6</b>	<b>UMA HISTÓRIA DE SERRA BRANCA .....</b>	<b>77</b>
6.1	Composição Territorial e Produção Algodoeira .....	79
6.2	Sobre o lazer: A Festa de Nossa Senhora da Conceição .....	84
6.3	Referências .....	89
<b>CAPÍTULO 7</b>	<b>UMA HISTÓRIA DE SUMÉ.....</b>	<b>91</b>
7.1	Introdução .....	93
7.2	Aspectos Históricos .....	93
7.3	Aspectos Geográficos e Demográficos .....	94
7.4	Aspectos Econômicos .....	95
7.5	Aspectos da Saúde, da Ação Social e da Educação.....	96
7.6	Aspectos culturais.....	97
7.7	Referências .....	99

# Lista de figuras

<b>Figura 1</b> Imagem aérea - Início do século XXI . . . . .	9
<b>Figura 2</b> Um baile no clube XXI de abril . . . . .	17
<b>Figura 3</b> Casa Pedro Américo . . . . .	27
<b>Figura 4</b> À esquerda da foto está a Igreja matriz de Areia. Fonte: <a href="http://areia.pb.gov.br/galeria2/images/29.jpg">http://areia.pb.gov.br/galeria2/images/29.jpg</a> . Acesso em 10 jan. 2012. . . . .	28
<b>Figura 5</b> Hoje esta construção é um dos monumentos históricos da cidade e uma atração para os turistas, uma vez que ele está aberto à visitação pública àqueles interessados em conhecer como eram as moradias dos escravistas mais abastados da cidade de Areia oitocentista . . . . .	30
<b>Figura 6</b> Corrida de Vaquejada na década de 1940. Acervo: Biblioteca Pública Municipal . . . . .	44
<b>Figura 7</b> Rua do Comércio - Atual Antônio Gonçalves - 1960. O detalhe à direita da foto é da Praça Central - Atual Praça Souto Maior . . . . .	46
<b>Figura 8</b> Imagem de acervo pessoal . . . . .	75
<b>Figura 9</b> Localização de Serra Branca. Fonte: <a href="http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Paraiba_Municip_SerraBranca.svg">http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Paraiba_Municip_SerraBranca.svg</a> . . . . .	80
<b>Figura 10</b> Foto Atual da cidade de Sumé, acessada na internet em 30-10-11 . . . . .	97
<b>Figura 11</b> Foto acessada na internet dia 15-11-11, no site: <a href="http://www.sume.cjb.net">www.sume.cjb.net</a> . . . . .	101



# Capítulo 1

Uma história de...

## Alagoa Nova





## Hino de Alagoa Nova

A nobreza desta gente carinhosa  
Faz crescer toda minha gratidão  
És banhada de uma luz fulgurante  
Deste sol que ilumina este chão  
Tua alvorada de tão cintilante  
Faz pulsar todo meu coração  
Salve, salve cinco de setembro  
Que é data da emancipação  
Com fervor e respeito eu relembro  
A coragem de Francisco Falcão  
Tua história cheia de mistério  
É a força que da tradição  
Energia que eleva ao etéreo  
Sublimando minha imaginação  
Alagoa Nova, és verde, és rosa  
És a terra do meu coração  
Alagoa Nova, és bela e famosa  
Eu te amo sublime torrão  
Tua alvorada acorda o sonho  
Dos poetas e dos grandes festins  
Ante a luz deste sol eu componho  
Uma homenagem aos índios Bultrins  
Alagoa Nova, és verde, és rosa  
És a terra do meu coração  
Alagoa Nova, és bela e famosa  
Eu te amo sublime torrão  
Os teus filhos esperam confiantes  
Nesta bonita e brejeira  
Que abriga os seus habitantes  
Mesmo quando te chamaram Laranjeiras  
Desabrocha riqueza e esperança  
Nos teus campos que a labuta produz  
Quem trabalha com fé não se cansa  
Pois caminha na estrada da luz.

*Letra por Marilene Cavalcante da Silva*

*Melodia por José Gomes de Aquino*

# Alagoa Nova

Luiz Carlos dos Santos

Na impossibilidade de mostrar o passado tal como aconteceu tem-se a necessidade de conhecer o local escolhido para se fazer uma análise. A figura 1 é uma imagem fotográfica do início do século XXI. Uma imagem que nos remete a uma Alagoa Nova bem mais organizada se comparada ao início de sua formação. Esta imagem é do local onde teria começado a se formar e organizar um aglomerado de casas que, com o tempo, foi se expandindo a partir de novas construções e novas ruas até atingir o grau de desenvolvimento que a cidade se encontra na atualidade. A imagem é apenas uma parte da cidade que está dentro de uma área maior que a área territorial do município de Alagoa Nova.

A intenção não é tomar esta imagem fotográfica como uma ilustração apenas, é pensar que esta imagem nos leva ao universo urbano da cidade de Alagoa Nova<sup>1</sup>. Dessa maneira temos alguns dos elementos marcantes da trajetória desta cidade. A lagoa que está ligada a sua formação, e que anteriormente era apenas mais um local a ser lembrado como o local de origem da cidade, hoje pode ser pensada de outra forma a exemplo de suas funcionalidades enquanto o local do lazer, divertimento ou simplesmente o cartão postal. A igreja também é um forte indicio dessa proximidade com o sagrado, uma forte demonstração da religiosidade local.



Figura : Imagem aérea – Início do século XXI

## 1.1 Localização

O município de Alagoa Nova fica localizado na mesorregião do agreste e na microrregião do brejo paraibano. Limita-se ao norte, com os municípios de Esperança, Remigio e Areia; ao Sul com os municípios de Massaranduba e Lagoa Seca; e ao leste

---

<sup>1</sup> A fotografia neste sentido é vista não simplesmente como um registro de um objeto. A imagem fotográfica na perspectiva do Barthes não rememora o passado, mas afirma que a coisa fotografada de fato existiu.

com o de Alagoa Grande; e ao Oeste com o de São Sebastião de Lagoa de Roça. Está a 530 m “de altitude e tem como coordenadas geográficas, 07° 14' 15” de latitude e 35° 45' 30” de longitude. (IBGE, 2011)

O município localiza-se na unidade geoambiental do Planalto da Borborema. A vegetação é típica do agreste, formada por florestas Subcaducifólica e cauducifólica, o clima é ameno, característico das terras altas do brejo. O município apresenta o clima temperado, e no período chuvoso que geralmente se estende do mês de maio ao mês de julho, é mais frio.

## 1.2 Fundação

Alagoa Nova surgiu de uma doação de terras pertencentes aos índios Bultrins. Originou-se de uma Sesmaria concedida pelo governador Francisco Xavier de Miranda em fevereiro de 1763 ao Alferes José de Abreu Tranca, que residia na comarca de Pombal. As terras que foram concedidas localizavam-se no Olho D'água da Prata até o limite com Aldeia Velha, uma área ocupada pelos Índios Cariris, os quais vieram para esta localidade na busca de terras para garantir sua sobrevivência fixaram moradias e ficaram conhecidos por Bultrins.

Sabe-se que a formação de Alagoa Nova começou de um aglomerado de casas, nas proximidades de uma lagoa conhecida como a Lagoa dos Patrícios, hoje denominada de Parque da Lagoa “Manoel Pereira”. Devido à seca em algumas áreas do Sertão, o brejo se transformou num celeiro das regiões sertanejas, e em face dos problemas climáticos muitas pessoas migraram para a região que viria a se chamar Alagoa Nova em busca de terras, contribuindo para o crescimento populacional. Uma Vila pequena foi se formando a partir de construções precárias com casas de taipa<sup>2</sup> e de tijolos nas proximidades da Lagoa dos Patrícios ponto de chegada dos que vinham das redondezas à procura dos gêneros aqui produzidos. Em 1778, já havia um povoado denominado de Alagoa Nova, e em 1790 passou a distrito da Vila Nova da Rainha, atual Campina Grande<sup>3</sup>, no ano de 1837 a povoação de Alagoa Nova era elevada à categoria de Distrito de Paz por ato do presidente de Estado, em 22 de fevereiro. Em 1850 adquiriu estatuto de vila<sup>4</sup>, voltando a pertencer em 1900 a Campina Grande e desmembrando-se definitivamente em novembro de 1904. Em

---

<sup>2</sup> Parede de construções rústicas, feita de barro (a que se misturam às vezes areia e cal) comprimido numa estrutura entretecida de varas ou taquaras; pau-a-pique: casa de taipa.

<sup>3</sup> Campina Grande foi elevada à vila, em 6 de abril de 1790 e o povoado Alagoa Nova passou a constituir parte integrante da vila Nova da Rainha (CÂMARA, 18, p.25).

<sup>4</sup> Em 1850 Alagoa Nova foi elevada a Vila em 05 de setembro pela lei provincial nº 10, desmembrando-se de Campina Grande e passou a pertencer à freguesia de Santa Ana. A instalação da Vila aconteceu em 27 de fevereiro de 1851. O município foi criado desmembrando-se definitivamente do de Campina Grande, através da Lei nº 215 de 10 de setembro de 1904.

1938 teve seu nome substituído por Laranjeiras, continuando até 1943 quando o decreto 520 de 30 de dezembro resistiu à antiga denominação, Alagoa Nova.

Quando da instalação da Vila em 1850 a população do município era de 6.975 habitantes, mas em 1872, com a realização do primeiro censo no Brasil já havia 12.592 pessoas. De acordo com o anuário estatístico do governo do Estado da Paraíba a partir do ano de 1920 a cidade já contava com 35.239 habitantes e já no ano de 1931, Alagoa Nova tinha 51.332 habitantes mas devemos levar em conta os limites territoriais da época, já que a mesma tinha: ao Norte Areia, a Leste Alagoa Grande, ao Sul Ingá e Campina Grande e a Oeste Campina Grande e Esperança, uma área bastante ampla se comparada aos dias atuais. Hoje em dia cidades como São Sebastião de Lagoa de Roça e Matinhas já não pertencem à área territorial de Alagoa Nova. De acordo com o censo demográfico do IBGE, em 2010 a população do município totaliza 19.686 habitantes. Assim distribuída: 9.889 habitantes na zona rural e 9.797 na zona urbana, sendo 9.764 homens e 9.922 mulheres.

### 1.3 Economia

O Município ao longo dos anos teve sua economia ligada ao campo, sendo a lavoura uma das principais fontes de renda do município. Alagoa Nova destacava-se pela produção de farinha de mandioca e de muitas frutas, também produzia alguns cereais essenciais ao consumo: feijão mulatinho, macassar, a fava e o milho, todos ainda em produção. As casas de farinha como eram conhecidas, os locais destinados para a fabricação da mesma estiveram por muito tempo a serviço de muitas famílias que a partir da mandioca produziam a farinha também destinada ao consumo local assim como para a venda em outros mercados nas regiões vizinhas. Devemos levar em conta também um fator importante que as casas de farinha proporcionavam que era o espaço de sociabilidades nas noites que passavam a produzir a farinha.

A cana de açúcar adaptou-se ao solo das várzeas de massapé, bastante ricas em humos e se transformou numa forte fonte econômica para o município, onde se instalaram vários engenhos movidos a tração animal na produção do açúcar, cachaça e rapadura. Por muito tempo esta atividade foi geradora de emprego para muitas famílias alagoa-novenses, muito embora esse tipo de trabalho fosse realizado de forma bastante precária, pois muitos trabalhadores recebiam muito pouco pelo que realizavam. Mas o importante é perceber que muitas famílias de Alagoa Nova tiravam o seu sustento desse tipo de atividade. Além disso, percebemos uma elite canavieira exercendo influências política no sentido de causar, em muitos casos alguns desmandos na cidade, exercendo uma autoridade muitas vezes acima da lei local.

No século XIX, introduziram a cultura do café que se adaptou à região e contribuiu com a ascensão econômica, o algodão, o sizal (agave) também teve o seu destaque contribuindo com a economia local. Os campos de agave na região eram grandes e

proporcionou a muitos alagoa-novenses uma oportunidade de trabalho. A cidade contou ainda com uma despoadeira de arroz localizada no centro da cidade, por traz da rua central. A presença dessa despoadeira nos leva a perceber também que a cidade chegou a produzir o arroz, mesmo que não fosse em grande escala.

Ao longo dos anos o comércio na cidade esteve bastante presente na feira livre que era concentrada na rua central da cidade, onde a partir da administração de Alipio Bezerra criou-se um espaço destinado aos Boxes, estes Boxes são os pontos de comércio na conhecida rua da feira. Neste espaço os trabalhadores rurais da cidade e outros comerciantes que vinham de outras cidades levavam e levam seus produtos para serem comercializados. Além das feiras era possível perceber uma forte presença de bodegas<sup>5</sup>, que por muitos anos fizeram as vezes do que atualmente chamamos de mercadinhos. Atualmente a cidade conta com a presença de muitos mercadinhos que ficam localizados em quase todos os bairros de Alagoa Nova proporcionando assim uma maior facilidade para atender ao crescente número de consumidores. Os mais conhecidos são: o Mercadinho São Paulo do empresário Dorgival Marques; Mercadinho Preço Bom do Herbet (Bebeto) e o Mercadinho Box 33.

Alagoa Nova também vem contando com algumas pequenas fábricas caseiras de alguns gêneros que são comercializados na cidade, como: detergentes, fubá de milho, doces caseiros, bolos e muito mais. Na década de 1980 tivemos a presença da fábrica de refrigerante Bidú<sup>6</sup>, uma produção local que por alguns anos tornou-se em um produto bastante comercializado na região.

Na década de 1990 a cidade contou com uma fábrica de doce onde eram produzidos a partir da organização de uma cooperativa que se responsabilizava pela venda do produto na região. Hoje em dia o prédio é ocupado pela empresa Alpargatas gerando assim uma certa quantidade de empregos aos alagoa-novenses e proporcionando uma circulação dessa renda ao município.

Além disso, a cidade já contou com a presença de algumas lojas que proporcionavam ao morador desta cidade comprar os produtos de sua necessidade. A Miscelânea por muitos anos contribuiu com a venda gêneros das mais diversos tecidos, roupas e muitos outros. Também bastante conhecida era a loja de seu Oscar. Hoje em dia temos uma considerável quantidade de lojinhas com os mais diversos produtos. Alguns armazinhos em destaque como: o Armazinho Imperiano e o armazinho Mons. Borges. Lojas

---

<sup>5</sup> Por muitos anos estas bodegas e mercearias foram importantes na venda dos produtos necessários ao abastecimento das casas alagoanovenes, dentre estas podemos citar as bodegas de Paulo Imperiano, Manoel Enedino, seu Domingos, Chico Lima, João Vieira, seu Acacio e outras tantas também de tamanha importância que ainda funcionam, como a de João Machado, Chico Lima e João Vieira, competindo com os mercadinhos espalhados pela cidade.

<sup>6</sup> A fábrica pertenceu ao comerciante Herbet, bastante conhecido na cidade pelo nome de Bebeto. Atualmente é dono de um mercadinho na cidade, conhecido como "Mercadinho Preço Bom. Ao lado do mercadinho Preço Bom destacamos também o Mercadinho São Paulo, do Empresário Dorgival Marques e outros mais que se destacam nos bairros desta cidade.



de móveis destacamos Martins Móveis, do empresário Ivanildo José Martins, e mais outras duas lojas, a Icasa e a Movelária Mons. Borges.

## 1.4 Aspectos Culturais: A cidade em sintonia com o moderno

Sempre ligada ao campo à vila se desenvolvia e este desenvolvimento a colocava como uma pequena cidade que estava em sintonia com o moderno. Já em finais do século XIX já se via a necessidade do desenvolvimento, pois na dificuldade encontrada pela falta de estradas e meios de transporte adequados o que se produzia no município corria risco de decrescer. “As estradas que buscavam Areia, Campina Grande e Alagoa Grande, eram sinuosas, estreitas, com ladeiras bastante íngremes.” (SALES, 1990, p38).

Nessa perspectiva gostaria de mostrar como é que a cidade de Alagoa Nova foi se modificando nos mais variados aspectos relacionados à configuração e desenvolvimento da cidade. Sabemos que a cidade até início do século XX já contava com alguns recursos e ou equipamentos que a colocavam em sintonia com o mundo lá fora. Alagoa Nova aos poucos foi se desenvolvendo e crescendo.

O que de moderno chegava a outras cidades aos poucos ia fazendo parte do desenvolvimento do município de Alagoa Nova. As ruas não eram alargadas, mas passavam a ser iluminadas, mesmo que fossem poucas, os serviços públicos como limpeza, iluminação e saúde eram já recursos que nesta década de 1920 traziam uma certa comodidade ao município, mesmo que o atendimento não fosse para todos e ainda fosse bastante precário.

Falar em carências como, por exemplo, das carências de estradas, não significa que a vila não contasse com uma ou outra marca do moderno. A vila já contava com um cemitério, o sistema de correios e a Casa da Caridade, que funcionava como uma espécie de ambulatório. A carência das estradas era notória, mas era algo que não isolava totalmente o município dos demais. A dificuldade era superada com os transportes em lombos de animais, cavalos e ou burros.

Já no início do século XX a vila estava estruturada com algumas casas na rua central feitas de tijolos, mantendo o estilo de casas conjugadas; contava com duas igrejas na rua central, a Igreja do Rosário<sup>7</sup>, também conhecida como a igreja dos negros, demolida no ano de 1923. A outra bem próxima à praça central.

---

<sup>7</sup> Era de contextura suntuosa, onde José Gonçalves e os pretos das serras da Caiana e do juá, todos os anos exibiam suas combinadas e cortes reais que alegravam as ruas da vila com trajes típicos e cerimoniais cadenciado ao som de músicas de ritmos contagiantes. (SALES, 1990)

A cidade contava com um coreto<sup>8</sup>, um local destinado a alguns eventos importantes e ponto de encontro dos seus moradores. Uma “Escola Reunida”, destinada à educação de alguns poucos, já que a maioria das pessoas estava ligada ao campo e de certa forma existia uma mentalidade de que o trabalho era mais importante do que o estudo. Sendo assim muitos pais não ligavam muito para a educação dos filhos, ou seja, a educação muitas vezes era o cabo da enxada. O fato de ser uma cidade pequena, as dificuldades em relação à educação eram demais e sendo assim muitas pessoas optavam em educar seus filhos para o trabalho, além da função de agricultor existiam outras profissões onde os jovens e adultos poderiam se ocupar: marceneiros, sapateiros, feirantes, pedreiros e outras mais. Mas mesmo assim ao longo desses anos muitos Alagoa-novenses se formaram e se destacaram no cenário paraibano.

De acordo com as suas condições e proporções a vila de Alagoa Nova em finais do século XIX já contava com um cemitério edificado por empenho do padre Ibiapina<sup>9</sup>. Quando de passagem pela vila, o mesmo também se empenhou na construção do primeiro hospital da cidade, que logo depois foi transformado na Casa de Caridade, que havia sido inaugurada no ano de 1862. A Casa da Caridade foi construída em favor dos indivíduos que fossem acometidos da epidemia reinante (a cólera). A casa abrigava também crianças órfãs e pobres, ensinava as primeiras letras e proporcionava dentro da conjuntura da época muitos benefícios à comunidade.

Por não possuir um sistema de abastecimento de água, a vila se valia das fontes próximas do centro urbano, fontes que serviam para o abastecimento de todos os moradores. Uma das principais era a Cacimba da Caridade, uma fonte puríssima de água que estava localizada em terras do engenho Olho D'água. Por ser mais próxima da cidade foi a principal fonte para o abastecimento local. Portanto, para ter água em casa era preciso uma longa caminhada com as latas d'água na cabeça para que pudessem desfrutar do líquido tão precioso, muitos também transportavam a água em lombos de animais e em muitos casos se pagava para que se tivesse a água em sua casa.

O Sr. Adilino em entrevista concedida no dia 27 de junho de 2011 fala que na época de criança até já adulto,

“a água aqui era carregada na costa de burro, era jumento que só o diabo carregando água da cacimba da caridade, ela era considerada grande, mas existiam outros locais de onde se retiravam a água. Quando era para construção o povo pegava na lagoa, água encanada aqui só em 1960 mesmo só algumas casas tiveram água encanada que passou a vir do açude de Pau-ferro<sup>10</sup>.”

---

<sup>8</sup> Tratava-se de um elegante coreto, em autêntico francês, no largo da matriz. O piso do coreto era de mosaico, avultando bem no centro a legenda “Feita pelo povo”. (SALES, 1990.)

<sup>9</sup> Foi chamado para pregar na vila de Alagoa Nova e achando ali a pobreza enferma em abandono, falou ao povo sobre a vantagem de fazer-se ali um hospital para refrigério dos pobres enfermos que viviam desprezados dos humanos. Pôs mãos à obra e concluiu-a com cômodos para enfermos de ambos os sexos, tendo por enfermeiras almas piedosas que ele atraía das vaidades do século para o caminho da virtude. (CARVALHO, 2008, p. 44)

<sup>10</sup> José Adilino de Lima entrevista concedida no dia 27 de julho de 2011.



A cidade ainda contava com uma biblioteca municipal, fundada em 8 de abril de 1915, destinada aos letrados e poucos estudantes da época, um local destinado ao conhecimento que no momento era para poucos, pois como já foi dito o sistema educacional ainda era precário, e a vila contava com poucos locais destinados a educação dos seus filhos. Os filhos das famílias abastadas iam estudar nas capitais, como era o caso dos filhos de senhores de engenhos; os mais pobres ficavam na pequena vila à mercê da precariedade existente. Mas apesar de tudo isso, os poucos que se dedicavam aos estudos se orgulhavam num futuro próximo de ter aprendido as primeiras letras, algo que viria facilitar a vida posteriormente.

O sistema de correios e telégrafos que fora inaugurado na cidade no ano de 1850, importante meio de comunicação à época, aproximava os moradores desta vila com outras regiões, um dos poucos meios disponíveis para se saber notícias do mundo. A não ser quando alguém mais abastado viajava e chegava de viagem trazendo as novidades das cidades ou regiões por onde andara.

Segundo o autor José Borges de Sales, em sua obra *Alagoa Nova: Notícias para sua história*<sup>11</sup>, os anos de 1920 são marcados por um crescimento. É uma década de prosperidade com o início dos trabalhos de abertura de estradas, denominadas de penetração, que prolongavam os trilhos da Great Western (estrada de ferro), a inauguração em 1920 do serviço de fornecimento de energia elétrica, uma nova arquitetura, cujas construções procuram abandonar o estilo tradicional das casas conjugadas.

Portanto, temos aí uma preocupação existente em torno de um conforto maior para as pessoas, certa privacidade quando estas casas vão deixando de ser conjugadas, já que as casas sendo assim conjugadas as pessoas praticamente sabiam da vida dos outros, pois as conversas eram escutadas pelos vizinhos e rapidamente o que aparentemente era um assunto familiar, passaria a ser socializado por todos se as conversas eram passadas adiante.

As praças, nesse período, a partir dos anos de 1920 até a atualidade têm um sentido de embelezamento da cidade e aos poucos vão se tornando também o ponto de encontro dos moradores. Idosos, crianças, jovens, adultos e casais de namorados, todos usufruindo destes espaços, trocam experiências, contam histórias, discutem política, problemas sociais e pessoais, marcando o primeiro encontro, enfim é o espaço aberto às mais diversas experiências de vida dos alagoa-novenses.

Se o trem, enquanto a representação do moderno significa um novo conceito de espaço-tempo, o mesmo ocorre com a luz elétrica, que simboliza a ruptura com o passado, uma vez que cidade eletrificada é cidade diferente e os olhares sobre ela são diferentes. Sabemos que o novo nem sempre gerou total confiança. O novo gera muitas

---

<sup>11</sup> [SALES, José Borges de. *Alagoa Nova. Notícias para sua História* / José Borges de Sales, Fortaleza, Gráfica Editora R. Esteves Ti progresso Ltda. 1990].

desconfianças, até porque não é para todos. Mas gera mudanças de comportamento, embora mantendo características de uma cidade pequena, pacata, vivendo nessa fronteira entre o urbano e rural. A cidade se moderniza, mais continua sendo a cidade pequena, do morador carregando lenha pelas ruas, do homem cavalgado com seu cavalo ou burro, vendendo os produtos de suas pequenas propriedades em seus burros com caçuás de palha, a cidade que dorme cedo e acorda cedo e que mantém também seus traços de cidadezinha que convive com antigas tradições religiosas.

Sem dúvida alguma, a energia a ser instalada era o que a vila necessitava para parecer moderna, pois não só significava o status de cidade civilizada, mas de cidade em sintonia com o progresso. A novidade era inaugurada na vila de Alagoa Nova ao primeiro dia do mês de janeiro do ano de mil novecentos e vinte, como consta em ata da Câmara Municipal de Alagoa Nova do mesmo ano. De acordo com a ata podemos perceber que as principais autoridades estavam presentes para prestigiar a novidade, o que demonstra a grandeza do fato. Estavam presentes o então prefeito, José de Chisto Pereira da Costa, o sócio da empresa de iluminação elétrica, o seu sócio capitão João Ferreira de Veras, as autoridades civis e eclesiásticas. Um momento digno de reunir as principais autoridades da cidade.

Sabemos que a energia elétrica da CHESF só chegou à cidade na década de 50 do século passado e que com essa melhoria a cidade passaria a dar passos mais largos no sentido de se modernizar, pois a energia proporcionava que as pessoas pudessem usufruir de alguns equipamentos que viriam a mudar os comportamentos das pessoas. Um exemplo maior é quando chega à cidade a TV, mas isso só ocorre no final da década de 60 e início a década de 70. O deslumbramento tornou-se um atrativo a parte, pois pouquíssimas famílias tinham acesso, com exceção dos senhores de engenho e algum comerciante abastardo da cidade, na casa do prefeito e outros. O interessante é que os poucos que tinham o poder de comprar uma TV viam em suas portas uma grande quantidade de pessoas, que por não ter o acesso à mesma, tinham pelas portas e janelas dos seus vizinhos a oportunidade de ver o mundo na tela da TV. Alguns vizinhos não ligavam, mas outros não gostavam, achando assim que sua privacidade estava sendo invadida. Através da tela da TV as famílias se reuniam em torno deste aparelho moderno para se divertirem e sofrerem influência de modismos, principalmente as mulheres, mudando seus penteados e roupas para parecerem com as atrizes da TV. Mas, além disso, também podia se ter notícias de todo mundo de uma forma cada vez mais rápida, ou seja, a cidade estava antenada com o que de mais moderno e importante acontecia mundo afora.

Influenciada pela implantação da luz elétrica, foi sancionada no dia 28 de agosto do ano de 1949 uma lei que autorizava a compra de uma difusora para a cidade. Essa difusora era uma maquinaria moderna que marcou por muitos anos o campo da comunicação local. Estamos falando de um período em que o rádio ainda era algo muito distante da realidade local, pois muita gente não sabia nem da existência de tal recurso. O fato é que a referida difusora fazia às vezes do rádio, haja vista fazer chegar diariamente as notícias locais através dos alto-falantes localizados nos pontos estratégicos da cidade. Em cada recanto de rua estava lá um alto falante levando as falas do locutor oficial do município de alagoa

Nova. A partir da década final do século XX a cidade conta com uma rádio comunitária denominada de Pirauá, a qual faz às vezes da difusora de forma muito mais moderna e eficiente<sup>12</sup>.

## 1.5 Lazer e Diversão

Em Alagoa Nova as pessoas tem como lazer diversas práticas que as levam a diversão. Sabemos que a algumas décadas anteriores as pessoas tinham o hábito de passear no centro da cidade onde diversos jovens se encontravam para conversarem, paquerar e trocar as suas experiências de vida. A diversão se dá nos eventos, nas festas de ruas, bailes nos clubes, festas de aniversários, batizados, casamentos, “assustados”. As festas juninas, natalinas e da páscoa são exemplos de diversões coletivas que englobam tanto as classes mais abastadas como as classes menos abastadas.

Alagoa Nova sempre teve uma forte tradição ligada aos festejos juninos, algo que é típico de nossa região. É muito comum se ver nesse período movimentações nas diversas ruas da cidade com a prática de se organizar as quadrilhas juninas com o intuito de sociabilizar os jovens do centro da cidade, dos bairros mais afastados e menos favorecidos. A prática sobrevive com as fogueiras nas ruas, algumas exageradas para o momento já que se tem hoje em dia uma grande preocupação com o meio ambiente. No entanto, uma prática que confirma a nossa tradição e cultura que deve ser preservada, limitada no sentido de não agravar a natureza e aos habitantes desta cidade.



**Figura 2 - um baile no clube XXI de abril**

Alagoa Nova também já teve seus “grandes” espaços de sociabilidade e diversão como o clube XXI de Abril, localizado onde hoje em dia está situado o Teatro Municipal, um local destinado à classe elitizada da cidade. Também não podemos deixar de lembrar do famoso forro de Totinha, que segundo a população local, era um lugar destinado a uma classe mais popular. A AABE na década de 80 chega a cidade para marcar pelas suas

<sup>12</sup> Hoje em dia a cidade conta com a presença da rádio Pirauá. Um espaço aberto às notícias e programações de todo o mundo assim como as locais ligadas ao comércio, a religiosidade, política, a cultura e outros mais.

grandes festas, como a festa da miss organizada por muito anos pelo popularmente conhecido Tito, uma figura extremamente inteligente que sabia animar a cidade com a presença de belas jovens que mexiam com o imaginário da juventude masculina local.

Atualmente Alagoa Nova dispõe de outros espaços de sociabilidade, como o Moraesão e a Lagoa. Uma das grandes festas da cidade é a festa da galinha e da cachaça criada na administração do senhor Luciano Oliveira (2004/2008). Atualmente a cidade se encontra na administração do prefeito Kleber Moraes que continua dando incentivo à festa assim como a participação do caminho do frio, um evento importante que engloba cidades da região do brejo paraibano.

A festa da padroeira também é um grande espaço para a diversão lazer e sociabilidade dos alagoa-novenses. Os pais se divertem com seus filhos nos parques fazendo seus lanches nas barracas de cachorro quente, batendo um papo com os amigos que reencontram depois de muitos anos. Os pavilhões são o espaço aberto à toda a sociedade dos mais abastados aos menos favorecidos, as pessoas se divertem, conversam, se confraternizam, se reencontram, enfim, é o espaço da multiplicidade, onde longe de qualquer distinção as práticas são múltiplas.

## 1.6 Religião

Foi ainda no tempo do Império que a paróquia foi criada, 22 de fevereiro de 1837, e isso aconteceu por decreto provincial. A Igreja era dirigida pelo Estado e o catolicismo era a religião oficial. A paróquia de Santana foi desmembrada da freguesia de N.S. da Conceição de Campina Grande com a aprovação do bispo, que neste tempo era o bispo de Olinda, dom João da Purificação Marques Perdigão.

Sempre que se fala da história da religião da paróquia é lembrada a figura de Mons. José Borges que marcou a sua história nesta localidade pelos mais de 40 anos que ficou como vigário desta, de 1937 até 1980. Durante a sua presença ocorreram muitas mudanças. Filho de Alagoa Nova, penta-neto, pelo lado paterno, de José de Abreu Tranca e parente pelo lado materno, do vigário José Antunes Brandão, o sacerdote paraibano nasceu em 27 de julho de 1896 e faleceu em 23 de fevereiro de 1980. Um dos mais eloqüentes oradores da arquidiocese paraibana, ordenou-se a 2 de fevereiro de 1919.

O Padre José Borges iniciou seu paróquio em janeiro de 1937. Nos primeiros anos em Alagoa Nova Mons. José Borges se dedicou totalmente à realização de um sonho que era a construção de uma nova Matriz. Houve durante o tempo de sua construção, que foi de 1939 até 1943 diversas missões para a realização da obra. Antes de ser concluída a obra por falta de estrutura aconteceu o desabamento da torre da Igreja causando a morte de 3 trabalhadores. Outra grande contribuição do Padre foi à construção de um ambulatório embaixo da igreja com uma ajuda muito marcante da tão conhecida parteira Sofia de Castro. Assim como também grande influência na construção do colégio



Monsenhor José Borges de Carvalho em Alagoa Nova. Atualmente uma grande escola a nível estadual, que tem se destacado em levar vários alunos a ingressarem nas universidades paraibanas.

Atualmente a paróquia de Santa Ana compõe-se dos seguintes municípios, Alagoa Nova e Matinhas, situada na microrregião do Brejo da Paraíba, distante 30 km de Campina Grande, sede da Diocese da qual faz parte. Compreendendo uma área de 160,37 Km<sup>2</sup>. A paróquia de Santa Ana está organizada em comunidades, tendo, aproximadamente 32, agrupadas em sete setores missionários. Tem 13 capelas construídas e mais duas em processo de construção, além do Centro pastoral. Os atuais vigários são: Pe. João Afonso e Pe. Leandro.

## 1.7 Referências

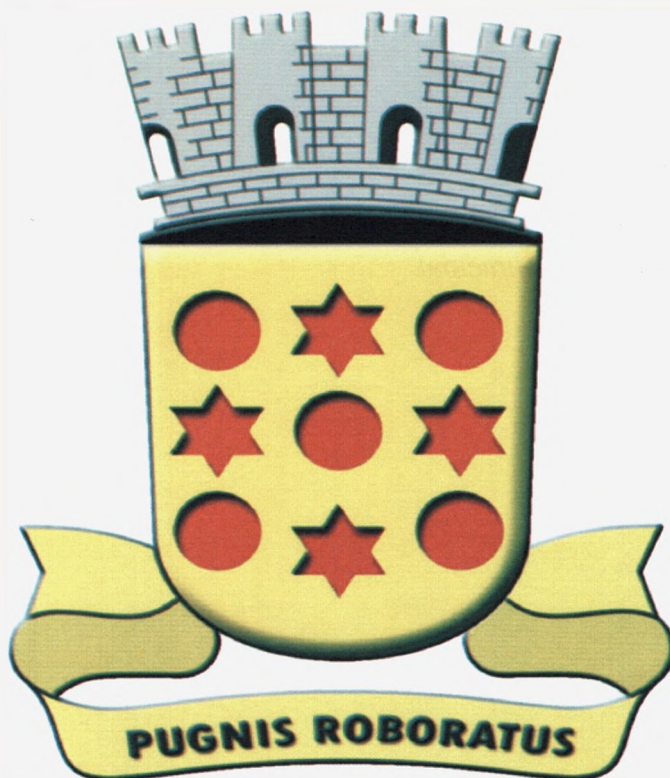
LIMA, José Adilino de. Entrevista concedida no dia 27 de julho de 2011.

SALES, José Borges de. Alagoa Nova. Notícias para sua História / José Borges de Sales, Fortaleza, Gráfica Editora R. Esteves Ti progresso Ltda. 1990]

## Capítulo 2

Uma história de...

Areia



## Hino de Areia

Ave Areia:

Diamante engastado na serra.

Lapidado da chuva e do sol,

És Areia! Dulcíssima terra

Mais formosa que o lindo arrebol.

Flor do bosque, que um brejo circunda.

És perene

O lençol d'água

Que te inunda.

Minha terra, de agrícola flores,

És ninho também de condores!

Minha terra, meu berço de amores,

És ninho também de condores!

Doces sons de uma flauta inspirada

Sintetizas cidade-primor!

És sereia no brejo encantada

Cujo canto é um perigo de amor.

*Letra: Arthur Rabello.*

*Música: Cidalino Fernandes Pimenta.*

*"Dedicado ao benemérito Estadista José Américo de Almeida e ao seu irmão Coronel Jayme de Almeida, estimadíssimo Prefeito Municipal"*



# Uma abordagem sobre a imperial cidade de Areia

Eleonora Félix da Silva  
Prof.<sup>a</sup> Ms. em História pela UFCG

## 2.1 Localização

O município de Areia está situado na região do brejo paraibano, limitando-se com Arara, Serraria e Pilões, ao norte, e a leste com Alagoinha e Alagoa Grande; ao sul os municípios vizinhos são Alagoa Grande e Alagoa Nova e ainda Remígio, a oeste. Aliás, o território do município de Areia já passou por um processo histórico de transformações, como podemos verificar na descrição que HOHAN (1911) fez do território de Areia no século XIX: “no alto da serra da Borborema, na parte em que esta serra é mais conhecida com a denominação de brejos [...] os limites do município eram ao N. os municípios de Cuité, Bananeiras e Independência; ao S os de Alagoa Nova e Ingá; a L. o de Pilar; ao O. o de Campina Grande”<sup>13</sup>. Sobre as modificações que o território de Areia passou, o historiador Horácio de Almeida (1958) observou que “com o tempo seu território foi sendo mutilado”, por exemplo, Alagoa Grande desmembrou-se em 1864, Pilões em 1883 e Lagoa do Remígio em 1957.<sup>14</sup>

## 2.2 Fundação

O ambiente onde se constituiu o município de Areia foi ocupado, nos seus primórdios, pelos nativos denominados Bruxaxás e por isso Areia foi, por muito tempo, conhecida como Sertão dos Bruxaxás. Sertão por ser área do interior da imperial província da Parahyba do Norte, já a palavra Bruxaxá faz referência aos indígenas Cariris que ocuparam aquele território, é uma palavra que significa “terra onde canta a cigarra”.

---

<sup>13</sup> Esta descrição geográfica refere-se ao século XIX, pois com o desmembramento e criação de outras cidades, os municípios vizinhos de Areia já são outros. Para a descrição citada tomamos como referência ROHAN, Henrique de Beaurepaire. Chorographia da Província da Parahyba do Norte. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**. João Pessoa, nº. 3, 1911, p. 328-330.

<sup>14</sup> Veja ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia: memórias de um município**. Rio de Janeiro: MEC, 1958, p.54.

Atualmente na cidade não há nenhuma localidade cuja denominação nos remeta a este nome original. O historiador Horácio de Almeida é quem faz referência a uma rua denominada Rua do Pirunga, segundo ele esta denominação foi dada em homenagem ao representante da tribo Bruxaxá, da nação Cariri, que ocupou o território de Areia.<sup>15</sup>

No século XIX o município era designado como Brejo de Areia e foi em 1815 que a povoação do Brejo de Areia foi elevada à condição de vila com a denominação de Vila Real do Brejo de Areia. Ainda no mesmo século ganhou contornos de cidade, sendo sua emancipação política datada de 1846. Daquela antiga denominação se originou o nome de Areia. (ALMEIDA, 1958, p.13-14)

Foi naquele espaço onde se formou uma sociedade diversificada, que foi descrita pelo historiador Alexandre Felipe Fiúza (1998) da seguinte maneira:

O homem nativo (o índio) foi expulso e, no seu lugar, instalou-se o colonizador português (branco ou mestiço). Novos atores foram surgindo: os tropeiros, os vaqueiros, os sacerdotes, os mascates, os agregados, os escravos, os senhores de engenho, os revolucionários, os trabalhadores assalariados, os fabricantes de rapadura, os intelectuais, os artistas, e muitos e muitos outros.<sup>16</sup>

## 2.3 Aspectos Econômicos

A formação social e econômica de Areia esteve vinculada à atividade agrária, pois a fertilidade do solo contribuiu para o cultivo de produtos diversos, sendo o algodão um deles. Segundo Almeida (1958) a fertilidade do solo permitiu que grupos familiares se instalassem na região, dedicando-se ao cultivo de algodão e este produto esteve na base econômica de Areia até meados do século XIX, quando a atividade canavieira começou a ser praticada e atingiu um apogeu, tornando-se a principal cultura agrícola da localidade.

Naquele contexto histórico “o braço escravo existia em número tão reduzido que mal chegava para os rudimentares trabalhos da lavoura”, como afirma Horácio de Almeida. Mas, o trabalho do negro escravizado, em Areia, se fez presente desde seus primórdios, tendo esta presença de mão de obra cativa se intensificado com o desenvolvimento da lavoura canavieira.

O cultivo da cana de açúcar possibilitou a implantação de numerosos engenhos, onde se transformava essa matéria prima em produtos como o açúcar, a rapadura e a aguardente. Estes produtos eram comercializados em função de uma demanda existente no litoral e no sertão da província. Uma das formas de trabalho empregada nos engenhos

---

<sup>15</sup> Ibidem, p. 292-293.

<sup>16</sup> FIUZA, Alexandre Felipe. et alii. **Uma História de Areia**. João Pessoa: UFPB, 1998, p.19.

foi a mão de obra dos trabalhadores escravizados e no século XIX Areia era uma das cidades de maior número de cativos da província. Entretanto, os senhores de escravos não chegaram a ostentar numeroso contingente de escravizados, daí ser característica a pequena posse de cativos, como se pode ver no quadro seguinte:

MUNICÍPIOS COM MAIORES NÚMEROS DE ESCRAVOS NA PROVÍNCIA DA PARAHYBA (1851)

Municípios	População livre	População escrava	% da população escrava
Cidade e Alhandra	24.691	4.391	17,8%
Villa de Campina	14.449	3.446	23,8%
Villa de Souza	14.109	3.446	24,4%
Villa de Mamanguape	11.161	2.398	21,5%
Cidade d'Arêa	19.240	2.020	10,5%
Villa do Pilar	7.249	1.982	27,4%
Villa de Bananeiras	26.960	1.789	6,7%

Fonte: Mappa Estatístico da População Livre e Escrava da Província da Paraíba do Norte em 1851, presente no Relatório do Presidente de Província da Parahyba, o Dr. Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, em 3 de maio de 1852.

Os escravistas de Areia detinham posses de terras que serviam para funcionar engenhos e destinava-se também à criação de animais como o gado vacum (bois) e o gado cavalari (criação de equinos), esta criação de animais complementava o quadro da economia areiense no Oitocentos. Aliás, a criação de animais teve importância tanto para a economia de Areia quanto para província da Parahyba, pois servia para subsidiar a alimentação, servia de transporte e força de trabalho nos engenhos e, conforme nos mostra a historiadora Diana Galliza, pela sua participação ativa no comércio da província.<sup>17</sup>

Areia estava inserida no quadro da economia paraibana do século XIX, baseado na lavoura mercantil e no uso do trabalho escravo, mas os proprietários “mesmo recorrendo ao trabalho escravo não dispunha do prestígio dos da zona da mata, até porque no brejo também vigorava a policultura do gênero de subsistência”.<sup>18</sup> A historiadora Diana Galliza também defende que o brejo paraibano, incluindo Areia, desenvolveu uma organização

<sup>17</sup> GALLIZA, Diana Soares de. **O declínio da escravidão na Paraíba (1850-1888)**. João Pessoa: Editora Universitária, 1979, p. 53.

<sup>18</sup> ARRUDA, José Octávio de. **História da Paraíba: lutas e resistências**. João Pessoa: A União, 1994, p.54.

fundiária distinta, com caráter policultor na sua agricultura e, assim, favorecendo a pequena e média propriedade, além de alguns latifúndios.<sup>19</sup>

O caráter policultor da agricultura, em Areia, se expressava pelo fato dos proprietários de terra possuírem engenhos com partidos de cana, além do cultivo de algodão e roçados de mandioca, por exemplo. Os produtos agrícolas resultados da agricultura (seja do cultivo do algodão ou da cana de açúcar) serviam para a sobrevivência das pessoas donas de terras e serviam para abastecer o comércio local. De acordo com o relatório elaborado pelo areiense Joaquim da Silva, em 1881, o comércio de Areia destacou-se pela exportação de açúcar, rapadura, aguardente, algodão, etc., porém, importava fazendas, louças, vidros, ferragens.<sup>20</sup>

Junto à lavoura canavieira, foi o comércio que elevou o nome de Areia como importante núcleo urbano e mercantil dentro da província paraibana, tendo a feira se tornado uma das maiores do interior da Parahyba que atendia às necessidades do lugar e de outras localidades. A feira era o local das trocas comerciais, todavia, este não era o único meio, na cidade, de divulgar o comércio dos produtos a serem vendidos, pois outra alternativa para se empreender um bom negócio era através dos jornais areienses.

Anúncios econômicos eram o que não faltava no jornal “O Areiense”. O senhor Sindolpho Guedes Alcanforado anunciava, em 11 de agosto de 1877, que a sua propriedade, denominada Laranjeira, com casa de vivenda, moenda de ferro e aviamento de fazer farinha, estava à venda. No jornal o senhor Marcolino Evaristo de Gouvêa colocou anúncio de venda de uma casa na Rua Pedro Américo. Além dessas, mercadorias diversas eram oferecidas através dos jornais:

“A 3:800

Novíssimos queijos do Reino em caza de Florentino Cavalcante de Albuquerque Flores. Sendo a dinheiro. (OAREIENSE, 1877, p.”

“O abaixo assignado vende cal na Lagoa do Remígio a 10\$000 o alqueire em medida de dez litros, e se encarrega de mandar botar aonde quizerem mediante frete comodo. Francisco Barbosa da Silva. (OAREIENSE, 1878, p.4)”

“Manual dos estudantes de latim – pelo professor aposentado J.J. H. da Silva – a 2\$000 nas lojas dos Snrs. Jose Pedro da Silva Cazumba e Hermínio Melquiano da Silva Ramos nesta cidade. (OAREIENSE, 1877, p.4).”

Os jornais nos mostram que havia um vínculo entre Areia e comerciantes de outras localidades:

---

<sup>19</sup> GALLIZA, Diana Soares de. **O declínio da escravidão na Paraíba 1850-1888**. João Pessoa: Editora Universitária, 1979, p. 181.

<sup>20</sup> SILVA, Joaquim da. Apud GAUDÊNCIO, Francisco de Sales. **Joaquim da Silva: um empresário ilustrado do Império**. Bauru, SP: EDUSC, 2007, p. 295.

### Anuncio prometido

Com muita satisfação anunciamos que os Sres. Primo Pacheco Borges & Filho tem a venda na Capital a rua do Visconde de Itaparica nº 2 e 4 – formicida Capanema, sendo cada lata de 5 litros por 16\$000.(OAREIENSE, 1877, p.4).

Hoje em dia o meio de comunicação mais usado para anúncios são as emissoras de rádio existentes na cidade. Por sua vez, a economia local ainda concentra-se na agricultura de produtos como cana de açúcar, feijão e mandioca. Ainda há cerca de 28 engenhos em funcionamento no município, cujo objetivo é a produção de cachaça e rapadura. Já o comércio local não apresenta o mesmo destaque de outrora, apresentando ligações com outros municípios para se abastecer, principalmente com compras realizadas em Campina Grande. Muitas pessoas vivem trabalhando na prestação de serviços públicos como fonte de rendas, porém algumas novidades têm despontado, a exemplo da experiência na produção artesanal realizada por uma associação de mulheres denominada “Arte na mão”. Na associação as mulheres produzem obras artesanais com palha de bananeira, com a qual produzem uma variedade de objetos utilitários que são comercializados em exposições. Dessa forma os produtos artesanais têm se tornado uma importante fonte de renda para subsidiar as despesas domésticas.<sup>21</sup>

## 2.4 Aspectos Culturais

O espaço urbano de Areia passou por um desenvolvimento na segunda metade do século XIX, contava a cidade com artérias como a Rua Direita, a Rua do Limoeiro, a Rua do Rosário, a Rua do Sertão, a Rua Pedro Américo, a Rua do Teatro, etc., onde moravam as famílias dos senhores escravistas.

A Rua Pedro Américo recebeu esta denominação, pois bem no seu início se localizava a casa onde nasceu o pintor Pedro Américo de Figueiredo e Melo que viveu entre 1843 a 1905. Atualmente é a “Casa Pedro Américo”, onde existe uma pinacoteca com reproduções de obras de arte do artista, além de objetos de uso pessoal do mesmo. Conforme os arquitetos Ivan



**Figura 3 - Casa Pedro Américo. Fonte: <http://areia.pb.gov.br/?pg=monumentos>. Acesso em: 10 jan. 012.**

<sup>21</sup> Informações disponíveis em <http://areia.pb.gov.br/?pg=artesanato>. Acesso em 10 jan. 2012.



Cavalcanti Filho e José Eduardo de Moura (2003), a casa apresenta traços da arquitetura colonial, sendo “bastante singela, a Casa Pedro Américo não possui afastamento laterais, apresentando na sua fachada uma porta e duas janelas guilhotina”.<sup>22</sup>

O referido pintor foi um dos grandes nomes da pintura brasileira na segunda metade do Oitocentos, tendo pintado importantes obras, uma das mais conhecidas é “O grito do Ipiranga”, pintado sob encomenda do imperador D. Pedro II. Além dele, seu irmão Aurélio de Figueiredo também se destacou na pintura. No Museu Regional de Areia ainda há uma tela original de Pedro Américo - chamada Cristo Morto - e outras telas de Aurélio de Figueiredo.



**Figura 4 - À esquerda da foto está a Igreja matriz de Areia. Fonte: <http://areia.pb.gov.br/galeria2/images/29.jpg>. Acesso em 10 jan. 2012**

Bem no centro da cidade ficava a igreja matriz de Areia cuja origem, conforme Horácio de Almeida, vem desde 1800 quando existia uma capela “no local onde hoje se ergue a matriz, com a mesma invocação de Nossa Senhora da Conceição” [...] “Era apenas um casarão de palha, atravessando o meio da rua”, a mesma passou por diversas reformas, uma delas em 1808, ano em que foi coberta de telhas”.<sup>23</sup>

A Rua do Rosário remete a existência ali da Igreja do Rosário ou Igreja de Nossa Senhora do Rosário “iniciada por uma irmandade de gente de cor, é a mais antiga do lugar [...] sua conclusão data de 1886”. Encontramos um documento datado de 1865 em que o governo da província concede verbas para auxiliar as obras da Igreja do Rosário em Areia, o referido informa:

AAssembléia Legislativa da Paraíba do Norte resolve

Art. 1º São concedidas vinte loterias de quatro contos de reis cada uma em benefício das obras da Igreja de N. S. mãe dos homens desta cidade, e outras tantas em benefício das de N. S. do Rosário da Cidade de Areia. [...]

Paço d'Assembléia Legislativa da Paraíba do Norte em 14 de setembro de 1865.

Os arquitetos Ivan Cavalcanti Filho e José Eduardo de Moura nos informam que “o autor de seu projeto não é conhecido, nem tampouco a data de sua fundação”, mas “as linhas gerais da Igreja remetem ao barroco na sua última fase”. Sabemos, no entanto, que

<sup>22</sup> CAVALCANTI FILHO, Ivan e MOURA, Jose Eduardo de. **O patrimônio ambiental urbano de Areia: proposições de preservação e revitalização**. João Pessoa: Ideia, 2003, p.107.

<sup>23</sup> ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia: memórias de um município**. Rio de Janeiro: MEC, 1958, p. 18.

no ano de 1871 foi “aprovado o compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário erecta na Cappela da mesma invocação da cidade d'Areia” através da Lei Nº. 442, sancionada pelo presidente da província, o senhor Frederico de Almeida Albuquerque. No documento de compromisso ficavam estabelecidas as obrigações dos membros da Irmandade interessados em “concorrer para o incremento do culto que se tributa” a Senhora do Rosário, bem como as atribuições dos empregados da mesma Irmandade, a saber: a mesa regedora composta por um juiz, um escrivão, um tesoureiro, um zelador.<sup>24</sup>

As irmandades eram instituições que se caracterizavam pela congregação de homens leigos livres, libertos ou escravos para a prática de cultuar um santo ou santa católica, sendo a ajuda mútua entre os seus membros – chamados irmãos – uma das suas funções. O funcionamento de uma irmandade era regido por estatutos ou compromissos, que para exercício efetivo precisava de uma autorização oficial. No Brasil Imperial cabiam às autoridades eclesiásticas aprovar e os presidentes de província sancionar os compromissos das irmandades através de leis provinciais. Nos compromissos das irmandades ficavam estabelecidas as condições que cada sócio-irmão deveria obedecer, entre eles as condições “jurídicas ou cor de pele”, entretanto, no compromisso da irmandade de Nossa Senhora do Rosário da cidade de Areia, aprovado em 1871, há um silêncio quanto a estas duas exigências. A Irmandade do Rosário não era a única existente em Areia no século XIX, segundo o historiador Horácio de Almeida uma Irmandade do Santíssimo Sacramento foi criada na cidade no ano de 1847.

A alguns metros à esquerda da Igreja do Rosário adentrava-se na Rua do Theatro (hoje Rua Eptácio Pessoa), onde ainda está localizado o Theatro Recreio Dramático, inaugurado em 1859. Construído por iniciativa de particulares, sem ajuda do governo, entre eles estavam “intelectuais, comerciantes e senhores de engenhos organizados na Sociedade Recreio Dramático”. Os membros dessa sociedade faziam doações no intuito de construir o teatro que atualmente chama-se Teatro Minerva, em homenagem a estátua da deusa romana colocada no topo da sua fachada. O teatro tem um prédio bastante simples, sendo sua fachada principal arrematada por um frontão clássico, em cujo vértice está colocada a estatueta da deusa Minerva. Interiormente há o hall de entrada, a sala de espetáculos, os corredores laterais térreos e superiores, o palco e os camarins. O piso é de tijoleira, e todo o cadeiral, teto, e corredores, de madeira rústica. (CAVALCANTI FILHO; MOURA, 2003, p. 68-69). O teatro simboliza a efervescência cultural, de Areia, na segunda metade do dezenove, pois nele, além dos artistas locais, apresentavam-se companhias teatrais até do Recife.

No espaço urbano de Areia predominavam casas modestas feitas de tijolo, mas na segunda metade do século XIX cresceu o número de sobrados, que eram edificações com dois pavimentos, diferente das casas térreas, feitos de tijolo. De acordo com o relatório de Joaquim da Silva, feito em 1881, naquele contexto histórico da cidade “a maior parte das

---

<sup>24</sup> Veja Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Manuscrito do período Imperial da Paraíba. Arquivo Histórico da Paraíba, João Pessoa. Caixa 056. 1871.



casas são térreas, havendo uns 16 sobrados”.<sup>25</sup> Os sobrados, em Areia, eram símbolos de riqueza para os mais abastados, por conseguinte era um diferenciador social, além do mais, havia ainda aqueles escravistas cujos sobrados não serviam apenas como “casa de vivenda”.



**Figura 5 - Hoje esta construção é um dos monumentos históricos da cidade e uma atração para os turistas, uma vez que ele está aberto à visitação pública àqueles interessados em conhecer como eram as moradias dos escravistas mais abastados da cidade de Areia oito**

Temos conhecimento sobre o fato de haver em Areia uma edificação com indicação de existência de senzala, situado ainda hoje no centro da cidade, cuja propriedade inicial foi atribuída a Francisco Jorge Torres no início do século XIX. Próximo do sobrado havia um beco que até hoje é chamado “Beco do Jorge”, de acordo com Horário de Almeida. Para os arquitetos Ivan Cavalcanti Filho e José Eduardo de Moura o referido sobrado é uma “típica residência urbana da época colonial”, os autores fazem a seguinte descrição de sua estrutura física:

Sua fachada é bastante simétrica, possuindo quatro janelas tipo guilhotina e porta de entrada no pavimento térreo; e cinco portas com balcões de ferro forjado no pavimento superior. As referidas aberturas são em arco abatido com molduras de pedra. Evidencia-se ainda na fachada principal a existência de beiral com cornijas, e os lampiões de ferro. Internamente o prédio possui um pátio de acesso à senzala, que igualmente possui dois pavimentos. (CAVALCANTI FILHO; MOURA, 2003, p. 91).

Atualmente a população de Areia é de 23.829 habitantes, conforme o censo realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2010. Entretanto, no contexto histórico em destaque, havia 24.125 pessoas livres e 1.424 pessoas escravizadas, conforme o primeiro censo geral do Brasil imperial, realizado em 1872. O censo demonstrou que entre a população livre de Areia havia 1.583 homens que sabiam ler e escrever e 10.310 homens analfabetos, sendo que entre as mulheres eram 766 que sabiam ler e escrever e 11.407 analfabetas.<sup>26</sup>

<sup>25</sup> SILVA, Joaquim da. Apud GAUDÊNCIO, Francisco de Sales. **Joaquim da Silva**: um empresário ilustrado do Império. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

<sup>26</sup> Trata-se do Censo de 1872. Disponível em [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza\\_colecao\\_digital.php?titulo=Recenseamento%BF%20Geral%20do%20Brasil%201872%20Imp%EF%BF%BDrio%20do%20Brazil&link=Império%20Brazil#](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colecao_digital.php?titulo=Recenseamento%BF%20Geral%20do%20Brasil%201872%20Imp%EF%BF%BDrio%20do%20Brazil&link=Império%20Brazil#). Acesso em: 30 set. 2009.

No relatório feito pelo professor e latinista areiense Joaquim da Silva, mencionado anteriormente, no tocante à instrução pública havia, no ano de 1881, uma escola pública do sexo masculino e outra do sexo feminino, em Areia. O autor acrescenta ainda que existia uma biblioteca particular ou gabinete de leitura na cidade, na qual se emprestava livros mediante um pagamento, todavia, a educação escolar era de difícil acesso e a maioria da população era analfabeta.

A instrução pública era um problema, mas não faltou, em Areia, “um meio de comunicação que veiculasse notícias, opiniões, que disseminasse as informações e o saber”, como os jornais. No século XIX foram editados vários jornais na cidade, tendo sido o primeiro publicado em 1877, intitulado “O Areiense”, fundado por Júlio Silva e seu pai Joaquim da Silva e circulou por cerca de três anos. O jornal “O Areiense”, que se imprimia na Rua do Rosário, nº. 7, mostrava no seu noticiário alguns elementos característicos da sociedade areiense oitocentista. Na seção “Almanach” publicava-se uma lista com os nomes dos santos de cada dia do mês, denotando o caráter religioso e católico daquela sociedade, além dos avisos de missas em intenção da alma de falecidos.

As notícias sobre assuntos que afetavam aquela sociedade aparecem em pequenos artigos, tais como a questão da instrução pública na cidade, os melhoramentos para a agricultura, anúncios de escravos fugidos, anúncios de vendas de propriedades de terras, mercadorias e até matrículas de escravos. Entre os anúncios de venda, do dia 25 de agosto de 1877, havia um que noticiava a venda de um “Manual dos estudantes de latim pelo prof. J. J. H. da Silva – a 2\$000”. No mesmo jornal o responsável pelo Gabinete de Leitura pedia “aos sócios do Gabinete de leitura d'esta cidade, que há muito tempo teem em seu poder livros do mesmo gabinete, queiram restitui-los quanto antes, para os outros sócios lerem”.

No jornal “O Areiense”, na seção “annuncios”, encontramos o caso em que o senhor Canuto Simpliciano da Silva se apresentava como comprador de escravos:

#### Annuncios

Canuto Simpliciano da Silva compra escravos dando mais vinte mil réis por cima do preço de qualquer comprador pois para isto tem autorização: pode ser procurado a qualquer hora na Rua de Pedro Américo nº 7. (OAREIENSE, 1877, p. 4)

Ser comercializado fazia parte das múltiplas experiências vividas pelas pessoas escravizadas, mas os escravos, em Areia, viveram outras experiências, tais como as estratégias de resistências, a exemplo das fugas. A fuga era usada pelos cativos como forma de agir em favor de sua liberdade, isso nos faz pensar que os escravos não foram passivos na história e não ficaram submissos à ordem escravista.

Os senhores escravistas, a fim de defender seus interesses, usavam os jornais para manter sua propriedade quando os cativos fugiam de seus domínios. Era no espaço urbano que os proprietários de escravos acionavam os jornais como mais um instrumento de controle sobre os negros e negras escravizados. O senhor Manoel Henrique de Sá Carvalho e Costa fez publicar anúncio em jornal, oferecendo recompensa a quem encontrasse seus escravos fugidos, Francisco e Felismino. Aquele, “creolo de corpo regular, nariz um tanto afilado, rosto comprido, pouca barba no queixo inferior, bem parecido, ar alegre, tem por costume quando falar rir-se, pernas finas”; já o seu irmão Felismino era “alto, secco, nariz chato, sem barba, pernas finas, pés regulares, mãos compridas”. (OAREIENSE, 1877, p.4)

Além disso, dizia no mesmo jornal: “roga-se a qualquer pessoa, que apreender os referidos escravos que faça delles entrega nesta cidade”. A cidade aparece então como lugar dos escravistas sociabilizarem seus interesses, no caso o interesse de preservar sua propriedade. No anúncio citado, o senhor Manoel Henrique de Sá Carvalho e Costa estabeleceu com o senhor Tertuliano Gonçalves Lisboa, morador da cidade, que fosse a ele entregue os escravos caso fossem apreendidos.

A experiência da fuga oferecia muitos riscos, que muitas vezes frustravam os projetos dos cativos. No ano de 1877, o escravo Domingos fugiu para a Vila de Alagoa Nova, na província da Parahyba do Norte, quando soube que o seu senhor estava no seu encalce e, quase lhe pegando, preferiu cometer suicídio a ser reescravizado. (O AREIENSE, 1877, p. 2-3)

O jornal “O Areiense” não foi o único existente em Areia, onde circularam também jornais como “O Século” (1883) e o jornal abolicionista “Verdade” (1888). Hoje os vestígios desses periódicos podem nos fornecer indícios sobre a história do município, todavia não conta mais com a circulação de jornais impressos produzidos na própria localidade. Já a realidade educacional do município está bem diferente daquela do século XIX, pois entre as escolas públicas existentes na zona urbana e rural - além das escolas particulares - existe uma instituição de ensino superior que é um dos campi da Universidade Federal da Paraíba. Trata-se do Centro de Ciências Agrárias que se originou da Escola de Agronomia do Nordeste criada em 1934. Atualmente conta com cursos de Agronomia, Zootecnia e Biologia, inclusive com cursos de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado.

A atividade jornalística, as leituras no gabinete, as elementares formas de instrução, as práticas religiosas das irmandades e igrejas, entre outras práticas, compunham a vida cotidiana na cidade de Areia. Esta tinha seu espaço urbano, no século XIX, já se diferenciando do mundo rural pela presença de edificações como o Teatro, o próprio Gabinete de Leitura, as ruas demarcadas pela presença de casas de taipa ou de tijolo, os sobrados e as igrejas, que eram edificações que marcavam a paisagem urbana de Areia. Tudo isso erguido com o trabalho de muita gente, portanto, essa é só uma parte de uma densa história construída por uma diversidade de pessoas que viveram, sonharam, lutaram e teceram esse pequeno torrão no Brasil imperial.

## Fontes

[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza\\_colecao\\_digital.php?titulo=Recenseamento%BF%20Geral%20do%Brasil%201872%20Imp%EF%BF%BDrio%20do%20Brazil&link=Imperio%20Brazil#](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colecao_digital.php?titulo=Recenseamento%BF%20Geral%20do%Brasil%201872%20Imp%EF%BF%BDrio%20do%20Brazil&link=Imperio%20Brazil#). Acesso em: 30 set. 2009.

<http://areia.pb.gov.br/?pq=artesanato>.

## 2.5 Referências

- ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia**: memórias de um município. Rio de Janeiro: MEC, 1958, p. 18.
- ARRUDA, José Octávio de. **História da Paraíba**: lutas e resistências. João Pessoa: A União, 1994, p.54.
- CAVALCANTI FILHO, Ivan e MOURA, Jose Eduardo de. **O patrimônio ambiental urbano de Areia**: preposições de preservação e revitalização. João Pessoa: Ideia, 2003, p.107.
- FIUZA, Alexandre Felipe. et alii. **Uma História de Areia**. João Pessoa: UFPB, 1998, p.19.
- GALLIZA, Diana Soares de. **O declínio da escravidão na Paraíba (1850-1888)**. João Pessoa: Editora Universitária, 1979.
- ROHAN, Henrique de Beaurepaire. Chorographia da Província da Parahyba do Norte. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**. João Pessoa, nº. 3, 1911, p. 328-330.
- Veja ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia**: memórias de um município. Rio de Janeiro: MEC, 1958, p.54.
- SILVA, Joaquim da. Apud GAUDÊNCIO, Francisco de Sales. **Joaquim da Silva**: um empresário ilustrado do Império. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

# Capítulo 3

Uma história de...

## Aroeiras



# Aroeiras em fios de sua história

Jordan Queiroz Gomes<sup>27</sup>

## 3.1 Localização

A cidade de Aroeiras está situada no Agreste paraibano, distante de Campina Grande, cidade pólo, cerca de 54 km e de João Pessoa, capital do Estado, 178 km, aproximadamente. Segundo dados do IBGE, inscritos no Censo de 2010, sua população é de 19.082 habitantes, contendo sua unidade territorial, uma área de 374,694 Km<sup>2</sup> numa densidade demográfica de 50,93 (hab/Km<sup>2</sup>). Pode-se dizer que possui sua base econômica voltada para o comércio de produtos diversos disponíveis nas casas de comércio e em sua feira local, realizada aos sábados. Segundo dados Estatísticos do Cadastro Central de Empresas, organizados em 2009, a cidade possui o número de 145 unidades locais de comércio, ocupando cerca 1.280 pessoas.<sup>28</sup>

## 3.2 Origens

São realmente antigas as chamadas “histórias de cidades”. E, para a nossa alegria, devemos o (re)conhecimento sobre “as origens” do município a certas narrativas e livros de memórias que se preocuparam em registrar alguns fatos e acontecimentos ocorridos na Aroeiras do passado de modo que, acreditamos, pudessem ser acessados em um dado presente. A eles, devemos parte dessas breves linhas que seguem. Neste caso, vejamos rapidamente como essas “narrativas” relatam as “origens” de Aroeiras. Era uma vez...

Conta-se que transcorria a primeira metade do século XIX, por volta de 1815, quando Laurentino de Moura Varejão, provavelmente de origem portuguesa, acompanhado de alguns homens saía da cidade do Recife em direção ao interior de Pernambuco nos limites com a Paraíba. Sua ida, narra, deu-se pelo desejo de conhecer novas terras e movido pelo espírito aventureiro de conquistar riquezas. Pelo curso que

---

<sup>27</sup> O Autor é mestrando pelo Programa de Pós Graduação em História da UFCG (PPGH-UFCG) na linha de pesquisa Cultura e Cidades desenvolvendo pesquisas sobre as “Sensibilidade e representações na construção do espaço urbano aroeirense entre sonhos, desejos e práticas (1920-1960)” sob orientação do Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha.

<sup>28</sup> Os dados foram obtidos no IBGE, no link cidade: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?> acesso em 20/10/2011.

seguiu, saindo de Recife, Laurentino e seus homens chegaram a então localidade de São Vicente Férrer, ainda em Pernambuco, onde, provavelmente, descansaram e deram prosseguimento a viagem cujo destino era as mediações interioranas dos rios Paraíba e Paraibinha. Quando lá chegaram, o curso do rio Paraíba em direção ao mar serviu de guia na empreitada de se encontrar novas terras. Seguindo por sua margem, o português encontrou a foz do Paraibinha por onde, em sentido contrário, seguiu até deparar-se com a desembocadura de um riacho. A partir desse ponto, Laurentino adentra em meio à mata seguindo o leito do riacho. Caminhando mata a dentro encontrou um olho d'água salubre em meio a frondosas palmeiras de nome "Aricuru" e "urtigas", abundantes na região. A esse olho d'água deu o nome de Aricuru<sup>29</sup>. No riacho do Aricuru dão-se os primeiros contatos de Laurentino com a posterior terra das Aroeiras ou cidade de Aroeiras.

Quando chegaram nessas terras, Laurentino e seus homens "se fixou e após as observações iniciais descobriu a boa qualidade da terra e resolveu resguardá-la para si". As observações de Laurentino renderam-lhe a compreensão de que as terras por ele encontradas, cercadas por outras posses de terras habitadas e oficialmente doadas a seus donos, não tinham dono. Começaram assim as investidas pela posse da terra seguida do conseqüente processo de ocupação, construindo as primeiras casas e trazendo moradores. A propósito registra-se que a primeira casa construída na localidade ficava nas proximidades do olho d'água do Aricuru. Após a fixação no local, a povoação foi tomando forma por meio da construção de outras residências nas proximidades da Rua do Epitácio Pessoa, ou a Rua do Alto como é conhecida. Conta-se ainda que Laurentino viveu até 1925 quando foi misteriosamente assassinado em uma de suas residências, sendo as causas "totalmente desconhecidas".<sup>30</sup>

É por meio desse traçado narrativo que os livros de "história" local descrevem a chegada dos primeiros habitantes as terras que hoje compreendem o município de Aroeiras. Essa história pode ser lida nas três obras do ex-comerciante e ex-vereador no município de Aroeiras e Umbuzeiro Pedro Paulo de Andrade<sup>31</sup>. Em seus livros o Sr. Pedro especula o provável planejamento por parte do varão português em transitar por essas terras, indicando que o mesmo já as conhecia. Especulações a parte, outro detalhe sobre as obras em destaque é que o autor não indica de onde retirou as informações que usa em seu texto. Porém, sabe-se apenas que são frutos de pesquisas em que a tradição oral, transmitida de geração à geração, cercada por uma considerável documentação podem ter sido os materiais de sua pesquisa.

Acredita-se que a origem do lugarejo esteja igualmente ligada a construção de uma "feira" que passou a funcionar na cidade por volta de 1881 nas proximidades de uma

---

<sup>29</sup> Sobre as origens do município de Aroeiras, ver Andrade, In: ANDRADE, Pedro Paulo. Aroeiras sua Origem. João Pessoa: A União Cia Editora, 1984, p. 16.

<sup>30</sup> Ibidem, p. 16-18.

<sup>31</sup> Sobre a narrativa de Origem de Aroeiras Leia-se no "esboço histórico e geográfico do município de Aroeiras" (1950/60), "Aroeiras sua História" (1981) e "Aroeiras sua Origem" (1984), obras que apresentam "leves retoques, pequenas correções de caráter gramatical, maiores detalhes históricos" não as distinguem, conforme indica o próprio autor.



“fazenda” de propriedade do Sr. Antônio Gonçalves. A feira, organizada “sob rústica latada de palha de coco catolé” feita pelo Sr. João de Souza, teria atraído outros moradores para a localidade. Por esse motivo o lugarejo recebeu primeiramente o nome de “feira de catolé dos Souzas”. Porém, não agradando a todos os membros das tradicionais famílias locais, o nome da localidade foi mudado passando a se chamar “Feira do olho d’água das Aroeiras” e só posteriormente passou a ser chamada de Aroeiras dada à presença em abundância de árvores de mesmo nome na região.

### 3.3 Relação com Umbuzeiro

No início do século passado, por volta de 1904, Aroeiras passou a integrar o município de Umbuzeiro, distante do povoado cerca de 36km. Desde o final do século XIX Umbuzeiro vinha passando por transferências de categorias administrativas, primeiramente desmembrada de Ingá em 1890 e pertencendo por último a Barra de Natuba. Sendo que, apenas em 1904, após desastrosa enchente no rio Paraíba que destrutura a então cidade de Barra de Natuba, Umbuzeiro é elevada à categoria de Sede do Município pela Lei Estadual nº 225 de 1904 incorporando o povoado de Aroeiras em seu território.<sup>32</sup>

É por essa época que se registra a passagem do conhecido “cangaceiro” Antônio Silvino pelas terras das Aroeiras, a saber, entre 1902 e 1906. A propósito das andanças de Silvino por Aroeiras e localidades vizinhas, algumas palavras foram ditas/escritas. Para além dos relatos de memória de antigos moradores locais sobre as “façanhas” de Silvino, uma série de documentos atestam a sua passagem. É o caso da série de cartas e correspondências pertencentes ao coronel Antônio Pessoa, com datas limites entre 1900 e 1916, disponíveis no IHGP, sob o título de “Correspondência Geral (CG)” de Antônio da Silva Pessoa (AP).

Em uma das cartas enviadas pelo então Presidente do Estado da Parahyba do Norte, José Peregrino de Araújo, datada 06/09/1903, o coronel Antônio Pessoa recebe notícias sobre o paradeiro do “bandido Antônio Silvino” e da presença de praças nas localidades situadas aos arredores de Aroeiras e Umbuzeiro. Ao que indica, tratava-se de um cerco a Silvino em represaria as suas “ações” na região. Em outra carta, datada de Julho de 1904, um oficial das forças locais destaca a presença de um soldado do exército, ou seja, das forças federais, que fazia destacamento em Aroeiras à espera de Silvino.

---

<sup>32</sup> Estas informações foram retiradas da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros em 1960 (p. 413), publicada em comemoração ao 4º aniversário do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek, em 31 de janeiro de 1960, sob a coordenação do IBGE. Veja-se ainda no livro “**Natuba Sua História e Sua Gente**” por MONTENEGRO, Francisco de Albuquerque, em 1982. Nele constam informações retiradas da “Revista do Ensino da Paraíba” editada em 1930 e elaborada pelo Professor Emílio Chaves. Os dados os quais narram as transferências de categorias administrativas da cidade de Umbuzeiro foram obtidos a partir das informações dessa revista.

É provável que Antônio Silvino tenha percorrido a região de Aroeiras em direção a Pedro Velho, nas margens do Paraíba, próximo a estrada que ligava Umbuzeiro a Itabaiana e dos limites com Pernambuco, ou mesmo, fazendo o percurso da Serra do Uruçú em direção aos limites com a Vila de Ingá, Mogeiro e Itabaiana. Ambas as estradas, respectivamente de rodagem e carroçável, ligava Aroeiras a essas cidades. Deve-se dizer que a localização de Aroeiras bem ao centro do Município figurava-se como via de passagem entre Paraíba e Pernambuco no limite com Umbuzeiro.

As andanças de Antônio Silvino pelas Terras de Aroeiras também ficaram registradas nos Versos de Batista, quando o poeta paraibano versa sobre “Antônio Silvino, vidas crimes e julgamentos”. No cordel, Batista faz referência a morte de Marcos dos “Pinhões”, localidade situada entre o território de Umbuzeiro e Aroeiras e a então Comarca de São João do Cariri, por volta de 1903. Sobre esse fato, versa que “... em mil novecentos e três/ ... Matei Marcos dos Pinhões/ ... não estou/ lembrando agora em que mês/ Ele a mim denunciou,/ Por isso tirei-lhe a vida/ Que pouco, alias, me custou!”<sup>33</sup> Esse acontecimento também ficou registrado no conjunto de cartas do Coronel A. Pessoa, fazendo com que uma guarda fosse montada, a pedido do Governo do Estado, para proteger a comarca de São João nos limites com Umbuzeiro.

Ainda nos versos de Batista, o caso do “Pombeiro”, delator de Silvino na região de Aroeiras, provavelmente morto pelo cangaceiro aparece versado. No folhetim, rimado em versos de sete sílabas, lê-se “Em Aroeiras matei/ Um pombeiro de primeira/ Era um tal de Severino/ Que servia de “chaleira”, / Fez uma vez a polícia/ Dar-me uma boa carreira.” Esse fato ficou ainda registrado na memória de alguns antigos moradores locais, a exemplo das memórias do Sr. João Henrique de Souza, que relembra na década de 1990, essa história narrada por seus antepassados, transmitida de geração a geração.

Outras notas e notícias da passagem de Silvino por Aroeiras também foram exteriorizadas, podendo ser tomadas como fontes históricas. É o caso daquelas que ocuparam a página sete numa série de reportagens produzidas pelo “Suplemento Dominical do Diário da Borborema” na década de 1980. Com matéria intitulada: “Antônio Silvino: vida e façanhas”<sup>34</sup>, o redator recorre às memórias de D. Maria Xavier quando em certa oportunidade após o indulto de Silvino, serviu-lhe café em uma de suas últimas visitas ao povoado de Pedro Velho, nas proximidades de Aroeiras.

Em referencia a essa passagem histórica de Silvino por Aroeiras, recentemente a cidade incorporou em seu calendário de atividades culturais as “Trilhas de Antônio Silvino”. Trata-se de um evento histórico/cultural/ecológico que promove trilhas e

<sup>33</sup> (Cf. BATISTA, Francisco das Chagas. **Antônio Silvino: vida, crimes e julgamento**. Coleção Luzeiro. São Paulo, Luzeiro Editora Limitada, 1975, p. 7) Há de se considerar ser esta uma reedição do cordel pela “Coleção Luzeiro em 1975”. Sobre isso, vejam-se a biografia do autor (Ibidem, p 2). Porém, as obras do autor sobre Silvino datam de 1905, quando publica pela Imprensa Industrial no Recife “A Vida de Antônio Silvino”, folhetim vendido ao preço de 300 Réis. Batista viveu de 1882 à 1930 ano de sua morte na cidade de Parahyba.

<sup>34</sup> Leia no “Suplemento Dominical do Diário da Borborema”, jornal, Campina Grande, 22 de maio de 1983, p. 7.

caminhadas pela natureza por muitos dos prováveis locais e passagens do “cangaceiro” pela Aroeiras de épocas passadas.

### 3.4 Seduções do moderno

Em 1938 Aroeiras passou de povoado à Vila. Além dessa transformação de ordem administrativa é possível detectar certas melhorias materiais que foram feitas em algumas de suas ruas centrais nessa época. Trata-se de algumas conquistas materiais traduzidas na forma de melhorias urbanas desejadas e esperadas por muitos de seus antigos moradores. Neste contexto, é possível afirmar que Aroeiras entrou em contato com alguns dos chamados “símbolos modernos do conforto de uso coletivo e/ou privado”<sup>35</sup> tidos como novidades que iam ganhando espaço pelas ruas do lugarejo.

Um desses símbolos chega a Aroeiras ainda no final da década de 1910, por volta de 1919/20. Falamos do telégrafo aqui lido como um ícone moderno de valor universal em que pese ser uma novidade nas comunicações nos espaços em que são instalados. Apenas a sede do município, a saber, Umbuzeiro e o povoado de Aroeiras, na década de 1920, eram equipados com uma estação telegráfica cada, inauguradas respectivamente em 1911 e 1919.<sup>36</sup> Essa linha fazia um longo traçado de Umbuzeiro a Ingá, passando por Aroeiras, onde se instalou uma estação. Seguramente a presença de uma estação telegráfica no povoado funcionava como importante via de comunicação com as demais localidades circundantes.<sup>37</sup>

Em se tratando de vias de comunicação, outro equipamento merece destaque em nossa investida. É o caso do contato dos aroeirenses com os primeiros sinais de ondas de rádio transmitidas com um aparelho (rádio) de posse da Prefeitura de Umbuzeiro. A chegada desse aparelho se deu por volta de 1937, quando a comunidade recebeu “um aparelho de rádio que repercutiu muito agradavelmente no seio de toda população aroeirense”<sup>38</sup>. Sobre essa conquista, não podemos dizer com segurança que foi realmente

<sup>35</sup> Sobre os acertos teórico-metodológicos para se pensar o contato das pequenas e médias cidades do Norte brasileiro com os chamados símbolos modernos, veja-se Aranha (Cf. ARANHA, Gervácio Batista. *Seduções do Moderno na Parahyba do Norte: Trem de Ferro, Luz Elétrica e Outras Conquistas Materiais (1880-1825)*. In: Ó, Alarcon Agra do ET. **A Paraíba no Império e na República: Estudos de História Social e Cultural**. João Pessoa: Idéia, 2003).

<sup>36</sup> Consta no Anuário estatístico da Paraíba em 1931 um item sobre Telegraphos – Estações Federaes, telegraphicas e tephonicas segundo a data de instalação, existentes até 1931 – e lá se lê: “o Município de Umbuzeiro constando com duas estações sendo elas a de Umbuzeiro inaugurada em 15 – 11 – 1911; e Aroeiras em 22 – 12 – 1919, ambas com especificações de Estações Telegraphicas”. Eram, portanto, as únicas do Município existentes até 1931, época de coleta dos dados do Anuário. Anuário Estatístico do Estado da Parahyba, João Pessoa, 1934, p. 301.

<sup>37</sup> Vejam-se as análises de Aranha, no item “O telégrafo e o telefone e o fim da presença real: Uma revolução nas comunicações”, tópico em que o pesquisador analisa a introdução do Telégrafo e do Telefone nas principais províncias brasileiras e no interior das cidades do Norte. (2003, p. 89-97).

<sup>38</sup> A Imprensa, João Pessoa, Dom., 18 de Abril de 1937.

festejado por todos. O certo é que provavelmente tenha causado certa admiração e encanto em muitos habitantes do pequeno povoado haja vista a possibilidade de se manter contato com notícias de outras localidades.

Em 1936 a luz elétrica ganhou lugar em algumas ruas e residências da localidade. De certo, “um equipamento urbano que remete à ideia de conforto e cujos efeitos são extensivos tanto à esfera pública quanto privada”<sup>39</sup>. Em Aroeiras, tudo leva a crer que as reivindicações para se ter esse equipamento de conforto e civilidade se deram um pouco antes de sua introdução por volta de 1936. “A Imprensa”, em sua edição de 18 de Abril daquele mesmo ano, lembra sobre a “necessidade de luz para o próspero povoado de Aroeiras”. Naquela ocasião, lembra a matéria que o governo municipal se achava “empenhado em dotar Umbuzeiro e seus distritos de tudo aquilo que se faça preciso para o bem estar dos habitantes” e iria “tornar uma realidade as aspirações dos aroeirenses”. Neste sentido, projeta as aspirações em perspectivas futuras dizendo que havia “promessas de que até meados do ano será inaugurada a luz elétrica de Aroeiras”<sup>40</sup>. De fato, os primeiros bicos de luz chegaram a Aroeiras ainda naquele ano, por volta dos primeiros dias de julho.

Sabe-se que o motor de energia, instalado em 1936, foi recebido com festa pelos munícipes que esperavam ansiosos por verem o efeito automação, o acender das luzes. Na ocasião da inauguração, por volta das 17:00h, a escuridão já ocupava o salão onde se achava a comitiva do então prefeito de Umbuzeiro, Carlos Pessoa, e muitos moradores locais. Ansiosos, todos esperavam o chefe das máquinas ligar o motor. Ao acionar a chave... A “luz” é gerada pela força do motor fazendo romper a penumbra iluminando o salão. É quando “de repente, ouve-se aclamações e palmas... Está inaugurada a luz em Aroeiras”<sup>41</sup>. Uma festa! O funcionamento da luz elétrica nessa época era das 18:00h até 23:00h. Sendo que, no intervalo entre as 22:00h e 23:00h davam-se os “sinais” indicando que a luz iria se apagar. Nesse momento, era chegada a hora de acender as luzes fornecidas a gás querosene e/ou mesmo velas.<sup>42</sup> O seu desligamento nessa hora habitual pode ser indicativo de que as noites em Aroeiras, mesmo sendo prolongadas pela luz elétrica, continuou suscetível a certas práticas ilícitas, digamos, perigosas e imorais. Há de se levar em consideração que nem todos os habitantes locais puderam ter acesso a esse item moderno do conforto. Devemos ainda fazer notar que o equipamento moderno chega a Aroeiras um tanto quanto tardiamente, haja vista que outras cidades paraibanas já

---

<sup>39</sup> Veja-se as considerações de Aranha sobre a luz elétrica no item: A Iluminação dita moderna: excelência da civilização. Op. cit. p. 97.

<sup>40</sup> A Imprensa, João Pessoa, Quinta – Feira, 18 de Abril de 1936.

<sup>41</sup> As referências foram tiradas do Jornal A Imprensa, João Pessoa, 1º de Agosto de 1936.

<sup>42</sup> Mesmo na década de 1950, segundo dados fornecidos pela enciclopédia dos municípios brasileiros (IBGE 1960, p. 202), havia um consumo de aproximadamente 25.000 velas diárias, “sendo 7.000 para fins de iluminação pública e 18.000 para fins particulares”, referências quantificáveis que nos põe diante do fato de que nem todos habitantes da cidade naquele tempo usufruíam da luz elétrica a motor em suas residências.



havam recebido a iluminação elétrica em períodos anteriores.<sup>43</sup> Fato que não invalidou o conteúdo de novidade com que esse equipamento urbano foi recepcionado por aqueles antigos moradores.

Cabe destacar que nessa época muitas das conquistas materiais que foram introduzidas no perímetro urbano de Aroeiras ocorriam paralelamente na medida em que também eram instaladas em Umbuzeiro, sede do Município. Talvez porque, já nessa época, Aroeiras se apresentasse na região de Umbuzeiro como a principal produtora de “algodão crioulo onde existia mais “de uma dezena de maquinismos para o beneficiamento do producto”. Cultivado à margem esquerda do Parahyba, dentro de seu limite suburbano, a área de seu plantio era onde se encontrava a maior produção da “poderosa malvácea”<sup>44</sup>. Certamente essa característica atraía a atenção do poder público local em Umbuzeiro fazendo com que Aroeiras fosse representada durante muito tempo como sendo um “próspero povoado”.

Por outro lado, certa memória oficial registra que o lugarejo ao adentrar na década de 1930, “não apresentava traços nítidos de desenvolvimento estando sua vida econômica, social e política estacionada no tempo dado o seu isolamento por falta de estradas que a ligasse aos demais centros vizinhos de maior progresso”<sup>45</sup>. Nos Anais Estatísticos, Aroeiras era representada como atrasada, um pequeno lugarejo, bem diferente de como será “enquadrada” em muitas outras memórias.

De aspecto rural, sem muitos dos equipamentos e instrumentos necessários à vida urbana, Aroeiras era antes uma pequena vila em que os laços de reconhecimento e pertencimento coletivo, marcados por traços diretos de solidariedade, estavam presentes. Local em que a vida cotidiana era processada em um ritmo lento, mais rotineiro e habitual. Em seu espaço, acreditamos que muitos de seus traços de urbanidade estavam imbricados a práticas e hábitos rurais.

### 3.5 Sociabilidades

Muitas dessas práticas podem ser observadas na realização de uma festividade tradicional ocorrida com certa regularidade em Aroeiras de épocas passadas. Era o caso

---

<sup>43</sup> Aranha nota que na Paraíba “as primeiras experiências com energia elétrica remontam o ano de 1912, sendo levadas a efeito em Itabaiana e na capital do Estado em 9 e 15 de Março, respectivamente, sendo motivo de orgulho para os itabaianenses o fato de sua cidade contar com a decantada novidade seis dias antes da capital”. Outras cidades como Sapé, Bananeiras e Guarabira receberam o decantado equipamento urbano ainda em 1916. Contudo, “nas demais cidades paraibanas, só a partir da década de 1920, inclusive em Campina Grande” a instalação do equipamento moderno faz-se presente. (Aranha, Op. Cit. p. 96).

<sup>44</sup> Sobre a produção de Algodão em Aroeiras leia na A Imprensa, Domingo, 31 de junho de 1936. João Pessoa, p. 3. Leia ainda em ANDRADE, Pedro Paulo. **Aroeiras sua História**. Campina Grande, Editora e Gráfica santa Fé Ltda., 1981. P. 23.

<sup>45</sup> IBGE, 1960, Op. Cit. p. 201.





**Figura 6: Corrida de Vaquejada na década de 1940. Acervo: Biblioteca Pública Municipal.**

das festas de vaquejada capaz de poder fazer com que o povoado movimentasse suas ruas. Em dias como esse, era como se a pequena Aroeiras se enchesse de vida. Entrasse em certa agitação. Ganhasse novas cores. Se bem que por algumas horas, ou, no mais, pela extensão de alguns dias.

Provavelmente as vaquejadas ganharam as ruas da cidade a partir da experiência de Umbuzeiro com esse tipo de  *festa tradicional*. Essas festas, como lembra Gomes, “aconteciam sempre nos meses de setembro e outubro” e

consistia na festa “de maior receptividade entre os povos da região”. O organizador, em Umbuzeiro e região, era o engenheiro agrônomo Roberto Pessoa, irmão mais novo do então prefeito Carlos Pessoa, “estribado no seu porte de galã de filme de aventura e no carisma que possuía”<sup>46</sup>, um “homem de porte atlético, elegante e empossado”, lembrado como sendo “dotado de uma vitalidade espartana e de um jeito admirável”.<sup>47</sup>

Creemos que em Aroeiras, a experiência com a tradicional festa de vaquejada tenha sido por volta da década de 1940. Antes, contudo, há indícios da realização de festividade parecida durante a década de 1930. Eram as festas de argolinha. De certo, sabemos que o sucesso da festividade de vaquejada também ganhou forma pelas ruas de Aroeiras atraindo multidões que lotavam os palanques e os arredores da pista improvisada na Rua Grande, ou rua do comércio como ficou conhecida.

Era, sem dúvida, um momento de encontro e de sociabilidades intensas para a localidade. Essas festividades também ficaram “registradas” por um maravilhoso produto da tecnologia moderna à época, a saber, as imagens fotográficas. A imagem que segue é um indicio para se (re)conhecer um pouco das festividades de vaquejada bem como sobre o ritmo de vida que as ruas da então Vila das Aroeiras abrigava. Vejamos a imagem fotográfica...

A fotografia retrata o espaço da Rua Grande, atual Antônio Gonçalves, possivelmente na década de 1940. A imagem foi provavelmente tirada à tarde, haja vista a posição do Sol alaranjado em direção ao poente em que as casas do lado esquerdo da fotografia ganham providencial sombra. Ao que tudo indica, um dia de sol forte, haja vista a presença dos inúmeros chapéus a cabeça dos homens a pé ou montados em animais,

<sup>46</sup> Veja-se Gomes (Cf. GOMES, J. Eduardo. **Umbuzeiro 100 anos**: Nossa terra, nossa História, nossa gentes. Campina Grande, PB. 1995, p. 139).

<sup>47</sup> Além de Gomes, A imprensa nos traz referências sobre o organizador das festividades de lazer e sociabilidades na comuna de Umbuzeiro e, cremos também Aroeiras. (Cf. A imprensa, João Pessoa, Sáb. 02 de Outubro de 1937; A Imprensa, João Pessoa, Sáb. 17 de Setembro de 1938. P. 5).

bem como certos guarda-sol, certamente de uso feminino a colorir o ambiente com suas estampas floridas e/ou desenho diversos. Um dia de festa para a localidade, quando os aroeirenses se encontravam, conversavam, muitos namoravam, bebiam, comercializavam, em síntese, se divertiam individual e/ou coletivamente.

Por outro lado, à esquerda da foto, a casa de esquina em arquitetura de Art Déco, dá acesso ao beco da usina. De lá saem os fios de energia que, provavelmente, faziam a distribuição para alguns pontos da Vila. O detalhe da Vila cercada de residências e casas de comércio representa uma imagem característica de seu centro, apresentando alguns traços de urbanidade tais como a presença da Usina de Energia, a própria energia elétrica, o prédio do mercado público, além do poder espiritual representado na presença do templo católico ao fundo da imagem no detalhe da parede lateral da “igrejinha” central. É provável que a presença do templo, bem no centro do povoado e construído ainda no final do séc. XIX, seja indicio primeiramente de uma grande maioria de fiéis católicos na época, bem como a presença de um poder regulador da vida terrena e ordenador do além, na transcendência do divino, característico em outros espaços urbanos.

Por outro lado, pode-se dizer que a sua paisagem urbana não mudaria muito nas décadas seguintes, principalmente na década de 1940. Em 1949, no entanto, foi inaugurado o Grupo Escolar de Aroeiras que, posteriormente, recebeu o nome de Major José Barbosa.<sup>48</sup> Em 1950, contudo, alguns aroeirenses, políticos e letrados de Umbuzeiro e Aroeiras reivindicaram a emancipação da cidade que se deu em 1953, por meio da Lei Estadual número 980 de 02 de dezembro daquele mesmo ano.

O município, naquele contexto, contava com aproximadamente 18.312 moradores dispersos em seus limites urbano e rural. Sendo sua população, no adentrar-se de 1955, estimada pelo IBGE para 20.052 habitantes. Apresentava, na época, uma densidade demográfica de 24 residentes por Km<sup>2</sup>, referência estatística que lhe atribuía o 39º lugar entre as demais cidades do estado. Sua área territorial era de 832 Km<sup>2</sup> fator que figurava e lhe rendia o 25º lugar entre os 58 municípios em extensão territorial existentes na Paraíba. Inconstante em seu clima, ora quente no verão e úmido no inverno, sua temperatura amena em determinadas épocas do ano oscilava entre os 16º e 29º graus.<sup>49</sup> Apesar de sua população e área territorial na época da emancipação política e atualmente, deve-se considerar que foram ambas consideravelmente alteradas em 1994 quando é emancipada a cidade de Gado Bravo até então pertencente a Aroeiras.

Nesse tempo, a saber, entre 1950 e 1970, a então cidade irá comportar muitos sonhos em torno da possibilidade de entrar em sintonia com o mundo civilizado. Pode-se dizer que esses sonhos reivindicavam a substituição de suas marcas rurais por uma

---

<sup>48</sup> Sobre a construção do Grupo Escolar de Aroeiras vejam-se as mensagens governamentais do Gov. Oswaldo Trigueiro. Cf. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado em 1º de Junho de 1949, p. 100.

<sup>49</sup> Os dados foram obtidos na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (p. 201), publicada em comemoração ao 4º aniversário do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek, em 31 de janeiro de 1960, sob a coordenação do IBGE. Ibidem, p. 201.

estética cidadina. Nessa investida, o recém poder público municipal, formado pelo executivo e legislativo local, apoiou suas convicções em certo trabalho de embelezamento do centro da cidade. Calçamentos, reformas nos edifícios públicos, nomeação de ruas,



**Figura 7: Rua do Comércio – Atual Antônio Gonçalves – 1960. O detalhe a direita da foto e da Praça Central – Atual Praça Souto Maior.**

construção de cisternas públicas (em especial as do mercado público), construção de açudes, reforma e construção de grupos escolares na zona urbana e rural, além da introdução da Luz Elétrica de “Paulo Afonso” como ficou conhecida em substituição ao antigo motor de energia, são algumas das obras feitas entre 1950/70.

Dentre essas obras, uma em particular pode ser analisada como simbólica na ideia de embelezar o centro da cidade. Trata-se da construção da Praça Central em 1955 pelo então primeiro prefeito eleito pelo voto popular,

Sebastião Souto Maior. Simbólica porque se trata de um projeto que trazia consigo abertamente os interesses de muitos em transformar o centro da cidade atribuindo-lhe certas feições urbanas, cidadinas, civilizadas. Com esse verniz, a obra de construção “de um muro decorativo para encobrir a pedreira”<sup>50</sup> foi decantada como necessária de acordo com os esforços de embelezar o centro da cidade. De fato, o muro decorativo é construído como se desejasse encobrir o passado rural da cidade. Na foto que segue é possível verificarmos a mudança da paisagem urbana naquele contexto.

Na imagem, provavelmente da década de 1960, a antiga pedreira deixa de fazer parte da paisagem central e em seu lugar a Praça Central iluminada e elegante, atraente e bela, local de encontro e sociabilidades deu novos contornos à cidade. Ainda naquele contexto, a instalação dos serviços radiofônicos e do primeiro aparelho de TV de uso coletivo em seu espaço faziam da praça um local atraente, visitado por muitos moradores da cidade e localidades vizinhas. Nesse tempo, a antiga retreta que animava as noites ecoando vozes e sons pela cidade é gradualmente substituída pelo som das vitrolas e alto-falantes que animavam os bailes no dance da praça.

À época da chegada dos primeiros aparelhos de TV, o cinema também animava e encantava muitos aroeirenses. Instalado no mercado público, eram muitos os aroeirenses que iam assistir os filmes de far western, ou faroeste como ficaram conhecidos. Foram igualmente muitos que introjectaram o universo mágico da fábrica de sonhos e se deixaram representar em muitas das roupas, adereços e hábitos dos atores projetados pelas películas.

<sup>50</sup> Veja-se o Projeto de Lei nº 1/57 do Executivo Local e a sua Justificativa Verbal para construção do “muro decorativo para encobrir a pedreira”.



Contudo, se o desejo era tonar a cidade civilizada, talvez em sintonia com outras “cidades maiores existentes no Brasil” esse sonho aparece frustrado nos indícios que a própria imagem nos oferece. Pois, trata-se de considerar que essas reformas atenderam talvez às reivindicações de uma elite letrada e política que residia em seu centro, ficando tais obras restritas a esse espaço. Ao fundo da imagem, por exemplo, a Rua do Alto e o entroncamento da Bela Vista continuam sem receber nenhuma das melhorias necessárias ao embelezamento da cidade. Talvez, mesmo envernizada pelas cores de se poder transformá-la, Aroeiras das décadas de 1950/60, tenha continuado sendo uma cidade que dorme cedo, de ritmo mais lento, habitual e que o abastecimento d'água ainda é feito pela tração animal como o que ganha destaque no fundo da imagem provavelmente carregado com as ancoretas cheias de água.

### 3.6 Considerações finais

O texto que por ora apresentamos se constitui como um convite, ou mesmo um cartão de visita, a se (re)conhecer alguns dos fios temáticos, inquietações, possibilidades de abordagens que a cidade de Aroeiras pode conter em se tratando de pensá-la enquanto objeto de estudo. Neste caso, estamos convictos que tais fios/sinais podem muito nos informar sobre o seu passado fazendo-nos reconhecer naquilo que somos, a saber, leitores do tempo, sujeitos históricos, produtores de história.

Sendo assim, ao leitor que deseje se lançar na aventura de tentar perceber nos sinais do tempo fios de histórias, possibilidades temáticas, lembramos que a cidade pode nos surgir como invisível, muda e/ou silenciosa naquilo que ela tem de visível. De modo que, como lembra o viajante veneziano Marco Pólo ao velho Khan no diálogo das cidades invisíveis, “de uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas as respostas que dá às nossas perguntas”.<sup>51</sup>

Ao leitor viajante, esperamos que essa aventura seja tão reveladora quanto foi/é para nós a perceber que a cidade é mesmo uma obra humana, criada pela ação e pelo desejo, espaço que não cessa de se modificar ao longo do tempo.

### 3.7 Referências

A Imprensa, João Pessoa, Dom., 18 de Abril de 1937

A Imprensa, João Pessoa, Quinta – Feira, 18 de Abril de 1936.

---

<sup>51</sup> Veja-se, Cf. CALVINO, Ítalo. As cidades invisíveis. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 44

A Imprensa, Domingo, 31 de junho de 1936

A imprensa, João Pessoa, Sáb. 02 de Outubro de 1937; A Imprensa, João Pessoa, Sáb. 17 de Setembro de 1938

ANDRADE, Pedro Paulo. **Aroeiras sua Origem**. João Pessoa: A União Cia Editora, 1984

ANDRADE, Pedro Paulo. **Aroeiras sua História**. Campina Grande, Editora e Gráfica santa Fé Ltda., 1981

Anuário Estatístico do Estado da Parahyba, João Pessoa, 1934

ARANHA, Gervácio Batista. *Seduções do Moderno na Parahyba do Norte: Trem de Ferro, Luz Elétrica e Outras Conquistas Materiais (1880-1825)*.

BATISTA, Francisco das Chagas. **Antônio Silvino**: vida, crimes e julgamento. Coleção Luzeiro. São Paulo, Luzeiro Editora Limitada, 1975

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Enciclopédia dos Municípios Brasileiros em 1960 (p. 413), publicada em comemoração ao 4º aniversário do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek, em 31 de janeiro de 1960, sob a coordenação do IBGE

GOMES, J. Eduardo. **Umbuzeiro 100 anos**: Nossa terra, nossa História, nossa gentes. Campina Grande, PB. 1995

Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado em 1º de Junho de 1949

“**Natuba Sua História e Sua Gente**” por MONTENEGRO, Francisco de Albuquerque, em 1982

Ó, Alarcon Agra do ET. **A Paraíba no Império e na República**: Estudos de História Social e Cultural. João Pessoa: Idéia, 2003).

O Projeto de Lei nº 1/57 do Executivo Local e a sua Justificativa Verbal para construção do “muro decorativo para encobrir a pedreira”.

“**Suplemento Dominical do Diário da Borborema**”, jornal, Campina Grande, 22 de maio de 1983



# Capítulo 4

Uma história de...

## Cabaceiras

# As exigências do vestir: modos e modas em Cabaceiras - PB (1930-1940)

Prof<sup>a</sup> Ms. Paula Faustino Sampaio  
Universidade Federal de Mato Grosso – Campus Rondonópolis-MT

Os modos de ser e estar de homens e mulheres em Cabaceiras, poder-se-ia afirmar, pautado pelos preceitos da Igreja Católica. Nos encontros catequéticos, aos domingos à tarde, apenas crianças com idade de dez anos preparavam-se para receber o sacramento da comunhão<sup>52</sup>. Este sacramento é um juramento de fidelidade por parte do indivíduo em relação à Igreja Católica. Nos povoados do município de Cabaceiras, nos idos das décadas de 1930 e 1940, as aulas de catecismo aconteciam nas casas onde se realizavam também as orações no mês de maio, enquanto na vila de Cabaceiras o ensino do catecismo ocorria no prédio da igreja matriz. Entre os anos de 1944 e 1946, quando o padre João Madruga permaneceu à frente da paróquia, 278 meninas e 159 meninos participaram da celebração da primeira comunhão – ou primeira eucaristia.

Na vila de Cabaceiras, morava Maria do Socorro de Araújo Barros, filha de Maria Ecila e Inácio Nunes de Araújo. Ela, aos dez anos de idade, em 1948, participou da preparação para receber o sacramento da comunhão pela primeira vez. Sobre essa celebração, Maria do Socorro relatou:

Nesse tempo a gente usava uns vestidos compridos de noiva. Manga aqui comprida. Mãe comprou o meu de crepe. Mandou dona Lali de seu Biu Novo fazer. E dona Mocinha, a irmã de Fidelino, uma moça velha que tinha aqui, fazer as capelas. Aí fez minha capela. Quando no dia da primeira comunhão, era eu, Duda, muita gente. Aí a gente foi fazer a primeira comunhão. Aí fomos pra igreja, não é? Quando a missa terminou, que a gente fez a primeira comunhão, um horror de menino, aí veio um grupo fazer o lanche na casa de dona Zefinha de Esmeraldino. Teve bolo, dona Bezinha enfeitou a mesa cheia de cálice, muito bonita a mesa!<sup>53</sup>

A propósito das lembranças acerca da sua primeira comunhão, Maria do Socorro contou sobre o modelo da roupa, sobre o véu, sobre as costureiras, sobre outras pessoas que participaram do ato da primeira eucaristia junto com ela e ainda sobre a comemoração após o ritual católico assistido por toda a comunidade.

---

<sup>52</sup> Além do sacramento da primeira eucaristia ou primeira comunhão, instituído pelo Concílio de Trento, no século XVI, a Igreja Católica tem mais seis sacramentos: batismo, confissão, confirmação do batismo ou crisma, ordem, matrimônio e unção aos enfermos.

<sup>53</sup> Cf. Entrevista n. 24. Maria do Socorro Araújo Barros nasceu em Cabaceiras, PB, em 20.07. 1941. Foi entrevistada em 15.08.2003, quando tinha 62 anos de idade. Reside em Cabaceiras, Praça General José Pessoa.

No âmbito da restauração da cristandade na Europa, sobretudo após a Primeira Guerra Mundial, verificou-se um esforço renovado e profundamente estimulado pela encíclica *Acerbo Nimis* do papa Pio X, de que resultaram os catecismos para crianças/adolescentes e para adultos. O objetivo era revigorar e intensificar os encontros catequéticos preparatórios para a prática da primeira eucaristia, como parte da pedagogia católica de educação religiosa. As lições baseavam-se no livro *Catecismo*.

Segundo Francisco A. Lourenço Vaz, o catecismo, “livro e ensino das verdades da religião, apesar dos seus antecessores remontarem ao tempo dos primeiros cristãos e época medieval, só a partir do século XVI, assumiu-se como nova pedagogia e meio de cultura das massas.”<sup>54</sup>

Nesse Catecismo, há “os dez mandamentos de Deus, os cinco mandamentos da Igreja”; outros preceitos da religião (atos de atrição, de contrição, de fé, de esperança, de caridade, de confissão, sacramentos, virtudes, pecados); e um “resumo da doutrina cristã em seis lições. Trata-se da história da fundação da Igreja. No livro, há também a indicação sobre rituais público e privado dessa religião. A última parte trata sobre “civildade e elementos de civildade”.

De tudo, me interessa especialmente a parte que trata dos “elementos de civildade” que trata sobre o vestido e modo de vestir-se. Ao longo das 126 regras de civildade, o comportamento dos indivíduos é norteado pelos princípios do catolicismo. São regras para o comportamento de homens e mulheres em ambientes públicos e privados, sendo algumas direcionadas para o comportamento em público das mulheres e a relação delas com os homens. São normas para civilizar os hábitos de homens e mulheres no âmbito do entendimento de civildade da Igreja Católica.

Entre o final do século XIX e início do século XX, a Igreja Católica, por meio do *Catecismo*, divulgava sua compreensão de civildade, a saber:

o modo de qualquer pessoa se comportar na sociedade para os mais, segundo os princípios da moral e da religião, que são a base da educação do homem. O individuo, que se mostra bem educado para com aqueles com quem trata, é sempre estimado e bemquisto de todos; e por isso nada mais essencial para que na sociedade se goze de uma boa opinião do que o cumprimento das regras de civildade. (sic)<sup>55</sup>

No falar, no agir, no pensar, no vestir, o indivíduo deveria respeitar os preceitos cristãos e a hierarquia social. Dentro desse conceito de civildade, conhecemos o discurso nortamizador da Igreja Católica e as representações acerca do indivíduo. No entender da Igreja Católica, o individuo se dá a conhecer por meio das palavras, das ações e dos pensamentos.

---

<sup>54</sup> VAZ, Francisco A. Lourenço. O Catecismo no discurso da ilustração portuguesa do século XVIII. *Cultura, Revista de História e Teoria das Idéias, Lisboa*, v. 10, p. 217-240, 1998. VAZ, 1998, p. 217.

<sup>55</sup> CATECISMO. [S. l. : s. n., s. d.], p. 78.

Esse discurso da Igreja Católica, amplamente difundido em Cabaceiras-Pb nas décadas de 1930 e 1940, juntamente com relatos orais de memória de mulheres, cuja infância e adolescência foram vividas nesse município naquela época, são de enorme relevância para contarmos uma história dos modos de vestir-se e da moda em um município do Estado da Paraíba, cuja vida quando não estava preenchido pelo trabalho, estava voltado para as atividades religiosas católicas.

A maneira de comportar-se dependia do lugar social. Contudo, ao referendar a hierarquia social, o discurso da Igreja define que nestas relações deve prevalecer a síntese dos dez mandamentos, “amar ao próximo como a nós mesmos”, enquanto sentimento entre os cristãos. O indivíduo deveria agir de acordo com seu lugar social, uma vez que as normas de civilidade ordenavam modéstia consigo mesmo, humildade para com os superiores, afabilidade com os iguais e humanidade com os inferiores. Portanto, a Igreja Católica legitimava a hierarquia social, na tentativa de controlar a sociedade, normatizando o comportamento dentro dos seus preceitos.

O vestido de crepe branco – cor associada à pureza –, longo, com mangas compridas, cintura definida e o véu para a cabeça, usados por Maria do Socorro de Araújo Barros e pelas meninas que participaram da Primeira Eucaristia, assemelhavam-se ao traje de noiva utilizado também nos casamentos em Cabaceiras na mesma época.

Nas cartas do apóstolo Paulo aos coríntios, lê-se: “a mulher deve trazer sobre a cabeça o sinal de sua dependência”. Retomando o mito da criação do homem e da mulher por Deus, Paulo tenta justificar a necessidade da mulher usar véu. Para o apóstolo, sendo Jesus Cristo a cabeça da Igreja, o homem era a cabeça da mulher, portanto, esta devia permanecer coberta para não desonrar o homem. Segundo ele, a mulher fora retirada do homem, por isso devia mostrar sua eterna dependência.<sup>56</sup> Deste modo, o véu é sinal de sujeição. O véu também é visto como sinal de virgindade, pois representa o hímen. O véu da noiva é um véu nupcial que apenas o marido deve retirar, assim como deve ser o marido o primeiro a manter relações sexuais com ela. Deste modo, o véu significa pudor, honra, oblação, sacrifício da esposa.

De acordo com este modo de ver a mulher, que a inferiorizava, a Igreja impôs o uso do véu. Assim, Maria do Socorro e mais meninas que participaram do ato da primeira comunhão aceitaram essa imposição. Elas mostraram por meio da vestimenta a submissão, a honra e a doação para com a Igreja. A celebração desse sacramento reforçava o papel a ser assumido pelas mulheres na sociedade. A elas cabia apenas obedecer à Igreja, ao pai e ao marido.

A menina, na celebração do ato da primeira comunhão, firmava um compromisso de seguir os preceitos da Igreja Católica. Na celebração do matrimônio, a mulher firmava um compromisso indissolúvel com a Igreja Católica e com o homem de cumprir fielmente o sacramento e demais preceitos religiosos. Tanto no ato da celebração do sacramento da

---

<sup>56</sup> BÍBLIA sagrada. Edição pastoral. 25. impr. São Paulo: Paulus, 1998. p. 1.471.

comunhão quanto no do matrimônio, a mulher deveria cobrir-se dos pés à cabeça, passando uma imagem de recato, pureza e submissão.

Marcava-se a diferença social e sexual por meio da indumentária. Os tecidos, as cores e as formas das roupas constituíam-se em elementos importantes na composição dos vestuários de homens e de mulheres. Entretanto, já no começo do século XX, particularmente nas grandes cidades, a exemplo de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, divulgavam-se com alarde pela imprensa as modificações no vestuário feminino. Para alguns críticos mais ferozes, entre as mudanças que contribuíam para a corrosão da ordem social estavam as alterações na moda feminina, na qual comprimento, desenhos, cores e acessórios passavam por modificações.<sup>57</sup>

Em Cabaceiras, nas décadas de 1930 e 1940, a Igreja Católica, por meio do *Catecismo*, também dava grande atenção ao modo de vestir-se de mulheres e homens:

Uma cousa que muito indica também a boa educação é a limpeza do vestido, a modéstia no trajar e outros predicados essenciais para aqueles que quizerem passar por civilizados. É necessário que cada um se vista segundo a sua classe, ou como vir vestidos os iguaes. No vestido não se deve mostrar ostentação. A modéstia no vestir é um bom signal do character de um individuo. Não devemos ser dos primeiros a usar de qualquer moda: seguil-a-hemos quando estiverem geralmente adoptadas. (sic)<sup>58</sup>

Os modos de vestir-se e de cuidar da vestimenta indicavam civilidade, quando associados à modéstia. No *Catecismo*, a modéstia aparece como valor indispensável. E a moda, entendida enquanto novidade, algo a ser dispensado. Importavam os signos emitidos pela roupa. Deste modo, a ostentação no vestir e a diferença dentro do próprio grupo social, marcada pelas vestimentas e mesmo pelos acessórios, diziam se o indivíduo seria ou não civilizado. Cada grupo social deveria ter seu modo de se vestir, no entanto, todos os grupos sociais deveriam evitar ostentação. No vestir-se, a diferença de classes se revelava, mas a diferença dentro da própria classe era rejeitada e definida como ostentação. Enquanto o vestir-se modestamente poderia representar caráter e civilidade, independentemente da classe, a ostentação poria em dúvida ambos os valores.

A aproximação das mulheres católicas com elementos da moda devia ser evitada. De acordo com as normas da Igreja, o uso de maquiagem, de cortes de cabelo, de novos comprimentos e modelos de roupas só poderia acontecer quando maior número de pessoas aprovasse a moda e, principalmente, quando esta não significasse insubmissão aos preceitos da religião.

A Igreja Católica dedicava-se a uma ação de luta contra o 'progresso' no sentido de manter a ordem tradicional da sociedade, os lugares e papéis de homem e mulher

<sup>57</sup> Cf. BONADIO, Maria Cláudia. **Moda**: costurando mulher e espaço público. Estudos sobre a sociabilidade feminina na cidade de São Paulo (1913-1929). 145 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Campinas, Campinas, 2000.

<sup>58</sup> CATECISMO. [S. l. : s. n., s. d.], p. 90.



submissos e fiéis à Igreja. Assim, para ser adotado e aceito no cotidiano de homens e mulheres, um elemento da moda deveria se aproximar da prática de modéstia e se distanciar da ostentação, vista como valor do mundo do 'progresso'.

Em Cabaceiras, esse discurso da Igreja Católica sobre civilidade combatia a moda enquanto sinônimo do novo, de expressão de diferenciação dentro do grupo social, de ostentação e de falta de modéstia.

Quanto ao modo de se vestir das mulheres, o Catecismo ditava: “Si vestir exige certas condições nos homens, muito maiores as exige nas senhoras. Estas se devem mostrar modestas, compostas e honestas, porque o contrario lhe será pouco favorável na opinião pública.” (sic)<sup>59</sup>

Enquanto aos homens se exige modéstia, em relação às mulheres a exigência é por modéstia, compostura e honestidade. No discurso da Igreja, que se quer (in)formador do modo civilizado de ser, estar, falar e vestir-se, as mulheres devem seguir as três características do trajar-se, caso contrário, a opinião pública lhes será desfavorável. Os signos emitidos pela roupa contribuíam para a formulação de idéias sobre a pessoa que a vestia.

Sobre as roupas que eram usadas nas festas em Cabaceiras, Hermínia relata:

Era mais seda, num era essa roupa grossa não. Ave-Maria! Se uma moça saísse com uma calça dizia logo que era homem. Era tudo muito alinhado. As festas que a gente ia na Prefeitura todo mundo ia muito lorde. Sapato alto, salto bem fininho, Luís XV. As que num tinha condições de ir tinha os saltos mais grossinho um pouquinho, num sabe? As elegantes mesmo iam com aquele bem fininho. Nunca andei com esses fininhos não, só as moças da elite que vinha da sociedade elevada. A gente era da sociedade, mais num era tão assim. A gente tem que viver num ambiente que tudo se renove. A gente não vivia num ambiente que fosse renovado. Só quando vinham as festas, que vinha aquele povo elegante, é que o pessoal foi se fazendo também. Procurar onde compra aqueles sapatos, aqueles vestidos. A cidade pequena, só se dirigia pra Campina. Pra comprar roupas finas, sapato. Antigamente aqui não existiam essas coisas. Cada uma que comprasse suas coisas em Campina. Aí foi que foi se modernizando.<sup>60</sup>

Na expressão da historiadora Michelle Perrot, “a memória das mulheres é trajada. A vestimenta é a sua segunda pele, a única da qual se ousa falar, ou ao menos sonhar.”<sup>61</sup> Neste sentido, este fragmento é emblemático, pois contém nomes de tecidos e de sapatos entremeados a interessantíssimos comentários sobre tipos de roupa feminina. Neste trecho da entrevista com Hermínia há também concepção de elegância, de condição social e, especialmente, formas de buscar o novo, o moderno e o diferente.<sup>62</sup>

<sup>59</sup> CATECISMO, op. Cit. p. 92.

<sup>60</sup> Entrevista n. 5, com Hermínia de Almeida Castro, 77 anos, em 17 mai. 2003.

<sup>61</sup> Cf. PERROT, Michelle. **As mulheres e os silêncios da História**. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005 p.14.

<sup>62</sup> Cf. REZENDE, Antonio Paulo. **(Des)Encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte, século XX**. Recife: FUNDARPE, 1997.

Os *usos* que as mulheres faziam dos calçados e das roupas em um baile podiam distingui-las não somente pela condição social, mas também pela forma que como *usavam* toda indumentária.

Hermínia, durante a infância nos anos 1930, aprendeu orações para fazer antes de dormir com a mãe Amélia e brincou na calçada de casa. Na juventude, nos anos 1940, ela freqüentou as festas da padroeira Nossa Senhora da Conceição, de Natal e de Ano Novo no prédio do Paço Municipal. Estas festas religiosas somadas às orações em casas ou na igreja marcavam os momentos de diversão naquele mundo rural.

Esta relação entre o calendário religioso e o calendário festivo é um traço da sociedade rural. Já na sociedade urbana, a exemplo de cidades como Recife, João Pessoa, Campina Grande, os valores burgueses com ares de modernidade, ao longo da primeira metade do século XX, cada vez mais diziam sobre freqüentar teatro, cinema, cafés, passear pelas avenidas e ruas reformadas, entre outros hábitos que passavam a fazer parte do cotidiano. Nesses espaços, podia-se informar sobre tecidos, cores, comprimentos, modelagens que estavam em moda, julgando a elegância uns dos outros.<sup>63</sup>

Naquela época, a vila de Cabaceiras tinha cinco ruas de terra batida. Lá não havia teatro, cinema nem cafés. As festas da Padroeira, de Natal e de Ano Novo aconteciam no salão do Paço Municipal. Em relação à moda e ao modo de se vestir, estas festas constituíam-se em uma oportunidade para ver o que havia de novidade nas roupas, nos calçados e nos acessórios. Era um momento para marcar o lugar social.

A roupa, os calçados e demais elementos que formam o conjunto da moda contribuía para definir o lugar social de uma mulher. Além disso, o traje podia também definir se a mulher estava ou não elegante, influenciando nas suas relações durante a festa. Uma mulher, dependendo de como se arrumava, podia tornar-se referência de novo, de moderno, de elegante, de belo, pois as festas, além de momentos de diversão, eram também momentos de percepção das formas de vestir, ocasiões para mostrar e ver novidades no vestuário.

Os tipos de calçados e a maneira de usar os sapatos e as roupas em uma festa podiam distinguir a condição social de uma moça. Sapatos com saltos altos e finos, conhecidos pelo nome de Luís XV, eram usados por mulheres de famílias de proprietários de terra, de criadores de gados, de comerciantes e de lideranças políticas locais. Provavelmente, as mulheres destas famílias compravam sapatos e tecidos para fazer roupas em Campina Grande, onde o comércio oferecia diversas opções.

Zé Albino, morador de Boa Vista, vendia tecidos, sapatos, perfumes, chapéus e outros acessórios às mulheres do município de Cabaceiras que não conseguiam deslocar-se para Campina Grande. Muitas vezes, ele trocava tecidos, sabonetes, perfumes,

---

<sup>63</sup> Cf. BARROS, Natália Conceição da Silva. **As mulheres na escrita dos homens**: representações de corpo e gênero na imprensa do Recife nos anos vinte. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

maquilagem por galinhas, ovos, porcos, bodes. Estes animais ficavam sob o cuidado das mulheres, e elas os utilizavam para adquirir esses objetos, uma vez que não faziam parte dos gêneros de primeira necessidade, como o café, o açúcar, a farinha, comprados pelos homens.<sup>64</sup> Deste modo, as mulheres de famílias de pequenos proprietários de terra e de trabalhadores rurais compravam sapatos de salto grosso aos mascates. E numa festa, ao olhar para os pés das moças poder-se-ia distinguir a condição social de cada uma por meio do tipo de salto do sapato.

Além disso, a maneira como usava toda a indumentária, a forma de andar com calçados de salto fino, o mostrar dos pés e de parte da perna ao sentar poderiam chamar a atenção em função da delicadeza ou extravagância dos movimentos. Provavelmente, uma moça que usava os sapatos de forma elegante, discreta, recatada, sutil, se destacava das demais e isso podia ser um meio de lhe proporcionar outras relações, de conquistar mais rapazes para dançar, de se diferenciar socialmente das demais, de tornar-se referência de moda.

Também podemos vislumbrar como a forma de estar vestida uma mulher desencadeava ou não namoros; inveja e ciúmes; se ela era padrão de moda a ser seguido; se proporcionava conversas com pessoas de outras condições sociais, de outras idades ou de outro sexo. O baile na Prefeitura era uma das festas em que pessoas prezavam pela elegância. Mesmo que cada uma fosse elegante a seu modo, havia uma certa concepção de elegância, de belo, de novo que pautava um baile grã-fino na Prefeitura de Cabaceiras naqueles anos.

Havia também uma concepção acerca de que tipo de roupa mulheres e homens deveriam vestir. Na cidade do Recife, na primeira metade do século XX, alguns críticos do comportamento bradavam nos jornais que não se conseguia distinguir nas ruas homens de mulheres, estas perdendo seu encanto “natural” ao querer igualar-se aos homens até nas vestimentas.

Na vila de Cabaceiras, nas décadas de 1930 e 1940, uma mulher vestida com calças poderia motivar inquietação, repúdio e críticas, pois entendia-se que uma mulher ao vestir calça queria muito mais do que igualar-se aos homens – queria ser homem.

A roupa marcava o lugar social, a idade, a condição civil e o sexo. Qualquer atitude que parecesse romper com esses lugares e com os papéis vistos como naturais para homens e mulheres era prontamente denunciada pela 'opinião pública', fortemente informada pelos valores católicos.

Acerca de roupas e acessórios, Josefa Aguiar relata:

Usava e bom. [riso] Usava. Eu mesma usava muito. Depois que eu tinha de vinte anos eu usava muita colônia boa. [pausa]. Tinha um rapaz aqui que dizia: “A gente passa por aquela moça, Josefa Quilidoro, é um cheiro que a gente só falta

<sup>64</sup> Entrevista n. 42. Eulâmpia Gonçalves de Sousa nasceu em Cabaceiras, em 10.10.1929. Foi entrevistada em 05.01.2005, quando tinha 75 anos de idade. Reside no povoado de Curral de Baixo.

cair.” [riso] Usava e era exagerada nos perfumes. Gostava. Só usava muito. Mas isso é imbecilidade da pessoa botar muito perfume. [riso]. Tamarati e, deixa eu ver, que estou muito esquecida. [...]. Toda vida desde idade de 15 anos fazia até as unhas, unhas das moças aqui. [...]. Eu era muito vaidosa quando era nova. Só andava arrumada. Eu gostava de andar bem arrumada. Toda vida maquiada, cabelo ondulado. Era vaidade... moda. A gente ia tudo pra Campina ondular o cabelo em madame Áurea. Quando o cabelo descia a ondulação ficava bem bonito...<sup>65</sup>

Josefa Guimarães, filha de Possidônia e José Quilidoro, morava no sítio Passagem, a dois quilômetros da vila de Cabaceiras. Nos anos 1940, ela e sua família costumavam ir à vila na segunda-feira para assistir à missa às dez horas e fazer compras na feira. Nessas ocasiões, Josefa aproveitava para usar seus vestidos de voil, seus sapatos de salto grosso, seu perfume Itamarati. Nas festas Josefa, que ondulava seus cabelos longos, caprichava ainda mais na produção.

Para a historiadora Michelle Perrot, os cabelos são símbolo de feminilidade. Símbolo que sintetiza sensualidade e sedução, atraindo o desejo. Por vezes, nas pinturas, a exemplo da renascentista, se sugere por meio do cabelo a proximidade da natureza, da animalidade, do sexo e do pecado. No século XIX, houve “uma erotização dos cabelos das mulheres”, em um jogo de esconder/mostrar que fortalecia o erotismo feminino. Nesta mesma época, uma mulher que seguia os valores da Igreja Católica cobria a cabeça com véu. Os cabelos só deviam ser soltos na intimidade do lar, quase sempre apenas no quarto de dormir. Na noite de núpcias e nas seguintes, a esposa devia soltar o cabelo para o marido, único homem que poderia ver os seus cabelos soltos.<sup>66</sup>

Por sensualidade, sedução ou vaidade a jovem Josefa Guimarães e mais mulheres de Cabaceiras se deslocavam até Campina Grande para ondular, pentear e alisar seus cabelos com a cabeleireira madame Áurea, comprar perfumes, tecidos ou simplesmente acompanhar os pais. Josefa sabia que a forma como cuidava da aparência não estava de acordo com o modo de comportamento aceito naquela sociedade.

Sabia também dos signos emitidos pelo modo de usar perfume. Mesmo assim, continuava a usar muito perfume. Ela realizou sua vaidade, sua vontade de mostrar-se e ser notada nas ruas de Cabaceiras. Naquela sociedade organizada em torno dos valores da religião católica, Josefa Guimarães desobedeceu, pelo menos no uso do perfume, as normas prescritas pelo catecismo.

Em relação à realização do próprio desejo, Maria de Lourdes relata:

E a festa de Reis era boa demais. Além de ter as três noites de novena tinha a missa e a procissão e no dia sete que era bom pro pife andar nas casas. Pífano

<sup>65</sup> Entrevista n. 26. Josefa Guimarães de Aguiar nasceu em Cabaceiras, PB, em 23.10.1924. Foi entrevistada em 16.08.2003, quando tinha 78 anos de idade. Reside na cidade de Cabaceiras, na rua Maria Neuly Dourado.

<sup>66</sup> Cf. PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Trad. Ângela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.



que a gente... Andar nas casas dançando e bebendo e namorando. [...] Muito escondido de pai. E se Inácio visse, quando chegasse em casa a pisa era na certa, que ele ia fuxicar a pai. Mas era bom, bom mesmo. Festa de Reis falada mesmo boa dentro de Cabaceiras eu passei. Muito, muita festa boa.<sup>67</sup>

Maria de Lourdes, a mesma que aprendeu poucas orações na infância, sem a permissão do pai e do irmão mais velho Inácio, caminhou com os tocadores de pífaros ou pife<sup>68</sup> nas cinco ruas da vila no dia da festa de Reis.

A folia de Reis ou festa de Reis teve início na Europa na Idade Média, para denominar o cortejo de pedintes que cantavam versos religiosos ou humorísticos. A festa de Reis, no dia 06 de janeiro, celebrava também a passagem bíblica em que Jesus foi visitado por reis magos, denominados Melchior, Baltazar e Gaspar, os quais passaram a ser referenciados como santos católicos a partir do século VIII. Entre a data do Natal e a data consagrada aos Reis Magos, visitavam-se as casas tocando músicas alegres em louvor aos “Santos Reis” e ao nascimento de Jesus Cristo.

Em Cabaceiras, seguindo o calendário religioso, celebrava-se a festa de Reis na igreja Nossa Senhora do Rosário. Construída em 1860, a mando do major João Ferreira Guimarães e de sua esposa Ignácia Theresa de Jesus, a igreja era palco para a festa organizada pela irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, composta por escravos e escravas. Nas décadas de 1930 e 1940, descendentes desses escravos continuavam a realizar o festejo, escolhendo o rei e a rainha que participariam da procissão e da missa naquela igreja, distante aproximadamente cinquenta metros da igreja matriz Nossa Senhora da Conceição.

No dia posterior às celebrações religiosas, um grupo de tocadores de pífaro, moradores do povoado de Barra de São Miguel ou do município de Caruaru/PE, a convite dos organizadores da festa, passava de casa em casa. Ao longo da manhã e da tarde, os pífaros percorriam as residências e os estabelecimentos comerciais. Nas casas serviam-se comidas, bebidas e no mercado doava-se dinheiro ou produtos.

Numa dessas festas na década de 1940, Maria de Lourdes, que tinha 16 anos ou mais, dançou ao som do pife, namorou e bebeu, talvez, sucos, licores ou cachaça, rompendo com o cerceamento imposto pelo pai e pelo irmão, que ocupavam lugares de autoridade, de mando, de vigilância na família. Ela não seguiu a norma católica de recato, obediência e honra imposta para todos os momentos da vida.

Em uma atitude tática, “ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio”<sup>69</sup>, usou aquilo que não lhe era próprio (ir à festa sem autorização do pai e do irmão)

<sup>67</sup> Entrevista n. 4, com Maria de Lourdes Correia, 78 anos, em 8 abr. 2003.

<sup>68</sup> O pífaro é uma pequena flauta transversal, aguda, similar a um flautim, mas com um timbre mais intenso e estridente, devido ao seu diâmetro menor. Os pífaros são originários da Europa medieval e são freqüentemente utilizados em bandas militares. Há também o pife brasileiro, um tipo de pífano com tradição e cultura próprias da região Nordeste do país e do interior, ligado ao forró. No Brasil, o que habitualmente se chama também de pífano é uma adaptação nativa, com influência indígena, das flautas populares européias. Feito de taboca como as flautas indígenas, utilizado para cerimônias religiosas e festas.

<sup>69</sup> CERTEAU. Op. cit. p.100.



para conseguir o que desejava – divertir-se ao som do pife. Por outro lado, Maria de Lourdes não passou despercebida sob os olhares vigilantes, talvez curiosos ou enamorados, de moradores(as) da vila de Cabaceiras, que a denunciaram ao pai ou irmão. Mesmo controlada, vigiada, punida, Maria de Lourdes em um dos momentos de sua juventude desobedeceu ao modelo de moça-mulher passiva, frágil, cordata, obediente e discreta, bastante difundido naquela época pela Igreja Católica na vila de Cabaceiras.

Em duas situações, no uso de perfume e numa festa, respectivamente, Josefa e Maria de Lourdes não se submeteram ao que estava prescrito como forma ideal de comportamento para as mulheres.

Estas práticas dessas mulheres constituem formas de vivências diferentes das esperadas pela Igreja Católica, cujo discurso normatizador foi amplamente difundido no cotidiano daquele lugar nas décadas de 1930 e de 1940. São práticas importantes na formação de um perfil de mulher não totalmente submisso às normas e aos valores daquela sociedade; são práticas de mulheres que em alguns momentos de suas vidas não se conformaram às normas do comportamento impostas pelo catecismo da Igreja Católica e por alguns parentes, notadamente mãe, pai e irmãos.

Por meio destas práticas, a Igreja Católica, em Cabaceiras, nas décadas de 1930 e 1940, exercia seu poder, fazendo funcionar seu discurso disciplinador e monopolizador das atenções das pessoas. Conforme representado nos relatos orais de memória, estas práticas repressivas, que buscavam gerir a vida, aos olhos daqueles moradores eram parte de um cotidiano vivido como natural, sendo vistas como ações dos padres preocupados com a manutenção da fé e da ordem.

A Igreja Católica em Cabaceiras, nas décadas de 1930 e 1940, tentou disciplinar o comportamento de homens e de mulheres. Os valores de pureza, de castidade, de zelo, de renúncia eram representados nas roupas e no modo de usá-las. Dentro desta moral rígida, as mulheres deveriam ser educadas desde a infância para ser submissas, obedientes e recatadas, apresentando esse comportamento ideal e imposto nas ações e na indumentária.

Independentemente da condição social, a moral católica buscou disciplinar e manter o controle sobre o viver cotidiano daquelas famílias. Nos encontros de catequese, meninos e meninas ouviram o discurso sobre civilidade cristã. O discurso da Igreja Católica, parecendo natural, atemporal e incontestável, tentou normatizar o comportamento de mulheres e suas relações em Cabaceiras nas décadas de 1930 e 1940. Para esta instituição religiosa, a mulher deveria defender a moral e os costumes ameaçados pela modernidade. Muito mais do que um discurso normatizador da mulher, das relações, da família, da sociedade de Cabaceiras, este foi um discurso proibitivo dos pensamentos, das vontades e dos desejos dissonantes dos preceitos estabelecidos como verdade para aquela sociedade.

Apesar da Igreja, por meio de seus discursos normatizadores e coercitivos, terem imposto em Cabaceiras um modo de ser e estar e um significado para as práticas da mulher, as experiências de mulheres e de homens atribuíram outros significados às

práticas sociais. Em meio às operações dos processos discursivos, na urdidura da memória, algumas mulheres forjaram outros perfis de mulheres nas relações com seus familiares, amigos, com seus parceiros sexuais e com a Igreja, ora resistindo, ora adotando o modelo imposto.

Viveram ajustando-se as exigências do vestir e equilibrando-se nos saltos dos calçados, (re)inventando-se um modo de ser e estar em um mundo em que lhes era possível negociar momentos de felicidade.

## 4.1 Referências

- BARROS, Natália Conceição da Silva. **As mulheres na escrita dos homens: representações de corpo e gênero na imprensa do Recife nos anos vinte**. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.
- BÍBLIA SAGRADA. Edição pastoral. 25. impr. São Paulo: Paulus, 1998. p. 1.471.
- BONADIO, Maria Cláudia. **Moda: costurando mulher e espaço público. Estudos sobre a sociabilidade feminina na cidade de São Paulo (1913-1929)**. 145 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Campinas, Campinas, 2000.
- CATECISMO. [S. l. : s. n., s. d.]
- Entrevista n. 5, com Hermínia de Almeida Castro, 77 anos, em 17 mai. 2003.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- PERROT, Michelle. **As mulheres e os silêncios da História**. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Minha história das mulheres**. Trad. Ângela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.
- REZENDE, Antonio Paulo. **(Des)Encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte, século XX**. Recife: FUNDARPE, 1997.

## Capítulo 5

Uma história de...

# Remígio



## HINO DE REMÍGIO

Foi no século dezoito  
Que nesta terra chegou  
Barbosa Freire da Silva  
E o povoado fundou.  
Ao seu lado também veio  
Pra dar o nome ao lugar  
Francisco Remígio Reis  
E aqui resolveu ficar.

### *REFRÃO*

Na terra adusta, no cariri,  
Ou no brejo tens fama e prestígio  
Estar contigo, lutar por ti  
É dever dos teus filhos, Remígio.

Surge então o vilarejo  
E o povo te batizou  
Por Lagoa de Remígio  
Nome que se confirmou  
E nesse batismo santo  
Nasceu o tiracínio  
De construir a capela  
Da Virgem do Patrocínio.

### *REFRÃO*

Na serra do Borborema  
Remígio foi bom menino  
Hoje é pai de gerações  
De glorioso destino  
A delícia do seu clima  
Agrada com freqüência  
E brota em sua gente  
O fruto da inteligência.

### *REFRÃO*

Salve, salve terra amada  
E nosso povo altaneiro  
Que traz no suor do rosto  
A prova de ser obreiro  
Pelo bem da Paraíba  
E o amor dos filhos teus  
Pedimos pra teu futuro  
As bênçãos do Santo Deus.

### *REFRÃO*

# Na história do presente, as memórias do passado: um breve histórico da cidade de Remígio

Elizabeth Cristina do Nascimento Cunha<sup>70</sup>

*“(...) E a natureza em sorriso  
Fez da selva um paraíso  
Como narram versos meus  
Sois berço de minha vida  
Sois minha terra querida  
Abençoada por Deus”.<sup>71</sup>*

(Severino Cavalcanti de Albuquerque)

Nesses versos do poeta remigense, carregados de religiosidade e orgulho de sua terra, encontramos inspiração para apresentar neste texto alguns aspectos da história de Remígio, lançando olhares em seu passado e também em sua atualidade.

Em meio aos versos que falam sobre a transformação da selva em um paraíso, entendemos que o poeta imaginou as terras onde hoje é a cidade de Remígio como um lugar, no mínimo, privilegiado. Dadas as devidas atenções aos sentimentos cívicos do poeta, não nos escapa a curiosidade de saber onde está localizado esse lugar.

Demonstrando peculiaridade, o município está localizado no Estado da Paraíba, e se constituiu como uma faixa de transição entre os limites que dividem a região do brejo (onde o sol nasce), com a do agreste do planalto da Borborema (onde o sol se põe). Nos dizeres de Severino Cavalcanti de Albuquerque: “(...) A cidade está localizada entre duas regiões, ao leste fica a região brejeira e a oeste fica a agresteira.”<sup>72</sup> Essa característica se reflete na diversidade de seu solo, fauna, flora, e clima típico do semiárido brasileiro.

Sendo assim, o município está geograficamente inserido na Microrregião do Curimataú Ocidental, pertencente à Mesorregião do Agreste Paraibano, fazendo limites

---

<sup>70</sup> Graduanda em História pela Universidade Federal de Campina Grande. Membro do Grupo de Estudos: Teoria e Metodologia da História. Este grupo é orientado pelo Professor Doutor Antônio Clarindo Barbosa de Souza, e está vinculado a UFCG.

<sup>71</sup> Estes versos estão contidos no poema “Fundação de Remígio” de autoria do poeta remigense Severino Cavalcanti de Albuquerque, um memorialista das histórias da cidade, e que será citado em outros momentos desse texto.

<sup>72</sup> Palavras ditas por Severino Cavalcanti de Albuquerque em discurso feito para jovens estudantes durante as comemorações do dia do trabalhador no ano de 1999.



com os municípios de: Solânea, ao norte; Alagoa Nova, Esperança e Pocinhos, ao sul; Arara e Areia ao leste; e Barra de Santa Rosa, Pocinhos e Algodão de Jandaíra, ao oeste.<sup>73</sup>

De acordo com alguns dados do IBGE 2010 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o município possui uma área territorial de 177,998km<sup>2</sup>, densidade demográfica de 98,77 hab/km<sup>2</sup> e sua sede fica a aproximadamente 132Km da capital do Estado. No que se refere à população, este último censo apresentou um número de 17.581 habitantes na cidade, sendo a maioria mulheres.<sup>74</sup>

Mas nem sempre foi assim. A área territorial “remigense” já foi mais extensa, assim como, a população mais numerosa. Sem falar que, para chegar à categoria de município independente, muitas etapas tiveram de ser ultrapassadas. Tal fato pode despertar a curiosidade do leitor de saber: “mas que etapas foram essas?”

A questão é que, para que pensemos sobre essas etapas, a História da cidade precisa ser revisitada. Foi pensando assim que, através das pesquisas realizadas, nossas fontes nos levaram a perceber que as histórias que narram a fundação de Remígio, sejam elas encontradas na literatura local, em livros sobre a cidade, históricos soltos em acervo pessoal, ou em evidências da tradição oral, convergem sempre para narrações e discursos semelhantes.

A pesquisa foi realizada com base no livro “Remígio, brejos e carrascais” do pesquisador Péricles Vitória Serafim, também no livro “S.O.S Seca – Adote um Município – Projeto Remígio”, no site do IBGE, em históricos soltos encontrados em acervo pessoal<sup>75</sup> e em evidências orais registradas em DVD's que apresentam, através de fotografias e entrevistas, uma história sobre a cidade. Algumas possíveis evidências apresentadas neste texto são um cruzamento de informações que nos possibilitou construir essa breve história sobre a cidade.

As informações encontradas indicam que antes da presença do homem branco na região, por volta do século XVIII, os índios já habitavam essas terras remigenses. Ainda no século XVI, a ocupação e desenvolvimento de algumas áreas da Província foram semelhantes. E na Paraíba os grupos tribais que se destacaram foram os de etnia *tupi* (que eram os Tabajaras e Potiguares), que habitavam o litoral, mas por diversos motivos se estendiam até as áreas do Planalto da Borborema, onde entravam em contato com os índios da etnia *tapuias* (que eram os Cariris e Tarairus). Esses agrupamentos indígenas ao passarem por terras da região que se situa entre o brejo e o agreste, deixaram marcas, e nomearam lugares, que se destacam principalmente por

<sup>73</sup> Essa 'visualização' torna-se mais clara ao consultarmos o mapa presente no início deste livro.

<sup>74</sup> Cf. **Remígio – PB**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 20 de Nov. 2011.

<sup>75</sup> Agradecimentos a Helena Honorato de Souza e Roberto Reis pelo material cedido de seus acervos pessoais.

possuir nomes do linguajar de origem tupi, que parecia já ser uma língua geral naquela época em que o índio se tornara um agricultor e tinha 'aprendido' a conviver com a presença da cultura branca na região.<sup>76</sup>

Com a predominância da língua tupi na região, as evidências levam a crer que os potiguares foram os primeiros indígenas habitantes do território onde hoje é a cidade de Remígio, e por ali se distribuía em três tabas: Queimadas, Caxexa e Jandaíra, que se tornaram pontos importantes para o desenvolvimento do lugar.

Não se sabe ao certo os anos que começaram os desbravamentos de colonizadores europeus na região, mas por volta de 1700 existem sinais de homens que vindos de outros lugares começaram a se abrigar no território denominado “Lagoas”, um lugar que em tempo de chuvas formava cinco lagoas que facilitavam a sobrevivência dos primeiros moradores do local, e assim, começaram a se fixar próximos a essas lagoas formando pequenos agrupamentos humanos.

O historiador Horácio de Almeida, ao escrever sobre a região do brejo paraibano, nos dá sinais para pensar que o território onde hoje é a cidade de Remígio, fez parte no passado de uma das primeiras sesmarias<sup>77</sup> doadas pela Coroa Portuguesa para que a região fosse explorada. Essa sesmaria localizava-se próximo a um lugar denominado Jardim, às margens do Riachão, que corre para o Mamanguape; e foi concedida ao português João Morais Valcácer. Não se sabe como e nem porque foi concedida, mas provavelmente os interesses econômicos da Corte Portuguesa eram muitos, tendo em vista a riqueza da região.

Por volta de 1778, um alferes do Rio Grande do Norte, chamado Luiz Barbosa da Silva Freire, por motivos de discordância política deixa suas terras e foge com alguns escravos até chegar a região de Riacho de Areia (também conhecido por Saboeiro), onde encontrou com o português João Morais Valcácer. Após o gesto simbólico de trocas de fios de barba, um acordo foi feito: as terras de Luiz Barboza da Silva Freire no Rio Grande do Norte denominadas “Barro Branco” agora seriam de João Morais Valcácer, e em troca, Luiz Barbosa da Silva Freire ficaria com a propriedade “Chã do Jardim”, que compreendemos ser a sesmaria que se estendia até os territórios de “Lagoas”, hoje a cidade de Remígio.

O gesto de trocas de fios de barba, para nós, hoje parece simples, uma bobagem. No entanto, se torna interessante pensar quais os possíveis significados desta troca de pêlos. O que a barba significava para um homem do século XVIII? E qual sua relação com as palavras e com a honra? Será que era comum esse tipo de prática na negociação de territórios? Enfim, são possibilidades de análise para um gesto, que hoje para nós é, no mínimo, estranho.

---

<sup>76</sup> Cf. SERAFIM, Péricles Vitorio. **Remígio: brejos e carrascais**. João Pessoa, Editora Universitária; 1992. P, 13-15.

<sup>77</sup> Sesmarias eram lotes de terras doados pelos Reis de Portugal, para que o colono cultivasse e explorasse o lugar.

Outras documentações levam a crer que a troca de terras não teria sido feita diretamente entre os senhores Luiz Barbosa da Silva Freire e João Morais Valcácer, mas sim entre Luiz Barbosa e outros parentes e herdeiros de João Morais Valcácer. E ainda que essa troca ocorreu em 1771, e no ano de 1778, Luiz Barbosa tinha apenas aumentado os limites territoriais de sua propriedade.<sup>78</sup>

A questão é que, estabelecido na região, Luiz Barbosa da Silva Freire logo mandou buscar seus pertences, seus familiares e serviçais. Em seguida, construiu um Rancho próximo onde hoje é a Igreja Matriz. Esse Rancho servia de ponto de descanso para viajantes e comerciantes que transportavam suas mercadorias entre o brejo e o sertão.

Um desses viajantes foi Remígio dos Reis, que posteriormente casou-se com uma filha de Luiz Barbosa da Silva Freire e construiu sua casa ao redor de uma das cinco lagoas, hoje a atual Lagoa Parque Senhor dos Passos. Remígio dos Reis foi então um dos primeiros moradores dessa região que aos poucos foi progredindo e formando um povoado organizado. As outras lagoas da região (Lagoa do Jenipapo, Lagoa do Freitas, Lagoa do Município e Lagoa do Mato) também foram importantes para o desenvolvimento local, mas a “Lagoa do Remígio” (ou Lagoas), como ficou conhecida, foi a única que prosperou, e ao mesmo tempo se tornou ponto de parada para viajantes e tropeiros.

A documentação analisada não nos permite saber ao certo se Remígio dos Reis foi um viajante que ao freqüentar o Rancho de Luiz Barbosa da Silva Freire, se envolveu e casou com uma de suas filhas, ou se ele teria vindo do Rio Grande do Norte, já como seu genro, junto com os outros familiares. O que se sabe é que sua presença na região foi significativa, e deu origem ao nome da cidade de Remígio.

Mas, para chegar a se tornar uma cidade emancipada, Remígio passou por algumas etapas, principalmente de circunstâncias político-administrativas. Por muito tempo o território remigense pertenceu à cidade de Areia. Logo, grande parte da história de Remígio está envolvida com a história de Areia. Para a população, tudo que queria se resolver tinha que ser lá. “Era chapéu, gravata e paletó para falar com o Prefeito, o Padre, ou o Doutor Juiz. Essa dependência nos fazia areienses, porém nossa natureza era distinta.”<sup>79</sup>

Ao passo que a comunidade das Lagoas crescia, seus moradores também desenvolviam uma consciência política para buscar melhorias em torno da saúde, segurança e educação. Em Lagoa do Remígio, por volta de 1890 uma formação educativa já acontecia. Lecionava-se “a cadeira de letras” para o sexo feminino e masculino. Anos depois, instruía-se o ensino primário.

---

<sup>78</sup> Cf. SERAFIM, Péricles Vitório. **Remígio: brejos e carrascais**. João Pessoa, Editora Universitária; 1992. P, 25-27.

<sup>79</sup> Cf. SERAFIM, Péricles Vitório. **Remígio: brejos e carrascais**. João Pessoa, Editora Universitária; 1992. P, 29.

Nos primeiros anos do século XX, muitas gerações de remigenses foram educadas pela professora Raquel Esmeraldina Borges da Costa e por Dona Rosinha, que também ensinava a catequese. Antes de ser emancipada, Remígio contava com uma escola pública bem estruturada, o grupo escolar Doutor Cunha Lima<sup>80</sup>, criado em 1952 e que nos dias atuais ainda está em funcionamento. A criação da SAER (Sociedade de Amparo ao Estudante de Remígio) também foi significativa para contribuição de uma educação de jovens remigenses. Passado alguns anos, mais escolas públicas estaduais e municipais surgiram, e alguns estabelecimentos particulares de ensino, incluindo alguns cursos de especialização e superior.

Além da Educação, outro aspecto de destaque em Lagoa do Remígio era o cenário comercial. A prosperidade da economia baseada numa agricultura de subsistência também se destacava. A inauguração de um mercado público em 1878 foi determinante para que Lagoa do Remígio se consolidasse como um entreposto favorável de comércio. Tal mercado no ano de 1971 deu lugar a Telpa<sup>81</sup>, e foi transferido para outro local.

Com o passar dos anos, já no início do século XX, o progresso econômico e social se firmava com a feira que acontecia aos domingos, a qual se mostrava mais concorrida do que a de Areia. Muitos comerciantes de outras regiões optavam por transferir seus negócios para o povoado, visto que a movimentação era intensa, e a diversidade de produtos conquistava compradores vindos de muitos lugares. A partir da década de 1930, a produção de sisal fortaleceu a economia da região. Ainda hoje a feira acontece aos domingos e continua promovendo o desenvolvimento econômico e social da cidade.

Outro tipo de atividade urbana que movimentou a economia remigense, no início do século, era uma prática considerada “marginal” representada pelo “jogo do bicho”, ou “jogos de parada”, um tipo de economia informal que envolvia toda a comunidade. Para uns era um trabalho, para outros proporcionava incansáveis momentos de divertimentos para a comunidade.

Uma comunidade que já podia contar com alguns estabelecimentos comerciais, agência de correios, mercado público, estabelecimentos escolares, cadeia pública, e uma localização privilegiada para manter a comunicação com outros municípios. Dessa forma, o povoado entrava em pleno desenvolvimento nos anos 1920, mas ainda estava longe de subir à categoria de município independente.

Ainda nos primeiros anos do século XX, uma demonstração da religiosidade local pode ser apreciada com a história que envolve a construção de um coreto em frente à Igreja, visto que, para ser construído foi necessário derrubar um 'pé de catolé'<sup>83</sup> que tinha

---

<sup>80</sup> Inaugurada em 1952 na administração de Armando de Freitas, prefeito de Areia. Seu nome foi em homenagem ao Coronel Cunha Lima, chefe político da região.

<sup>81</sup> Empresa de telefonia – TELPA - Telecomunicações da Paraíba.

<sup>82</sup> Coreto é uma cobertura, situada ao ar livre, em praças e jardins, para abrigar bandas musicais em concertos, festas e romarias. Também é usado para apresentações políticas e culturais.

<sup>83</sup> Tipo de planta comum no Nordeste, semelhante a um coqueiro ou palmeira.



se tornado um símbolo religioso para a comunidade. A 'árvore santa' tinha sido plantada por uma mulher que havia feito uma promessa para Nossa Senhora, com a intenção de curar-se de uma grave doença. Ao conseguir "o milagre", a comunidade se envolveu com a história e a promessa foi paga. As pessoas saíram em romaria até a frente da Igreja para plantar a árvore, que nos anos seguintes cresceu e frutificou. Aquele lugar passou a ser um espaço de oração e respeito.

Entretanto, no final do ano de 1926, Joca Soares (João Soares da Costa), como líder local, ordenou que o 'pé de catolé' fosse removido daquele lugar, pois naquele espaço seria construído um coreto que serviria para realização das apresentações da Banda de Música e também para eventos políticos e culturais da comunidade, além de deixar o povoado com ares modernos. Mas a comunidade parecia não se importar com os planos do chefe político, pois a preocupação com os castigos que poderiam punir a região era maior. A tradição oral narra diversos episódios de maus presságios envolvendo o coreto, que aos poucos foi se deteriorando e em meados da década de 1930 ruiu completamente.

A construção de um coreto proporcionou à sociedade diferentes momentos de lazer e encantamento, além de ter deixado o povoado com aparência de lugar adiantado. Ainda no início do século XX, Joca Soares sendo um influente comerciante da região, investia no povoado com capital próprio, como alguém que acreditava no progresso do local e com isso, ganhava o prestígio da população. Sendo assim, Joca Soares foi um líder que proporcionou outras experiências modernas para a comunidade. As duas primeiras ruas do povoado foram pavimentadas por ele e por volta de 1920, investiu para que fosse instalada a iluminação a gás, com lampiões a base de querosene colocados em via pública, e depois a base de carbureto. Já em 1925, por esforços do próprio Joca Soares, a luz elétrica foi implantada. Os jornais da região noticiaram o acontecimento. O primeiro motor - gerador de energia elétrica foi "benzido" e inaugurado no dia 17 de Novembro de 1925, com festas na cidade, até mesmo porque no mesmo dia teve início a Festa da Padroeira, Nossa Senhora do Patrocínio.

O gerador era ligado no período de seis às nove da noite. A fiação era presa nas paredes das casas em longos fios metálicos. A princípio as pessoas tinham um certo medo de passar pelas calçadas, mas aos poucos se acostumavam. Na década de 1930, após a morte de Joca Soares, o gerador ficou em posse de outros chefes políticos, e posteriormente o fornecimento de luz ficou por conta do governo do Estado. É imaginável que a presença da luz elétrica no povoado pode ter modificado alguns costumes dos moradores, inclusive com relação a vida noturna que se torna possível.

Outro líder local pioneiro em iniciativas que visavam o progresso de Remígio foi o senhor José Leal dos Santos, ou Zé Leal, como era conhecido. No ano de 1934, fazia parte da "Banda de Pau e Corda", em que tocava banjo e violão. Foi um influente comerciante na região, e ao passo que se desenvolvia, também proporcionava melhoramentos para o povoado das Lagoas. Por volta de 1940, Zé Leal tornou-se proprietário do motor da luz, e na mesma década introduziu o cinema na comunidade. A princípio com raras apresentações no mercado central, e nos anos seguintes construiu o Cine São José, um



equipamento da modernidade que por muitos anos proporcionou lazeres para os moradores. Depois de mais 20 anos desativado, em 2011, o cinema volta a ser uma possibilidade de lazer para os moradores de Remígio. A antiga máquina de projeção foi restaurada e o cinema está sendo reaberto, sob nova direção, e em novo local, mas com grandes expectativas pelos moradores da cidade.

Ainda influente em 1952, Zé Leal proporciona outra novidade para Remígio. No prédio em que morava, ele pendurou um alto-falante do serviço de som que tinha comprado e as noites da Vila foram embaladas por músicas românticas, serestas e baiões da moda. Era uma espécie de Postal Sonoro, em que pagava-se e oferecia-se a música a alguém. As noites na Vila de Remígio passaram a ser alegres e movimentadas, além de ter um “toque” especial para os casais apaixonados que trocavam músicas e afetos.

Os anos se passam, e a cada dia a Vila ganha aparência de cidade. Os primeiros passos para uma independência político-administrativa aconteceram em 1890, através do decreto de nº45, em que foi criado o Distrito de Lagoa do Remígio, pertencente ainda a Comarca de Areia. Mas, dois anos depois, em 1892 o Distrito foi abolido, por razões de conveniências políticas. Apenas em 1909 é que o Distrito de Paz de Lagoa de Remígio é restabelecido. Já no ano de 1938, por Decreto-Lei estadual nº 1164, o Distrito passa a denominar-se, apenas Remígio, é reconhecido, assume a categoria de Vila, no entanto, continua pertencendo a cidade de Areia.

Além dessas etapas, outra importante fase teve que ser ultrapassada para que Remígio ganhasse status de município independente. Ao se falar na emancipação de Remígio, personagens como Dr. Simeão Cananéa, Estanyslau Eloy e seus filhos, Severino Bronzeado e seus filhos, Luiz e Epitácio Bronzeado se destacam como importantes líderes locais que juntamente com o povo superaram um processo lento e difícil até chegar a tão esperada emancipação.

Embora possuindo pré-requisitos necessários para se tornar município independente, o rumo dos acontecimentos se tornava vagaroso devido a interesses políticos, econômicos e sociais que estavam por trás dos conflitos e das lutas de emancipação. Os líderes areienses não acolhiam a ideia de perder, nem territórios, nem a economia tão significativa, muito menos uma população eleitoral tão numerosa quanto a presente em Remígio.

Por isso que, mesmo o projeto de emancipação de Remígio do Dr. Luiz Bronzeado Sobrinho tendo sido implantado em 1953, só foi em 1957 que se concluiu. Durante esses anos, o projeto foi negado, replantado e modificado, para que exclusivamente no dia 14 de março de 1957, na Lei nº 1667, o Governador Flávio Ribeiro Coutinho sancionasse a lei, para que, definitivamente, essa lei entrasse em vigor no dia 31 de Março de 1957, data comemorativa de criação do Município de Remígio.

Alguns anos depois, Remígio se desvinculou completamente de Areia quando a Paróquia e a Comarca da cidade foram inauguradas. A Comarca em 1983, e a Paróquia em 1965. Mesmo assim, as práticas religiosas sempre se fizeram presentes na história local. Por volta de 1865, a presença missionária de Frei Herculano, que vinha das bandas

de Alagoa Nova, marcou o povoado das Lagoas; pois logo ordenou para que ali se construísse uma Capela, no mesmo lugar onde hoje é a Igreja, que foi inaugurada em 1893, mas que só se constituiu como a Paróquia de Nossa Senhora do Patrocínio, autônoma da Paróquia de Areia, após a emancipação.

Muitas são as histórias sobre as comemorações que ocorreram no dia da emancipação. Os acontecimentos ficaram na memória das pessoas que viveram aquele momento, e também foram destaque nos principais jornais locais. Conta-se que as solenidades começaram nas primeiras horas da manhã no salão Nobre do Palácio do Estado, que se enfeitou com a presença do Governador, autoridades civis, militares, eclesiásticas, líderes remigenses e areienses, estudantes, industriais, e populares. Durante o dia ainda foi celebrada uma missa solene. Logo após, às 15 horas no edifício da Prefeitura Municipal ocorreu a sessão solene de instalação do Município, onde algumas personalidades da cidade discursaram, e posteriormente o senhor Epitácio Bronzeado foi nomeado o primeiro prefeito da cidade.

Nas comemorações de 50 anos de emancipação política de Remígio, o poeta Severino Cavalcanti de Albuquerque compôs um poema como forma de homenagem, e uma das estrofes reflete suas memórias sobre aquele dia:

“(...) Se deu a cinqüenta anos  
Eu vi com grande emoção,  
Os desígnios soberanos  
Deram a emancipação,  
Coisa que não se repete  
O ano cinqüenta e sete  
Trinta e um de Março o dia,  
Tudo com músicas e palmas  
Deixando em nossas almas  
A mais vibrante alegria. (...)”<sup>84</sup>

As tradições de se comemorar o aniversário da cidade, embora tenham sofrido alterações no decorrer dos anos, ainda acontecem de forma peculiar. Festas com grandes atrações musicais, barracas com comidas típicas, desfiles, inaugurações, eventos religiosos, esportivos e culturais que valorizam os 'artistas da terra' e que envolvem música, dança e teatro fazem parte dos festejos do dia 31 de Março que rememoram a história da emancipação da cidade.

Emancipação essa que deixou marcas e trouxe modificações para alguns aspectos da cidade. Para ser desmembrada de Areia, Remígio teve que ceder terras do brejo,

---

<sup>84</sup> Poema de Severino Cavalcanti de Albuquerque produzido em homenagem a Remígio pelos 50 anos de sua emancipação política. Remígio, 31 de Março de 2007.

perdendo assim limites territoriais consideráveis. Mas ao mesmo tempo em que perdia suas terras, ganhava identidade. Também perdeu terras do Curimataú quando o distrito de Jandaíra, antes pertencente a Remígio, passou a ser independente em 1994. Isso ocasionou uma diminuição considerável do território de Remígio que antes era de 482 km<sup>2</sup>, passou a ser 132km<sup>2</sup> (IBGE, 2000). Ao mesmo modo, a população que já havia chegado a quase 18.000 habitantes no censo realizado 1991, no ano de 2000 apresentava a estatística de 14.911 habitantes na cidade.<sup>85</sup>

Já para o setor comercial, os anos 2000 representam um crescimento fugaz no comércio. A produção agrícola foi bastante expressiva até os anos de 1985. Os anos seguintes marcam uma efervescência da população urbana devido a uma migração de pessoas do campo para a cidade. Ao mesmo tempo, novos estabelecimentos comerciais, como casas lotéricas, mercadinhos, frigoríficos, farmácias, bares e oficinas, preenchem o cenário urbano.

O desenvolvimento comercial na cidade continuou se ampliando nos últimos dez anos, no entanto, a agricultura não deixa de contribuir para a economia local. Um exemplo disso é a produção do Algodão Agroecológico<sup>86</sup> por agricultores da cidade, que desenvolveram uma forma peculiar de cultivo do algodão. O sucesso da colheita proporcionou a criação de um evento que está se tornando tradição na cidade. A Festa da Colheita do Algodão já está em seu terceiro ano e proporciona momentos de apresentações artísticas de música, dança e teatro, desfile de moda, seminários, dia de campo, concurso de cordel, minicursos, homenagens e uma vasta exposição da diversidade da produção agrícola e cultural da agricultura familiar de Remígio e do território da Borborema.

Outras festas, durante o ano, preenchem momentos de lazer e divertimento para as pessoas na cidade, e na maioria delas o caráter religioso está presente. No início do século XX, as festas populares já se destacavam na região. O ano começava com a festa de Reis no sítio de Lagoa do Mato. No final do mês de Janeiro tinha a festa de São Sebastião. O mês de Maio tinha festa toda noite com as “tiradeiras de terço” que no final do mês queimavam as flores em homenagem a Maria. Junho já começava com as novenas pra Santo Antônio que aconteciam nas casas de algumas pessoas. Essas novenas tinham um sentido especial, principalmente porque a mocidade além de rezar, esperava a hora do baile para comer, dançar e paquerar.

Ainda no mesmo mês tinha o São João. Esse era movimentado tanto nos sítios quanto nas ruas do povoado de Lagoas, que se preenchiam de fogueiras, brincadeiras

---

<sup>85</sup> Cf. FONSECA, Marcelo Rafael Correia (Coord.), SILVA, Regina Celly Nogueira da Silva, [et AL.]. **S.O.S Seca – Adote um município - Projeto Remígio**. Revisão Augusto de Almeida Simões. João Pessoa: Gráfica/UNIPÊ, 2004.

<sup>86</sup> Projeto criado em 2005 pela Embrapa Algodão e ARRIBAÇÃ, com o intuito de desenvolver a agricultura familiar e validar os conhecimentos dos agricultores sobre o cultivo de algodão. Cf. **III Festa da Colheita do Algodão Agroecológico**. Disponível em < <http://festadoalgodao.wordpress.com/>>. Acesso em 20 de Nov. 2011.

com fogos, música, dança e comidas típicas. Já o final do ano se encerrava com as festas mais esperadas que eram a de Natal e Ano Bom, em que as moças e rapazes das famílias mais ricas e tradicionais desfilavam a tardinha pelas ruas com seus trajés mais elegantes. Durante a noite, quem se divertia eram os populares e os boêmios, que se dirigiam ao coreto em frente a igreja para fazer cantorias e serestas acompanhadas ao som de violões, flautas e clarinetes. As serestas seguiam junto com a madrugada e terminavam no Beco do Jacaré ou beco do “rói couro”<sup>87</sup>, onde as meretrizes ajudavam a completar a noitada de festa.

Quem sempre marcava presença nessas festas eram os negros do Cunha<sup>88</sup> que animavam o festejo tocando pífano. Já por volta de 1905, surge em Lagoas a primeira Banda de Música organizada por Bento Vitório, chefe político da região, e outros senhores da sociedade, entre eles políticos, boêmios e “intelectuais”. Nessa banda tinha quem tocasse saxofone, contrabaixo, pistão, clarinete, caixa, e bombardino. Com a morte de um dos integrantes, em 1913, a banda encerrou suas atividades. Outra surge em 1925, no comando de Joca Soares, figura importante no povoado, era “Filarmônica Remigense”, que o povo chamava de “Banda Nova”. Era formada por gente simples: comerciantes, agricultores, alfaiates, carpinteiros; e existiu até o ano de 1934. Anos depois um grupo musical rouba o cenário, a “Banda de Pau e Corda”, formada por boêmios da época que alegravam bares e residências, perdurando por cinco anos.

Em meio a cantorias e serenatas, os artistas e poetas populares se destacavam ao mostrarem seus versos, e rimas encantadoras. Outra forma de divulgar essa arte era através da literatura de cordel, que se difundia principalmente na feira do domingo, e nos momentos de festas na cidade. No passado, nomes como João de Cristo Rei e João Viana dos Santos representavam a literatura local. Outros poetas como, Gonçalo Ferreira Lopes, Jansen Filho escreveram sobre Remígio, assim como Severino Cavalcanti de Albuquerque, que nos dias atuais representa a essência da literatura popular local, principalmente nos eventos e datas importantes da cidade.

Com o passar dos anos, muitas tradições se perdem, porém outras ficam. O final de ano ainda é esperado com ansiedade pela maioria dos moradores da cidade que celebram as primeiras horas do Novo Ano num show musical que acontece após a celebração da missa. Outras duas grandes festas que acontecem no ano são as comemorações do aniversário da cidade, no dia 31 de Março e a Festa da Padroeira no mês de Novembro. Os carnavais de bailes, blocos, papangus e batucadas sempre fizeram parte dos momentos de divertimentos na cidade, possuindo seus tempos de auge e declive. As festas juninas também acontecem de forma tradicional e nos últimos anos ocorrem em momentos distintos nas comunidades e bairros durante o decorrer do mês.

---

<sup>87</sup> Denominação dada à rua ou zona onde está localizado o meretrício.

<sup>88</sup> Cunha, ou melhor, Olho D'água do Cunha era um sítio da região das Lagoas. E os negros do Cunha, eram nativos que tocavam pífanos (uma espécie de flauta) na maioria das festividades do povoado. Cf. SERAFIM, Péricles Vitório. **Remígio: brejos e carrascais**. João Pessoa, Editora Universitária; 1992. P. 29.



Com menor expressividade, outras festas como concurso de calouros, shows musicais, festa em comemoração ao dia do estudante, semana de mostras culturais, e outras, preenchem o ano dos remigenses. Elas acontecem em casas de show particulares como a Poliedro Show e a Oásis, ou em espaços públicos. Entre esses espaços, o mais comum é a Lagoa Parque Senhor dos Passos, que já foi Lagoa do Remígio, o lugar de origem do povoamento da cidade, que foi estruturada e urbanizada no ano de 1996, pelo então prefeito José Passos.

Na imagem, nota-se a região da Lagoa, que no passado foi berço do povoamento da cidade, e nos dias atuais, cartão-postal e ponto turístico de Remígio.



**Figura 8: Imagem de acervo pessoal**

Após a urbanização, a Lagoa, passou a ser um cartão postal da cidade. Aos poucos ela foi se tornando um espaço de sociabilidades, de lazeres e divertimentos, onde as principais movimentações da cidade acontecem. Um lugar central que dá acesso às principais ruas da cidade, e a sua volta encontram-se casas, quadras de esportes, bares, uma casa de Show (Oásis), estabelecimentos comerciais, pracinhas, etc.

Com a imagem de um dos pontos principais da cidade, chegamos ao final do texto, mas não ao fim da história. Essa continua, para que outros possam preenchê-la, e contá-la a partir de outros olhares e perspectivas. No mais, ponderamos que tornou-se possível, a partir desse breve histórico, conhecer alguns aspectos da cidade de Remígio, que nas memórias do passado, revelou o seu presente.

## 5.1 Referências

Diagnóstico do Município de Remígio, 2005. Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/rehi/atlas/paraiba/relatorios/REMI153.pdf>>. Acesso 28 jul. 2011.



FONSECA, Marcelo Rafael Correia (Coord.), SILVA, Regina Celly Nogueira, [et AL.]. S.O.S Seca – Adote um município - Projeto Remígio. Revisão Augusto de Almeida Simões. João Pessoa: Gráfica/UNIPÊ, 2004.

Remígio – PB. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 20 de Nov. 2011.

Remígio – In Mídia. Produzido por Roberto Reis. Remígio: Joãzinho Gravações e Filmagens, s/a. 1 DVD (60 min.).

Remígio - Nossa História em Debate. Produzido por Alexandre Reis e pelo Programa de Microprojetos para o Semiárido. 1 DVD (38 min.).

Remígio - um crescimento fugaz. In: Economia 5. Dezembro/2000 SERAFIM, Péricles Vitório. Remígio: brejos e carrascais. João Pessoa, Editora Universitária; 1992.

III Festa da Colheita do Algodão Agroecológico. Disponível em < <http://festadoalgodao.wordpress.com/>>. Acesso em 20 de Nov. 2011.

## Capítulo 6

Uma história de...

# Serra Branca



## HINO DE SERRA BRANCA

Altaneira cidade querida  
O teu nome tão cheio de amor  
É bandeira na luta renhida  
É alento seguro na dor

Coro:

Serra Branca teus filhos de amam  
Pois em ti sempre querem viver  
Tuas glórias ridentes proclamam  
Solo amado que a nós viu nascer  
Este céu é seu estrelado  
Estes campos cobertos de flores  
São as provas ò meu solo amado  
Da beleza e do teu esplendor

Serra Branca ditosa e querida  
Símbolo augusto do teu Redentor  
Qual uma hóstia tão santa esculpida  
Nas paragens de luz e esplendor

Serra Branca de luz e grandeza  
Nós vivemos felizes em ti  
És a glória, o fulgor e a beleza  
Deste nosso feliz cariri

*Letra: Paulo Lôpo Saraiva*

*Música: Maestro Artur Aprígio*

# De “Rainha do Cariri” à “Cidade das Festas”: uma história de Serra Branca

Fabiolla Stella Maris de Lemos Furtado Leite<sup>89</sup>

Márcio Macêdo Moreira<sup>90</sup>

Esse texto foi escrito a partir das reflexões dos autores acerca de suas experiências em um projeto de pesquisa voltado para o estudo da história do município de Serra Branca. Ambos desenvolvem suas dissertações junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba também com temáticas referentes à história deste município. Neste sentido, gostaríamos de esclarecer que não pretendemos aqui esgotar esta história em todos os seus aspectos. O que procuramos fazer foi analisar apenas alguns deles para elaborarmos uma visão panorâmica de experiências históricas vividas pelos moradores em determinados períodos.

Sendo assim, no primeiro momento serão discutidos o processo de colonização que culminou na organização espacial da região do cariri, de modo geral, e de Serra Branca, especificamente, sendo apresentados os aspectos políticos e econômicos que caracterizaram sua história até o ano de 1960, quando efetivamente aconteceu sua emancipação político-administrativa de São João do Cariri. Em seguida, partiremos para reflexões sobre o lazer, recorrendo a memórias de moradores acerca de determinada experiência cultural, a saber: a festa de Nossa Senhora da Conceição, a padroeira local, comemorada no dia 08 de dezembro.

## 6.1 Composição Territorial e Produção Algodoeira

O município de Serra Branca localiza-se a cerca de 220 km da capital da Paraíba, João Pessoa, na região dos Cariris Velhos. Nesta, predomina o clima semiárido e a vegetação da caatinga. Inserida neste espaço, Serra Branca faz parte do contexto cultural do semiárido nordestino. Um dos aspectos geográficos mais importantes do município é a serra do Jatobá que denomina a cidade de “Serra Branca”, por possuir uma aparência esbranquiçada. Além de acidente geográfico, esta serra serviu de ponto de referência para a região. Outro aspecto da geografia local relevante é o rio Matinoré, constituído pelos rios Porção e Jatobá, mesmo

---

<sup>89</sup> Mestranda PPGH/UFPB. E-mail: fabilemos\_ita@yahoo.com.br.

<sup>90</sup> Mestrando PPGH/UFPB. E-mail: moreirahistory@gmail.com.



**Figura 9: Localização de Serra Branca. FONTE:** [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Paraiba\\_Municip\\_SerraBranca.svg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Paraiba_Municip_SerraBranca.svg)

sendo um rio temporário, suas águas deixam poços e riachos na planície onde se localiza a cidade (Sousa, 2008, p.17). Suas fronteiras limitam-se com as de Sumé, Congo, Coxixola, Parari, São João do Cariri e São José dos Cordeiros, como podemos observar a seguir.

A região que hoje compreende Serra Branca era habitada pelos índios Sucurus, nômades que se distribuíam entre o Planalto

da Borborema e o rio Taperoá. Figuras geométricas, círculos concêntricos e figuras interpretadas como cobras representam o pouco que sobrou desses índios nos diversos sítios arqueológicos da região. Pertencente a um grupo indígena maior denominado Kariri, estes foram exterminados pelo evento conhecido como “Guerra dos Bárbaros”. Sua economia era baseada na caça e na coleta. Ligados à natureza, estes índios eram pouco competitivos, o que gerou o olhar preconceituoso dos portugueses, que os tratavam como seres de línguas rústicas, primitivos e por fim, “bárbaros” (PIRES, 1990, p.27-28).

A população que passou a habitar o Cariri a partir do século XVIII era composta por índios, poucos negros, mulatos e brancos. Portugueses como Domingos de Farias Castro, que se casou com a filha de um grande sesmeiro do Cariri – Pascácio de Oliveira Ledo -, migrou para o Cariri em busca de melhores condições sociais (MEDEIROS, T.D; MEREIROS, M.D, 1989, p.20-21).

Em documento redigido para o Senado da Paraíba consta a descrição da localidade de todas as fazendas da região do Cariri de Fora. Já em 1757 havia na região o sítio Serra Branca que se localizava perto da Serra do Jatobá. Observa-se que para localizar outras fazendas, o capitão-mor que redigiu o documento usou sempre “Serra Branca” como referência.

Do coró ao sítio de Tapera é uma légua e meia. Da Tapera ao sítio da Serra Branca, légua e meia. Da Serra Branca ao sítio dos Meios são duas léguas. (...) No sítio da Serra Branca já nomeado acima faz Barra do rio da Paraíba o rio que chamam da Serra e para uma ilharga distante três léguas para a mão esquerda está o sítio chamado Riacho. Cá da Serra Branca está o sítio do Congo daí uma légua. (MEDEIROS, T.D, 1990, p.40-42)

De acordo com Araújo (2007, p.3) por volta de 1820, na margem do rio Jatobá, foi instalada a fazenda Jericó e, em 1825, um fazendeiro chamado José Alves Pequeno, para fugir das estiagens de São João do Cariri, fundou uma fazenda nas margens do rio Porção. As novas fazendas dinamizaram o povoamento da região.



Ao redor desta capela, onde hoje está localizado o bairro do Ahú, foi construído o primeiro povoado. Com o desenvolvimento da região, provavelmente pela introdução do algodão, outras fazendas foram instaladas (SOUSA, 2008, p.21).

No sentido de reunir a produção, em 1860 foi construído um armazém de nome “Salão”. Ao redor deste armazém, outros pontos comerciais foram instalados. A região demarcada pela Serra do Jatobá foi rota de almocreves que comercializavam com outras rotas entre Paraíba e Pernambuco. O pequeno povoado foi construído a partir da expectativa do estabelecimento de uma referência comercial.

A massa populacional na região do Cariri cresceu justamente com o aumento do cultivo de algodão. O pequeno povoado de Serra Branca passou a ser um dos centros da produção agrícola que abastecia São João do Cariri. Pela necessidade do controle rígido da elite sobre a produção algodoeira, a população de Serra Branca foi controlada pelo mandonismo que caracterizou a política no Brasil. Fazendeiros e camponeses criaram laços de dependência que se manifestaram na cultura política.

Foi nessa perspectiva que Joffily, em 1892, visitou e descreveu a sua passagem por Jericó já com a denominação de Serra Branca:

Serra Branca tem boa casaria, uma sofrível feira, casa de mercado, pequena capela; e é um dos centros produtores de algodão na comarca de S.João. Os vales do seu rio e riachos estão quase cheios de cercados para lavouras, onde o algodão produz admiravelmente, apesar das poucas chuvas que caem no sertão. (JOFFILY, 1892, p. 394)

Capela, casa de mercado, boa produção de algodão e, principalmente, um povoado. Serra Branca foi uma região de referência para o cultivo de algodão em São João do Cariri. E, conseqüentemente, após a Constituição de 1891, o povoado obteve maior relevância política. O direito ao voto a partir de 1891 retirava a exclusividade dos proprietários de terra, mas mantinha a exclusão aos analfabetos, uma vez que havia a exigência da assinatura dos eleitores no ato do voto. Serra Branca, neste momento, se constituiu em um dos “currais eleitorais” da elite.

No final do século XIX, o povoado aumentou e foi necessário construir uma capela que abrangesse toda a população. Em 1907, coube ao “mestre” Luiz construir a Igreja Matriz. Além da Igreja, ele ajudou na construção de várias casas. Seu nome ficou na memória da população de Serra Branca tanto pelo seu trabalho quanto pela religiosidade.

Em 1921, Serra Branca passou a ser distrito de São João do Cariri. A mudança de povoado para distrito foi favorecida pela produção algodoeira. Armazéns de algodão e maquinarias foram instalados no município. A produção de Serra Branca destacou-se por toda a região. Com a rotatividade do dinheiro no distrito, casas comerciais foram criadas, dentre estas, ressaltaríamos a Casa Gayão, pois “vinha gente do Pageú, São José do Egito, Teixeira e dos municípios vizinhos fazer compras na sua Casa Comercial” (SOUSA, 2008, p.36).

Mesmo com o poder econômico superior à São João do Cariri, Serra Branca ainda era dependente administrativamente. Toda arrecadação de impostos de Serra Branca era

notificada nas Mesas de Renda (Coletoria) de São João do Cariri. Assim as famílias do poder em São João do Cariri – Brito e Gaudêncio – mandavam e desmandavam na arrecadação de impostos. São João do Cariri continuou a ser importante centro de arrecadação de tributos para o Estado da Paraíba.

Muitas mudanças ocorreram com o Movimento de 1930 que acabaram beneficiando Serra Branca. A centralização administrativa encabeçada por Anthenor Navarro, com a força do mito João Pessoa, buscou exterminar o coronelismo em suas raízes. Já que a máquina administrativa e as finanças estavam nas mãos dos chefes locais, o Estado demitiu vários funcionários ligados a apadrinhamentos e forçou o controle sobre as Mesas de Renda. Em 19 de dezembro de 1930, o governo extinguiu a Mesa de Renda de São João do Cariri e distribuiu os postos fiscais em vários distritos. Assim, Serra Branca ganhou autonomia no que se referia à arrecadação de impostos (SANTOS NETO, 2007, p.46).

Neste mesmo ano, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição foi elevada à Paróquia, desmembrando-se da Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres. Segundo Sousa (2008, p.46), isto ocorreu por questões políticas, provavelmente por perseguição entre famílias. O vigário da Igreja de Nossa Senhora dos Milagres era o padre Apolônio Gaudêncio, irmão de Álvaro e Joaquim Gaudêncio, que lideravam a política na família. A paróquia junto com o título de freguesia foi transferida para Serra Branca.

Adequado ao sistema do financiamento do algodão, o principal articulador da circulação da mercadoria em Serra Branca, a partir da década de 1930, foi Joaquim Gaudêncio. Este, além de ser sócio de comerciantes, era o principal comprador do produto na cidade. Deste modo, não é estranho que o “coronel”, que detinha o poder econômico do algodão, passoasse a usufruir o poder simbólico da chefia política. Sua residência em Serra Branca localizava-se de frente a principal avenida, onde também se encontravam os armazéns de algodão.

No ano de 1947, o deputado estadual Álvaro Gaudêncio transferiu a sede da Comarca de São João do Cariri para Serra Branca. A partir deste momento, Serra Branca tornou-se o centro político da Comarca e, juntamente com a transferência da sede, a perseguição política e a violência aumentaram.

Serra Branca demonstrou estar apta economicamente para sediar a Comarca, já que era o município que mais contribuía para as finanças do Estado. Os discursos parlamentares da família Gaudêncio argumentavam em prol do “progresso” de Serra Branca em detrimento da “decadência” de São João do Cariri. A busca da emancipação do distrito, ou simplesmente a busca do poderio político-econômico, faziam parte da vontade da população e não somente da elite política. Houve uma aliança entre serra-branquenses e a família Gaudêncio. A população desejava o reconhecimento da potencialidade do distrito e os Gaudêncio queriam consolidar de vez seu poder na região. Assim, Álvaro Gaudêncio enalteceu Serra Branca.

Serra Branca registra assinalado progresso (...), o florescimento da indústria, do comércio e outros ramos da atividade humana, destacando-se as fábricas de beneficiamento do algodão, tudo contribuiu para que este distrito reivindicasse a

prerrogativa de sede do município a que pertence. (A UNIÃO, João Pessoa, 27 mai, 1947, p.8)

Os anos de 1951 a 1953 foram marcados por constantes secas. E elas determinaram os caminhos políticos para a emancipação oficial de Serra Branca. A estiagem se instalou na administração do prefeito Francisco Moreira de Albuquerque. Com o apoio de José Américo de Almeida no governo do Estado, “Seu Moreira” como era popularmente conhecido, buscou trazer benefícios para o município. A situação da seca se agravou a partir de 1952. Telegramas enviados ao Governo do Estado descrevem a calamidade que Serra Branca enfrentou durante o ano de 1953.

Acidade está na imanência de ser atacada. Gostaria que V. Excia. mandasse um secretário de absoluta confiança para testemunhar o quadro como é triste. Só assim V.Excia. tomaria uma resolução que pudesse tão grande flagelo. Respeitosa saudações - Francisco Moreira de Albuquerque. (A UNIÃO, João Pessoa, 27 mar, 1953, p.3)

No combate às consequências da seca, a figura do Vigário João Marques Pereira merece destaque. Ele participou ativamente da ajuda aos necessitados da seca distribuindo os alimentos. O padre João Marques ficou na memória dos serra-branquenses como um padre solidário e moralista. Uma das suas atividades mais reconhecidas pela população foi o estímulo ao desenvolvimento educacional do município (SOUSA, 2008, p.23).

A seca da década de 1950 deixou marcas graves em Serra Branca. O problema principal da administração era a extensão territorial, pois se tratava da maior Comarca da Paraíba. Eram onze distritos para combater a seca. Isto favoreceu o desmembramento de vários distritos no final da década de 1950, com a finalidade de suprir as necessidades locais. Neste contexto é que Serra Branca se emancipou de São João do Cariri.

Nas eleições de 1956, para prefeito de São João do Cariri, saiu vitorioso Genival Torreão, pertencente ao grupo Gaudêncio, figura importante no processo de emancipação de Serra Branca. Nesta mesma eleição, foi eleito governador da Paraíba Flávio Ribeiro Coutinho, pela coligação UDN (União Democrática Nacional) e PSD (Partido Social Democrático). Assim, tanto Álvaro Gaudêncio (UDN) quanto Tertuliano Brito (PSD) ficaram na base do governo. A partir deste período, os discursos hostis entre as elites diminuíram. E foi neste contexto político que Álvaro Gaudêncio subiu na tribuna da Assembléia Legislativa e propôs a volta da sede para São João do Cariri, com a emancipação de Serra Branca. Por um dispositivo constitucional, a emancipação foi impedida. A matéria retornou em 1957 (QUEIROZ, 2008, p. 470).

A aliança entre os deputados estaduais Nivaldo Brito e Álvaro Gaudêncio facilitou o projeto de criação do município. No dia 25 de fevereiro de 1959, Nivaldo Brito apresentou na Comissão de Negócios Municipais o projeto nº 30/1959 que criou o Município e a Comarca de Serra Branca.

Apesar de todos os prós e contras, no dia 27 de abril de 1959 foi sancionada a lei nº 2.065 que criou o município de Serra Branca. Enfim, Serra Branca e São João do Cariri estavam independentes legalmente.

Em 1959, a população se preparou para comemorar a emancipação, o então prefeito Genival Torreão solicitou um mandado de segurança contra a lei que emancipou o município<sup>91</sup>. Mesmo com as famílias do poder unidas na Assembléia Legislativa, o prefeito Genival Torreão foi contra o processo de emancipação sem dar explicação clara para isto, já que o clima no município era festivo. A princípio, Genival Torreão não quis abrir mão de Serra Branca, que rendia mais proventos da agricultura se comparado a São João do Cariri.

Durante as eleições para prefeito, ainda em 1959, passeatas foram organizadas para apoiar a oposição à Genival Torreão. No dia 10 de abril de 1960, Aderbal Chagas Brito foi empossado primeiro prefeito da comarca de Serra Branca, pelo então governador da Paraíba, José Fernandes de Lima. Como consta no termo de Instalação do Município, “grande massa popular” compareceu ao ato de emancipação. Com a instalação foram criados a Câmara Municipal, o Cartório de Registro Civil e o Comissariado de Polícia. Assim, Serra Branca ficou com três distritos: Coxixola<sup>92</sup>, Santa Luzia e Sucuru.

No final da década de 1970, o algodão começou a entrar em declínio, devido a uma praga popularmente conhecida como bicudo. Mesmo assim, a partir da emancipação, Serra Branca registrou um surto de desenvolvimento. Várias obras foram realizadas para a melhoria da cidade, tal como calçamentos, construção de açudes, implantação de bancos, além do crescimento populacional justamente com o aumento de moradias.

Com a criação da Comarca, novos cargos nos serviços públicos foram criados, o que abriu um leque para a troca de empregos públicos por votos. No mesmo ano da instalação do município, foi eleito prefeito de Serra Branca, Manoel Gaudêncio Neto. A família Gaudêncio continuou no poder até 1988. Atualmente, o poder político é dividido na cidade entre o PT (Partido dos Trabalhadores) e o grupo Gaudêncio.

## 6.2 Sobre o lazer: A Festa de Nossa Senhora da Conceição

Com relação aos aspectos voltados para a vida social em Serra Branca, ainda no período que marcou sua emancipação política, destacaríamos, primeiramente, as suas ligações à Igreja Católica no tocante ao lazer, que chegou a se envolver de forma direta com cinema, rádio e festas, dentre outras atividades de modo mais indireto, como o futebol. Além disso, a educação também passou por mudanças devido à ação da Igreja, sobretudo do pároco João Marques Pereira, como já mencionamos. Percebemos, portanto, que esta instituição se incumbiu à tarefa de garantir o desenvolvimento do município, criando e orientando determinadas práticas com o fim de resguardar a “ordem”.

---

<sup>91</sup> A UNIÃO, João Pessoa, 28 mai, 1959, p.3.

<sup>92</sup> Em 1994, Coxixola foi emancipada de Serra Branca. Santa Luzia e Sucuru permanecem até hoje como distritos.

Neste sentido, precisamos ressaltar a importância do desempenho do referido pároco no contexto em que o município foi criado, como um dos expoentes de um conjunto de transformações realizadas com o intuito de movimentar a vida social e melhorar a realidade educacional de Serra Branca. Seu período de atuação no município se deu entre as décadas de 1940, quando assume a paróquia, e 1960, quando falece no município. Em algumas entrevistas realizadas com moradores<sup>93</sup>, ele foi lembrado como um homem importante para o desenvolvimento de Serra Branca, desde quando ainda era distrito de São João do Cariri, já que sua chegada por volta de 1942 precede a emancipação. Considerado um padre que defendia com muito afinco os princípios da Igreja Católica, e por isso avaliado como rígido, mas também solidário, responsável e carinhoso com o povo serra-branquense.<sup>94</sup>

Com relação aos eventos que marcaram, historicamente, a vida social de Serra Branca, selecionamos a festa da padroeira – Nossa Senhora da Conceição, por ser um evento que continua sendo celebrado pela população até hoje.

As festas, segundo Itani (2003), são práticas coletivas que expressam, diante de um mundo globalizado, uma forma de resistência das tradições e culturas locais. Ainda de acordo com esta autora, “... se mantém combinando, no mesmo momento e rito, o tempo profano no espaço do sagrado, alimentando o imaginário coletivo e assegurando a coesão da sociedade” (p. 14), esta coesão, no entanto, não se trata de homogeneização dos ritos e celebrações.

Outro elemento para entendermos as comemorações, ritos e celebrações é a própria apropriação que o capitalismo ocidental fez e faz do calendário, introduzindo nele as solenidades religiosas. Delimitar o tempo e ocupar espaços é uma questão de poder. Neste sentido é que proliferam no país as festividades religiosas em comemoração aos santos padroeiros. A começar pela Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, comemorada nacionalmente no dia doze de outubro. Do mesmo modo acontecem as festas de padroeiros municipais. Dia santificado no qual a dinâmica da cidade é alterada por atividades religiosas – missas, novenas, quermesses – e profanas – festas públicas, palanques, comidas e bebidas, parques de diversão, shows musicais –, sendo compartilhado pela comunidade a seu querer ou não, seja o cidadão católico ou de qualquer outra denominação religiosa.

A padroeira de Serra Branca é Nossa Senhora da Conceição, cujo dia na liturgia católica é 08 de dezembro. A festa em sua homenagem acontece no fim de semana imediatamente posterior ao dia 08, caso este corresponda a um dia de semana útil. De

---

<sup>93</sup> Contamos com um acervo de fontes orais constituído pelo *Projeto de Resgate do Processo Histórico e Cultural do Município de Serra Branca-PB: História Local e Ensino de História* (32), DH/PPGH/UFPB, e, também, pelo que criamos ao longo do desenvolvimento das nossas pesquisas (7). Optamos por alterar as transcrições originais das fontes orais aqui para evitar dificuldades na compreensão dos depoimentos. No entanto, isso só aconteceu em determinados casos, como pausas longas, por exemplo, ou momentos de gagueira.

<sup>94</sup> É interessante observarmos que também identificamos traços desse mesmo discurso – da luta pelo desenvolvimento do município sendo guiada também pela Igreja – na entrevista realizada com o sucessor do Pe. Marques, o Pe. Antônio Apolinário.



acordo com o Pe. Antônio Apolinário<sup>95</sup>, “O tipo, as práticas das celebrações, elas permeavam todas as igrejas, todas as paróquias” (p. 5), mas os párocos tinham liberdade para criar alternativas que dinamizassem as atividades da festa, o que poderia atrair mais pessoas e aumentar a obtenção de lucros.

Como a festa era centralizada na paróquia, os distritos contribuíam e, somente nas capelas maiores havia a festa dos padroeiros. A festa no seu impulso maior, realmente, na sede paroquial. As reformas eram muito lentas, porque a gente tinha um esquema comum que veio na história toda da formação das paróquias, da prática de celebrar a festa da padroeira. A gente tinha dificuldade em introduzir alguma coisa onde o povo se interessasse mais. (p. 6)

Quanto à programação religiosa, o formato da festa era caracterizado pelas procissões, missas e novenas. Sobre as novenas, Dona Geruza<sup>96</sup> explica,

(...) digamos, a festa é no dia oito e esse novenário começava antes pra dar nove noites de novena. O novenário, já tá dizendo, nove noites. Muito bonito. Cada ano ele inventava uma coisa. A santa ia pras casas, a santa ficava na igreja e as famílias daquela rua fazia a novena. Contudo que as cantoras, dez, doze moças ou dois, três homens faziam parte, cantava aquele novenário naquela rua. Então a gente fazia questão das pessoas que moravam naquela rua ir pra novena. Levava vela, levava a esmola, levaram, aí era o noitário pra fazer dinheiro pra dia oito ter a culminância da festa com uma quantia “X” pras despesa da igreja (...) depois fazia a missa da esmola, pra aqueles mais necessitados. (p. 7)

A festa da padroeira, como em geral acontece com os eventos da Igreja Católica, trazia e traz a oportunidade de renovação da fé cristã reservada à Nossa Senhora da Conceição, escolhida para proteger o município, bem como era e é um momento de congregação para confraternização. Um momento de retorno para os que moravam longe e de alegria para os que os acolhiam. De união de famílias, de irmãos. Um exemplo que pode ilustrar isso é o fato de que a população rural se deslocava para participar da festa ocupando as casas de parentes na cidade. Aliás, para este segmento da população a festa era um momento importante do ano porque, inclusive, selava as boas colheitas no campo, como nos informa o Sr. Luiz Gonzaga de Holanda.<sup>97</sup>

Veja bem. O...principalmente o agricultor, trabalhava o ano todo. Nós tínhamos aqui dois tipos de colheita, que era a colheita do milho e do feijão e tinha a colheita do algodão. Nós chamávamos, que a colheita do algodão era a reserva do agricultor, era quando vendia aquele algodão no fim do ano e tinha o dinheiro das suas necessidades, né? Então nessa época aí, eu sei que se preparava justamente, todo mundo comprava roupa nova e vinha pra festa. (p.20)

---

<sup>95</sup> Entrevista com o Padre Antônio Apolinário, ex-pároco de Serra Branca, onde atuou por vinte e um anos (1970-1991), realizada no dia 03/04/2009 em Campina Grande.

<sup>96</sup> Geruza Mamede Lima é professora aposentada e está envolvida, desde sua infância, com as atividades da Igreja Católica em Serra Branca. Sua entrevista foi concedida em 11/06/2011, em sua residência no município.

<sup>97</sup> Entrevista com Luiz Gonzaga de Holanda, no dia 08/05/2008, em Serra Branca. O Sr. Luiz é presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Branca.

Além do comparecimento nas atividades do pavilhão, a participação da população da zona rural também ocorria por meio das doações de animais de criação, como galinhas, bodes e carneiros, que faziam às candidatas que concorriam ao título de rainha da festa. Eis que isso se configura como a prática da fé, a execução dos valores apregoados pela Igreja, que também se expressava na reunião das mulheres para preparar as galinhas dos leilões.

O Sr. Luiz Gonzaga guardou na memória os sabores e os odores destas galinhas. Não é à toa que ele nos revela como que sentindo o gosto que o sabor era “(...) muito gostoso porque se enchiam aquelas galinhas, né? A galinha era uma galinha muito gostosa. Tiravam todo o 'fato'<sup>98</sup> da galinha, lavavam e enchiam de verdura, outras coisas, uma carne moída, ficavam muito gostosas” (p. 20). E prontas para o leilão. Já os demais animais eram leiloados vivos. O Sr. Luiz Gonzaga lembra também do gosto que as pessoas tinham pelo abacaxi, fruta desejada na época, apontando as peripécias que algumas faziam para alcançá-lo.

(...) o pessoal trazia frutas, por exemplo, o abacaxi, festa de fim de ano a novidade era o abacaxi. E naquela época os meninos gostavam muito de abacaxi. Aí iam pra aquele monte de abacaxi e diziam: “Rapaz, vamos roubar abacaxi”. Aí um encostava e perguntava: “Quanto é esse abacaxi aqui?”. Aí o cara dizia tanto, aí quando a pessoa olhava pra trás, aí o outro pegava o abacaxi e botava pra trás, fazia a corrente. (p. 19)

É curioso que este morador recorde este tipo de episódio, que se desenrolava justamente na festa da padroeira, organizada pela própria Igreja Católica como um momento de reconhecimento dos valores cristãos, que não condizem com a prática de furto acima descrita. Por outro lado, também é interessante notarmos esse episódio como uma estratégia para garantir o acesso à tão saborosa fruta, neste sentido, percebido pelo depoente como um fato engraçado, já que ao findar a narração dessa lembrança ele riu bastante.

O ex-pároco, Pe. Antônio Apolinário, afirma, ainda, que a escolha de candidatas à rainha da festa, que deviam se empenhar para arrecadar dinheiro para a paróquia, era a estratégia mais comum da Igreja. Não se restringia, portanto, à Serra Branca. Aquela que obtivesse mais fundos vencia a disputa, que acontecia no pavilhão, um espaço reservado para a festa, normalmente próximo à sede paroquial. Isto é bastante esclarecedor, se for levado em conta o fato de que este dinheiro arrecadado na festa da padroeira estava entre as maiores fontes de obtenção de recursos para manutenção da igreja local<sup>99</sup>. Os grupos políticos locais, muitas vezes, acabavam envolvidos nessas disputas entre as candidatas, principalmente nos arremates durante os leilões. As concorrentes eram identificadas pelos cordões azul e encarnado, havendo também algumas ocasiões em que elas se organizaram em torno dos escudos dos antigos times locais Vasco e Flamengo.

<sup>98</sup> O “fato” é uma referência às vísceras do animal. “Tirar o fato” significa remover as vísceras para limpá-lo e preparar o prato.

<sup>99</sup> O Pe. Antônio mencionou ainda as taxas cobradas por ocasião dos sacramentos como fontes de manutenção da igreja.

Ainda a propósito dos aspectos profanos da festa, o dia de Nossa Senhora da Conceição era comemorado já no amanhecer com as alvoradas da banda marcial<sup>100</sup> que desfilava por algumas ruas anunciando que ele havia chegado. Já ao anoitecer, após as celebrações de cunho sagrado, a banda também se apresentava no pavilhão. E nele, as pessoas encontravam as barracas das duas candidatas com os leilões de galinha, a narração do locutor do pavilhão que animava a festa com o correio elegante, o caritó, os próprios leilões e algumas brincadeiras, como a pescaria.

Por meio do correio elegante as pessoas podiam enviar bilhetinhos endereçados a qualquer um dos presentes, pois estes eram lidos pelo locutor da festa para causar intriga ou despertar interesses e/ou curiosidades. Obviamente, os que mais despertavam atenção eram aqueles que sugeriam alguma “paquera”. Já o caritó se constituía em um espaço que servia para aprisionar os participantes da festa. De acordo com o Sr. Severino Ramos<sup>101</sup>, “Cercava uma área, aí as meninas do pavilhão chegava, num homem ou numa mulher, aí pegava e levava pra lá, aí se alguém quisesse soltar, se fosse uma paquera, aí pagava, aí soltava” (p. 7). De acordo com o Sr. Severino, essas brincadeiras animavam o pavilhão.

Como vemos, a festa da padroeira conseguia reunir a população local em torno de uma celebração com caráter sagrado e profano. Outros aspectos devem ser mencionados, como o fato de as candidatas que tinham condições de concorrer na festa serem advindas da elite local e contavam com o apoio dos grupos políticos que disputavam, historicamente, o poder na região, sobretudo no eixo Serra Branca – São João do Cariri. Neste sentido, é compreensível as frases reticentes do Sr. Luiz ou da D. Geruza ao recordarem que a política interferia em tudo.

Outra questão é justamente o fato de que, apesar do clima de reunião própria da celebração em questão, existiam elementos que diferenciavam os participantes da festa. Como o pavilhão que era uma espécie de cercado, só o adentravam-no aqueles que possuíam dinheiro para consumir o que era vendido nas barracas das candidatas. Ou seja, grande parte dos que iam para a festa se concentravam fora do pavilhão e do que ele oferecia. Dessa forma, algumas pessoas conseguiam se organizar e vender lanches e bebidas, em concorrência com as candidatas do pavilhão, fora de seus limites.

Também fomos informados que era proibido dançar no pavilhão, aliás, na festa. Embora existisse a banda que se apresentava com execuções de música popular brasileira, a dança não era permitida pelo Pe. Marques nas mais de duas décadas em que

---

<sup>100</sup> Em Serra Branca há uma tradição de formação de bandas marciais, aliás, na microrregião do cariri esta tradição se mantém. Em entrevista, o senhor João Lôpo e Araújo, ele nos revelou as dificuldades de fundar e manter uma banda de música, como ele chama para diferenciar das bandas de forró atuais. O Sr. João teve as primeiras lições com o pai, o maestro João Modesto Araújo. Em 1960 ele fundou, em Serra Branca, a Banda de Música Imaculada Conceição, em homenagem a padroeira local. Essa banda chegou a se apresentar em alguns municípios da região de Serra Branca e também na capital João Pessoa.

<sup>101</sup> O Sr. Severino Ramos teve uma participação marcante na vida cultural do município. Além de ter aprendido a lidar com as máquinas das rádios e do cinema, ele trabalhou como locutor da festa da padroeira não só em Serra Branca, mas por toda sua região circunvizinha. Também se envolveu nas atividades do clube do Vasco (time de futebol extinto do município). Atualmente trabalha na E.E.E.F. Vasconcelos Brandão e na Junta Militar. Concedeu depoimento em 09/05/2008.

lá permaneceu. Já o seu sucessor, Pe. Antônio Apolinário, afirma em sua entrevista que no seu período como pároco, tentou introduzir algumas alterações na festa, como danças e pequenas dramatizações com o intuito de que a festa não se resumisse ao consumo de bebida alcoólica pelos frequentadores. Isso demonstra a preocupação dos representantes da Igreja local com as atitudes e os comportamentos das pessoas. Havia uma tentativa de manter a ordem e os “bons costumes” no local e nas atividades da festa, o que é bastante coerente com o discurso da Igreja Católica.

Questionados sobre a festa hoje em dia, os moradores que concederam entrevistas foram unânimes em afirmar que, nos últimos anos, o pavilhão só é frequentado praticamente pelos idosos, pois a juventude não se interessa por este passado. Para ela, o interessante são as festas de clubes com atrações de forró. Disso notamos os conflitos entre gerações: o saudosismo do passado pelos idosos, característico da memória inclusive, e, em outra perspectiva, o desapego dos mais jovens referentes a este passado constituído por experiências bem distintas das suas e que, por isso, não lhes interessam. Porque o jovem caminha na direção oposta a do idoso.

Como observamos, inicialmente, o lazer em Serra Branca obedecia, aliás, mais que isso, era pensado e articulado a partir da iniciativa de representantes da Igreja Católica com o aval da população local. A festa da padroeira serve para ilustrar essa constatação. No entanto, é bom esclarecer que não se limita a ela. Existiram outras formas de lazer que seguiram esta tendência, como o cine-educativo, uma experiência com cinema nos anos 1960 que também contou com o incentivo do Pe. Marques, e as experiências com emissoras de rádio.

Nas fontes orais que utilizamos aqui, um dos aspectos que destacaríamos é o da saudade. Vimos que lembrar essas décadas – 1960 e 1970 – é recordar momentos de alegria, reencontrar velhos amigos, caminhar por ruas e ver paisagens que já não existem. Não importam as mudanças que ocorreram. A memória aprisiona esse tempo passado, embora o (re)signifique a cada ato de lembrar. O elemento que permanece é a saudade.

Com este texto, esperamos ter contribuído minimamente para o incentivo dos estudos sobre as histórias dos municípios paraibanos. Acreditamos que se faz urgente atentarmos ainda mais para as diferentes realidades existentes no nosso estado. Valorizar as experiências históricas e nos voltarmos para a elaboração de histórias nas quais todos os sujeitos se vejam como agentes deste processo, reconhecendo a importância de suas lutas, derrotas e vitórias, alegrias e tristezas, lembranças e saudades como parte da dinâmica da vida, dos movimentos que levam à construção dos espaços habitados e das experiências coletivas que constituem a história.

### 6.3 Referências

ARAÚJO, Juarez Ribeiro (org). **Projeto Matinoré: Conhecendo nosso município.** Serra Branca: EEEFMSJG, 2007.

**CENTENÁRIO DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO 1908-2008.** Serra Branca: 2008.

JOFFILY, Irineu. **Notas sobre a Parahyba.** Brasília: Thesaurus, 1977.

LEITE, F. S. M. L. F. Um alvorecer inesquecível: a festa da padroeira em Serra Branca-PB. In: Colóquio História e Arte, 2011, Recife. **Anais do Colóquio de História e Arte.** Recife: Editora Universitária da UFRPE, 2011.

MARIZ, Celso. **Evolução Econômica do Brasil.** 2º ed. João Pessoa: A UNIÃO, 1978.

MEDEIROS, Maria do Céu; SÁ, Ariane Norma de Menezes. **O Trabalho na Paraíba:** das origens à transição para o trabalho livre. João Pessoa: UFPB, 1999.

MEDEIROS, Tarcízio Dinoá. **Freguesia do Cariri de Fora.** São Paulo: Camargo Soares Ltda, 1990.

MEDEIROS, Tarcízio Dinoá; MEDEIROS, Martinho Dinoá. **Ramificações genealógicas do cariri paraibano.** Brasília: CEGRAF, 1989.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e Notas para a História da Paraíba.** João Pessoa: Ed. Universitária, 1977.

PIRES, Maria Idalina da Cruz. **Guerra dos Bárbaros:** resistência indígena e conflitos no Nordeste Colonial. Recife: CEPE, 1990.

QUEIROZ, Evaldo Gonçalves de. Parlamento e Cariris Velhos: a vez do diálogo. In: **História e Debate na Assembléia Legislativa.** João Pessoa: A UNIÃO, 2002, p. 435-479.

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Os domínios do Estado:** a interventoria de Anthenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932). 2007. Dissertação. (Mestrado em História), Universidade Federal da Paraíba.

SOUSA, Estelita Antonino de. **Fatos Históricos de Serra Branca.** Serra Branca: 2008.

## Fontes Orais

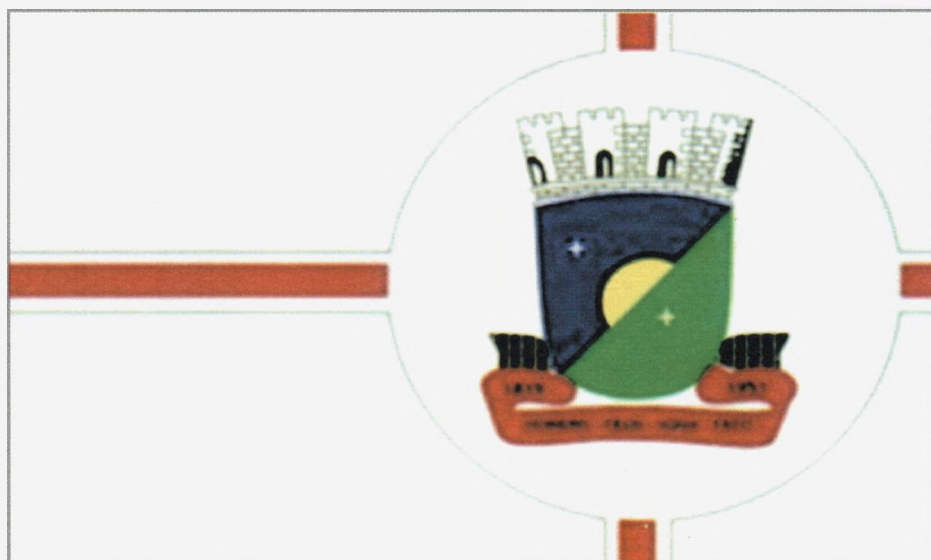
- Entrevista com Geruza Mamede Lima, Serra Branca, 11/06/2011.
- Entrevista com Luiz Gonçalves, Sapé, 08/10/2009.
- Entrevista com Luiz Gonzaga de Holanda, Serra Branca, 08/05/2008.
- Entrevista com Padre Antônio Apolinário, Campina Grande, 03/04/2009.
- Entrevista com Severino Ramos, Serra Branca, 09/05/2008.



# Capítulo 7

Uma história de...

## Sumé



## HINO DE SUMÉ

I

Deste "Berço de Heroísmo"  
Com denodo e esperança  
Cheio de patriotismo  
Sumé, Coragem e pujança  
Surgistes com altruísmo  
De braços com a bonança  
Cobrindo tua gente de lirismo.

II

Dos teus caminhos  
Onde andavam os Sucurus  
Bravo povo altaneiro  
Levantou a sua voz  
Erguendo sua bandeira  
quebrando velhos tabus  
Abraçou a sua sorte  
Começando andar a sós

Estrilho

Sumé, É grande tua glória  
Foi dito quando estavas a surgir  
Venceste e cantamos tua vitória  
Agora confiamos no teu porvir

III

Somos nós, os herdeiros desses heróis  
Quem haveremos de elevar teu nobre nome  
Envolvendo com ternura tuas serras  
Onde o sol nasce e adormece nos lençóis  
Das brancas águas que irrigam tuas terras  
E espelham teus bonitos arrebóis.

*Autora:*

*Maria do Socorro Silva*

*Sobre o Hino:*

*Peça de autoria de Maria do Socorro Silva*

*com música de Antônio Bezerra da Silva e arranjos do maestro Nunes*

# A cidade de Sumé e suas peculiaridades

Hilma Carmem Pereira de Macêdo

## 7.1 Introdução

Este texto tem como objetivo mostrar alguns aspectos, alguns fatos sobre a cidade de Sumé, município situado no cariri ocidental paraibano. Tentando fazer referências a algumas passagens, a alguns momentos do passado e do presente de sua história, como falar sobre o seu processo de colonização, a sua fundação, seus aspectos geográficos, econômicos, educacionais e culturais.

Partindo de um olhar de historiadora que busca não dar conta de toda história de sua cidade, mas que olha com certo distanciamento, procurando elencar minimamente apenas alguns dos aspectos que possam contribuir para que, sobretudo o público estudantil possa ter mais um elemento, mais uma fonte para efetuar suas pesquisas e ampliar seu conhecimento sobre sua própria cidade, já que tanto como estudante que passou pelos bancos escolares desta cidade, quanto como hoje educadora percebo que há uma lacuna sobre nas fontes, as discussões sobre a história local. E ainda possibilitar que estudiosos, leitores, “curiosos” possam saber um pouco mais sobre a cidade de Sumé.

## 7.2 Aspectos Históricos

Nos fins do século XVIII, iniciou-se o processo de fixação de colonos na região do Cariri Paraibano, que foram se estabelecendo por ali, principalmente nas fazendas de criação de gado, vindos principalmente de Pernambuco como também de outras regiões da própria Paraíba, os quais vieram para esta região devido à facilidade da instalação das fazendas de gado e da utilização do trabalho dos índios sucurus, que faziam parte do grupo dos índios cariris e que possivelmente já habitavam estas terras.

A povoação de São Tomé teve sua fundação em 1903 por Manuel Augusto de Araújo, na confluência do rio Sucuru com o riacho São Tomé (hoje riacho Pedra Comprida), daí o nome dado à Vila. Assim esta povoação iniciou-se em terras de uma fazenda de gado que pertencia provavelmente aos Senhores Manoel Tavares Baia e Manoel Augusto de Araújo. No entanto, há registros de que as terras pertenciam ao Coronel Manoel de Araújo Carvalho proprietário de um dos maiores latifúndios do Brasil na época que era A Casa da Torre, no estado da Bahia.

Segundo informações apresentadas no Livro do Município de Sumé, os donos das terras da Vila de São Tomé eram os proprietários do Engenho Tabu, da Província da Paraíba com sede em Goiana, que trouxeram seus escravos para se estabelecer nestas terras.

Já em 1819 houve o lançamento da pedra fundamental da capela de Nossa Senhora da Conceição, Padroeira da Sesmaria, por devoção dos seus proprietários. Cabendo ao senhor Luis José Albuquerque Vasconcelos e sua mulher fazerem a doação das terras onde hoje está a sede do município. Sendo a transmissão do ato feita pelo comendador João de Sá Cavalcante e sua esposa Dona Maria da Conceição Cavalcanti de Albuquerque. É o que consta na escritura de doação lavrada no 1º Cartório na Comarca de São João do Cariri, em 05 de julho de 1873.

Em 1911 a Divisão Administrativa do Brasil integrou o Distrito de São Tomé ao Município de Alagoa do Monteiro, atualmente a cidade de Monteiro, permanecendo como distrito deste até 1951. Só a partir desta data e por força da Lei estadual n.513 de 6 de fevereiro deste ano, foi criado o município de Sumé, compreendendo o distrito de São Tomé, que a partir de então passou a denominar-se Sumé. Esta lei também criou a comarca de Sumé.

Supõe-se que deram este nome Sumé, o qual em língua indígena significa personagem misteriosa que pratica o bem e ensina a cultivar a terra, pois de acordo com o descrito em lenda entre os gentios, o espírito dos catequizadores o identifica com São Tomé.

Durante muito tempo houve uma disputa entre Sumé e Monteiro e, provavelmente foi devido à luta e determinação dos seus habitantes que foi possível a criação e independência do município de Sumé no ano de 1951.

### 7.3 Aspectos Geográficos e Demográficos

A cidade de Sumé localiza-se na Microrregião do Cariri Ocidental Paraibano. A mesma limita-se ao Norte com São José dos Cordeiros e Itapetim (PE); ao Sul com Camalaú e Monteiro; a Leste com Serra Branca e Congo; e a Oeste com Ouro Velho e Prata. Possuindo uma área de 838 km<sup>2</sup>, a qual representa 1,53% da área total do estado, com uma altitude média de 533 m, uma latitude sul de 7 40' 13" e longitude oeste de 36 52' 58".

Atualmente, de acordo com o censo do IBGE realizado em 2010 apresenta um contingente populacional de 16.072 pessoas, com uma densidade demográfica de 17,4 hab.-km<sup>2</sup>; no ano de 2006 tinha aproximadamente 11.552 eleitores, uma renda per capita de R\$ 3.917,53 em 2008, e o IDH atual é de 0,658.

A seguir temos uma imagem com uma vista panorâmica que apresenta a cidade de Sumé nos dias atuais. Mostrando uma visão ampla da cidade e a partir desta é possível perceber ainda que tem crescido não apenas em termos populacionais como também em sua extensão territorial e urbana.

A mesma encontra-se inserida no Polígono das Secas na região do Alto Rio Paraíba sua área apresenta um clima do tipo semiárido quente, caracterizado pela insuficiência das precipitações e temperaturas elevadas, principalmente durante os meses de junho a janeiro. Sua temperatura média é de 24 C com a máxima em novembro e dezembro e a mínima em julho e agosto. Os ventos são muito fracos com maior velocidade média no período seco. A evaporação é bastante variável e a insolação atinge o total médio anual de 2.800 horas com 8,5 h-d, de setembro a dezembro, com a menor duração média de 6,5 h-d. Já a estação das chuvas ou o inverno é reduzido praticamente aos meses de fevereiro, março, abril e maio que são os meses de maiores precipitações pluviométricas.



**Figura 10: Foto Atual da cidade de Sumé, acessada na internet em 30-10-11.**

Apresenta uma vegetação constituída pela caatinga xerofítica, representada por Bromeliáceas e Cactáceas mais conhecidas como macambira, marmeleiro, umburana, catingueiro, xique-xique, jurema, facheiro, entre outras. As árvores de médio porte podem ser encontradas ao longo dos rios e riachos, devido a maior umidade destes locais.

O solo e o subsolo da cidade de Sumé são de baixa permeabilidade, os quais na denominação nacional atendem pela abreviação 2b, isto é, subdesértico quente e de tendência tropical. Sua formação geológica é do período arqueozóico. Dotado de rochas vulcânicas e plutônicas e granitos.

Há no município algumas reservas de apatita, ainda não exploradas e, argila a qual é explorada por processos rudimentares, empregada na fabricação de tijolos e telhas, atendendo ao mercado de material de construção, oferecendo assim ocupação para mão de obra não qualificada, como também oferece oportunidade para as chamadas “louceiras” com a fabricação manual de utensílios de barro para o uso doméstico como panelas, vasos decorativos e artesanato. Possui também reservas vegetais que estão sendo exploradas e consumidas principalmente pelos fornos e caldeiras ou para fabricação de carvão por processos rudimentares. No entanto, há ainda áreas preservadas como, por exemplo, a Fazenda Almas.

## 7.4 Aspectos Econômicos

A cidade de Sumé já passou por várias fases econômicas em sua história, no entanto sempre predominaram as culturas agrícolas, a pecuária e a extração vegetal. No final do século XIX se destacava pela criação de bovinos. Em meados do século XX foi a vez da produção de algodão ganhar destaque e em seguida a pecuária, principalmente



com o desenvolvimento da caprinocultura que continua até hoje como destaque na economia sumeense.

Atualmente, temos ainda o setor comercial com uma rede de supermercados e panificadoras e várias lojas de roupas, calçados, acessórios, entre outros que movimentam a economia da cidade.

## 7.5 Aspectos da Saúde, da Ação Social e da Educação

Com relação à saúde a cidade de Sumé tem o Hospital e Maternidade Alice de Almeida, Unidades Básicas de Saúde, o Programa Saúde da Família (PSF) e o Centro de Especialidade Odontológica (CEO).

Ainda funciona como sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cariri Paraibano (CISCO), o qual oferece atendimento de medicina especializada para toda esta região.

Já a Secretaria de Ação Social do município desenvolve projetos em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social, a exemplo do Projeto de Olho no Futuro, integrando as ações do CRAS, Pró - jovem adolescente e PETI, que estimulam e proporcionam as crianças e os jovens sumeenses a participarem de projetos educacionais e manifestações culturais.

No âmbito educacional o município de Sumé possui hoje várias escolas tanto na zona urbana quanto na zona rural, dentre as escolas municipais destacam-se a Escola Agrotécnica de Sumé situada no Bairro Frei Damião. A mesma foi inaugurada em 1998, atendendo o ensino fundamental do 6º ao 9º ano, possui unidades de caprinocultura, suinocultura, avicultura, piscicultura, horticultura, dentre outras.

Além desta, funcionam na sede do município as seguintes escolas: Creche Rita Cipriano, UMEIEF Neco Soares, UMEIEF Irineu Severo de Macêdo, UMEIEF Maria Leite Rafael, UMEIEF Gonçala Rodrigues de Freitas. E na zona rural, temos: UMEIF Hugo Santa Cruz, UMEIF Sen. Paulo Guerra, UMEIF João de Sousa, UMEIF Prof. José Gonçalves de Queiroz, UMEIF Manoel Inácio, UMEIF Rodolfo Santa Cruz, UMEIF Luis Mariano de Araújo, UMEIF Marcolino de Freitas Barros e UMEIF Maria do Carmo Freitas de Moura.

Quanto à rede de ensino estadual as principais unidades são: a E.E.E.F.M. Prof. José Gonçalves de Queiroz, a Escola Padre Paulo e a escola Desembargador Feitosa Ventura.

Recentemente, no ano de 2008, no município houve a implantação de um campus da Universidade Federal de Campina Grande, o Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA) – Campus de Sumé. Oferecendo cursos de Graduação de Licenciatura em Ciências Sociais, Licenciatura em Educação do Campo, Tecnólogo em

Gestão Pública, Tecnólogo em Agroecologia, Engenharia de Produção, Engenharia de Biosistemas, Engenharia de Biotecnologia e Bioprocessos, e ainda cursos de especialização.

## 7.6 Aspectos culturais

A respeito das manifestações culturais da cidade podem ser observadas as artes rupestres, artes plásticas ou cênicas, danças, esportes, festas e o que mais possa representar manifestações artísticas, intelectuais e religiosas da população sumeense.

De acordo com o Almanaque de Sumé relatos de moradores mais antigos da cidade indicam que as apresentações culturais eram realizadas sempre na chamada “Rua da Lama” na qual aconteciam os bailes sociais, pastoris, sambas, côcos de roda, dentre outras. Atualmente, há principalmente as Praças José Américo (Central), Praça Adolfo Mayer e a Praça Enoque Duarte que funcionam como palco para estas apresentações.

Ainda enquanto vila foram muitas as manifestações culturais que marcaram época, a exemplo do Pastoril de Olindina formado por belas moças da cidade, cuja finalidade era comemorar os festejos natalinos como também se apresentarem no Pavilhão das Festas da Padroeira de Nossa Senhora da Conceição que aconteciam no dia oito de dezembro durante várias décadas, como por exemplo, nos anos quarenta e cinquenta estas moças ainda representavam os cordões vermelho e azul em uma disputa bastante salutar e divertida.

Em seguida temos uma foto que apresenta a Igreja Matriz e Procissão da Festa de Nossa Senhora da Conceição no dia 08 de dezembro de 1937.

As festas da Padroeira de Sumé consideradas como as festas mais importantes da cidade ocorrem até hoje no mês de dezembro principalmente no âmbito religioso, havendo novenas, missa e procissão, como a que podemos observar na figura acima. Já o lado profano da festa nesta última década tem declinado, alguns anos nem mesmo ocorreu, o que é considerado como uma tristeza para muitas das pessoas mais antigas da cidade que lembram com saudosismo daquelas festas de antigamente.

Vale destacar que a religião católica desde a fundação da cidade era a predominante, porém com o passar dos tempos muitas igrejas evangélicas foram sendo criadas. Há também testemunhas de Jeová, e mais recentemente acontecem reuniões espíritas.

Quanto às danças havia o já citado Pastoril e vários grupos de Côco de Roda, como os organizados por João Preto, Pedro Firmino, Sinhozinho Viana, Antonio Cassimiro, Diva, Joana Preta, entre outros. E hoje temos o Grupo de Dança Sala de Reboco e o Grupo de Capoeira Nação Regional.

Já com relação à música temos a Filarmônica Maestro Antônio Josué de Lima (a antiga Sociedade Filarmônica São Tomé), criada entre os anos de 1926 e 1927 e que ainda está em atividade.

Não podemos esquecer o ilustre e saudoso compositor José Marcolino Alves mais conhecido como Zé Marcolino, o qual criou várias canções de forró, como os clássicos: Pássaro Carão, Sala de Reboco, Fazenda Cacimba Nova, entre outras, algumas delas ficaram conhecidas na voz de Luiz Gonzaga.

Temos ainda outros destaques na música sumeense, a exemplo da Banda Forró Kent, Banda Imagem, da cantora Ladjá Betânia, dos cantores Luiz Carlos (Lulinha), Zé da Sanfona, ainda Hamilton (Sumé) hoje saxofonista da banda do cantor Leonardo, e outros.

A cidade de Sumé destaca-se também na poesia popular, com os poetas Manoel Clementino Leite e João Batista Bernardo (João Furiba), Luizinho Batista, Eugênio Macêdo, Zito Junior, Evaldo Severino, Jurandir Tembório e vários outros, alguns que já se foram outros que estão se revelando e iniciando agora.

Enfatizamos a existência de alguns autores de livros no município, como Daniel Duarte, Maria do Socorro Silva, Rita Albino Rafael (Ritinha Leite), Sonielson Juvino, Djaci Ferreira de Sousa, Bernadete Bezerra, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de Sousa (1963-2007) e outros.

Nas artes plásticas podemos citar um dos mais expressivos artistas já conhecido no cariri paraibano o autodidata Miguel Guilherme dos Santos que era pintor, escultor e poeta. O mesmo foi autor de várias pinturas e esculturas que se encontram expostas no Museu de Artes Miguel Guilherme. Vale salientar que este deveria ser um espaço cultural valorizado, um local em que os jovens pudessem aprender, desenvolver suas habilidades, como também funcionar como um espaço de lazer da cidade, no entanto não tem incentivos por parte do governo, da própria população, dos intelectuais .

Nos dias atuais destaca-se a associação Zitar't's com a iniciativa do professor Zito Júnior que é também teatrólogo, desenhista, pintor, poeta e que tem trabalhado com crianças e jovens carentes no desenvolvimento de oficinas de artes cênicas e plásticas. O mesmo iniciou nos anos 90 "O Ciclo Teatro de Sumé" que desde então não parou embora tenham ocorrido algumas mudanças no grupo e que agora trabalhem também com o Teatro de Mamulengos e Perna de Pau.

A tradição dos grupos teatrais e das apresentações em Sumé vem desde as décadas de quarenta e cinquenta do século XX, com a formação de grupos nas escolas públicas e particulares do município sob a responsabilidade de Adalgisa Jacinto de Oliveira e Stela de Araújo e ainda de Miguel Guilherme, apesar de não ser uma tradição tão forte e que em alguns momentos estes grupos e estas apresentações declinassem, mas já em outros momentos formavam-se novos grupos.

O município de Sumé apresenta ainda artes rupestres, mesmo que os estudos e as publicações sobre tais sejam raras. Entretanto, foram encontradas e catalogadas algumas pinturas no Sítio Balanço e na Fazenda Pedra Comprida e gravuras no Sítio Olho D' água do Padre.

Segundo Almeida (1979), provavelmente as pinturas e as gravuras tenham sido feitas nas matações e nos lajedos, com predominância de símbolos abstratos ou

desenhos estilizados ainda não identificados, porém há algumas representações de animais.

Já com relação ao campo esportivo, o futebol representa a modalidade mais significativa da cidade, tendo o São Tomé Esporte Clube, fundado em 1925, como uma das principais equipes. Depois outros times foram sendo criados, a exemplo do São Paulo de Zé Gabriel, do Varzeano e outros.



**Figura 11:** Foto acessada na internet dia 15-11-11, no site: [www.sume.cjb.net](http://www.sume.cjb.net)

Há outras modalidades esportivas desenvolvidas no município como o futsal, o tênis de mesa, o xadrez, o voleibol de quadra e de areia e ainda a vaquejada.

Estes foram apenas alguns dos principais aspectos que foram minimamente apresentados sobre o Município de Sumé neste trabalho. Mostrando como ocorreu sua fundação, sua emancipação política, sua localização geográfica, os aspectos econômicos do passado e do presente, o desenvolvimento educacional principalmente na atualidade com a implantação de um campus universitário na cidade e suas manifestações culturais.

Entendemos que tais aspectos são relevantes e importantes para que ofereçamos a possibilidade de se conhecer um pouco da História do Município de Sumé, tanto para estudantes quanto para pessoas que gostam de ler, que procuram saber mais sobre o local no qual residem ou mesmo que sejam de outras localidades.

## 7.7 Referências

Almanaque de Sumé. **Lenda e história de um povo caririzeiro**. Org. Escola Agrotécnica de Ensino Fundamental Dep. Evaldo Gonçalves de Queiroz / Prefeitura Municipal de Sumé. Sumé, 2011.

ALMEIDA, Ruth Trindade de. *A arte rupestre nos cariris velhos*. Editora Universitária / UFPB, João Pessoa – PB, 1979.

BARBOSA, Rosa Maria de Queiroz. E et all. **Situações da Criança e do Adolescente do Município de Sumé**. João Pessoa: Arpoador Gráfica, 2001.

**Livro do Município de Sumé**. João Pessoa: Unigraf. Coleção Livros dos Municípios, 1983.